

www.jornalodiasp.com.br

QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2023

Fundado em 5 de abril de 1933

Copom acena com possibilidade de queda dos juros a partir de agosto

Força-tarefa divulga e-mail para denúncias contra crimes no Discord

Prévia da inflação oficial fica em 0,04% em junho, diz IBGE

Página 3

STF suspende ações que contestam contribuição patronal sobre férias

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, na terça-feira (27), suspender a tramitação de processos que tratam da tributação de impostos sobre um terço de férias dos trabalhadores.

A suspensão vale até o julgamento definitivo da questão pela Corte. A data de julgamento ainda não foi marcada. Com a decisão, ficam suspensos, em todo o país, processos judiciais e administrativos sobre a matéria.

O Supremo discute a natureza jurídica do terço constitucional de férias para cobrança da contribuição previdenciária patronal.

Em 2020, a Corte reconheceu a incidência da contribuição e aceitou um recurso da União para derrubar uma decisão da Justiça que considerou indevida a cobrança.

Contudo, o caso continua em andamento para análise de esclarecimentos sobre os valores que não foram recolhidos antes da decisão do STF que reconheceu a contribuição. (Agência Brasil)

PF faz buscas por "possível financiador" de atos em 8 de janeiro

A Polícia Federal (PF) cumpriu, na manhã da terçafeira (27), um mandado de busca e apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no município de Itapetininga (SP). O objetivo é identificar o "possível financiador" dos atos registrados no dia 8 de janeiro, em Brasília, quando o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF foram invadidos e vandalizados.

A ação é parte da décima terceira fase da Operação Lesa Pátria. "Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido", destacou a PF, em nota.

"Caso tenha informações sobre a identificação de pessoas que participaram, financiaram ou fomentaram os fatos ocorridos em 8/1, em Brasília (DF), solicitamos que as encaminhe para o e-mail denuncia8janeiro@pf.gov.br", conclui o comunicado da corporação. (Agência Brasil)

Governo lança Plano Safra de R\$ 364,22 bilhões para agronegócio



A ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na terça-feira (27) pelo Banco Central, informa que a "avaliação predominante" manifestada durante a última reunião foi de uma expectativa de maior confiança para uma queda da taxa de juros a partir de agosto. A reunião do Copom ocorreu nos dias 20 e 21.

O Copom manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, sob a justificativa de que "é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante".

A taxa está nesse nível desde agosto de 2022, e é a maior desde janeiro de 2017.

De acordo com o documento divulgado na terça-feira, "a avaliação predominante foi de que a continuação do processo desinflacionário em curso, com consequente impacto sobre as expectativas, pode permitir acumular a confiança necessária para iniciar um processo parcimonioso de inflexão na próxima reunião".

A ata informa ainda que os membros do comitê foram unânimes na ponderação de que os passos futuros da política monetária dependerão de fatores relativos à evolução, expectativas e projeções da inflação.

Na avaliação manifestada pelo comitê, a conjuntura atual é caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento e por expectativas de inflação desancoradas, o que, segundo o comitê, torna necessário manter "cautela e parcimônia" visando o cumprimento das metas, tendo, na manutenção da taxa da Selic, ferramenta "adequada para assegurar a convergência da inflação". (Agência Brasil)

Investimentos no Tesouro Direto somam R\$ 4,31 bilhões em maio

Página 3

Municípios recebem R\$ 1,38 bilhão no quarto repasse de ICMS de junho

Página 2

Esporte

Brasil vence França no encerramento da segunda etapa da Liga das Nações

A seleção masculina suportou a pressão da torcida local e venceu a França neste domingo (25). Com um ginásio ingressos esgotados na cidade francesa de Orléans, o time de Renan Dal Zotto ganhou por 3 sets a 1 (25/20, 26/24, 19/25 e 25/23) no encerramento da segunda etapa da Liga das Nações 2023, chegando a seis vitórias na competição. O maior pontuador da partida foi o oposto Alan, com 24 pontos. O time verde-amarelo volta a jogar no dia 4 de julho, quando enfrenta a Itália.



Alan marcou 24 pontos contra a França

Beto Monteiro busca ampliar liderança da Copa Truck em Cascavel



Beto Monteiro

Líder do campeonato da Copa Truck após quatro etapas, Beto Monteiro busca am-

pliar a distância em relação aos adversários na classificação do campeonato neste final de semana. A categoria visita o Autódromo Zilmar Beux, em Cascavel (PR), um dos circuitos mais velozes do País, e o piloto do caminhão Volkswagen que leva as cores da Universal Soluções Automotivas está empolgado para a rodada dupla.

Em uma temporada das mais equilibradas, Monteiro carrega uma vantagem de três pontos em relação aos adversários mais próximos. O piloto pernambucano é o único que possui duas vitórias em corridas 1, que valem mais pontos para o campeonato, na atual temporada. Tudo isso faz com que o veterano tenha boas expectativas para a etapa no oes-Página 6 te paranaense.

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro: bicampeã destaca beleza e rapidez do novo percurso

Lindo e rapidíssimo. Assim a bicampeã do IRONMAN Brasil, a carioca Fernanda Keller, define o novo percurso do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro, programado para o dia 9 de julho. Depois de seis edições no Recreio do Bandeirantes, a prova terá os 1,9 km de natação na Praia de Copacabana, o percurso de 90,1 km de ciclismo entre a Avenida Atlântica e a Rodoviária Novo Rio, passando pela Via Expressa-Porto Maravilha, e a corrida de 21,1 km no Aterro do Flamengo, com chegada na Marina da Glória. Trata-se de um percurso plano e rápido e que contempla parte do trajeto olímpico da Rio2016.

"A natação será na praia mais famosa, a nossa" Princesinha do Mar", a icônica Copacabana.

24ª Copa Brasil de Kart não terá disputa das categorias OK e OK Júnior



Categorias OK FIA e OK Júnior não serão disputadas na

A Confederação Brasileira de Automobilismo divulgou na terça-feira (dia 27) o cancelamento das disputas das categorias OK FIA e OK Júnior na 24ª edição da Copa Brasil de Kart, que será realizada entre 19 e 29 de julho, no Kartódromo Internacional Beto Carrero, em Pe-

Em virtude do pequeno nú-

mero de inscrições confirmadas até o momento em ambas as categorias, a entidade decidiu pelo cancelamento, já que havia uma preocupação com os pilotos e equipes já inscritos, para que pudessem organizar a logística de viagem, entre outros. Todos que fizeram suas inscrições terão o valor da taxa devolvido integralmente. Página 6

Prefeitura investe em recuperação e manutenção de pontes e viadutos

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Siurb), realiza o maior programa de recuperação e manutenção de pontes e viadutos da história da cidade. Somente neste ano, o setor conta com um orçamento histórico já aprovado de mais de R\$ 650 milhões.

O objetivo é concluir 300 obras até o fim de 2024, superando o Programa de Metas 2021-2024 (meta 37), que estimava fazer 260 intervenções em unidades estruturais de pontes e viadutos até o fim desta gestão. A ação com esse volume de intervenções é inédita na cidade e faz parte do Programa de Recuperação de Pontes e Viadutos, criado em novembro de 2018, com o objetivo de instaurar uma cultura permanente de inspeções rotineiras e manutenções preventivas, promovendo a integridade e prolongando a vida útil das estruturas.

Desde então a Prefeitura começou a recuperar ligações importantes, em todas as regiões, mas que nunca tinham passado por uma avaliação aprofundada nem por manutenção preventiva.

Foi assim que se constatou o comprometimento do Viaduto General Olímpio da Silveira, na Avenida Pacaembu, na Zona Oeste, por exemplo. A estrutura foi construída em 1939 e teve problemas estruturais em razão de impactos causados por acidentes, o que levou a Prefeitura a proibir o tráfego de caminhões e iniciar uma obra de recuperação em 2019. Os reparos estão em finalização.

Além desse, estão em fase de finalização as obras de reforço e recuperação estrutural nos viadutos Carlos Ferraci, Antônio Sanches de Larraigoiti Júnior, General Milton Tavares, Naor Guelfi, Beneficência Portuguesa, General Marcondes Salgado, Paraíso, Sumaré, Doutor Arnaldo, Carlito Maia, Ponte Eng. Ary Torres e Complexo Viário Jacu-Pêssego.

Somados, somente os contratos dessas intervenções representam um investimento direto de R\$ 62,8 milhões na infraestrutura viária da capital e na segurança de motoristas e pe-

Para a próxima etapa do programa de recuperação e manutenção de pontes e viadutos, a Prefeitura já conta com as licitações publicadas para 53 obras. São importantes vias espalhadas por toda a cidade, como Ponte Bernardo Goldfarb, Viaduto Incinerador Vergueiro, Ponte Vitorino Goulart, Viaduto Santa Efigênia e Passarela Prof. Dr. Emílio Athié.

Hoje, há 28 obras simultâneas em andamento pela cidade, além de outras 215 em processo de contratação. Sobre vistorias, 53 já foram contratadas e, atualmente, estão em etapa de planejamento. Mais 924 inspeções estão em fase de adequação do edital para prosseguimento da licitação.

A medida é necessária para

garantir a qualidade da infraestrutura viária, e é realizada pela Siurb por meio da SPObras. Desde 2021, já foram investidos R\$ 264 milhões no Programa de Recuperação de Pontes e Viadutos da cidade, criado em novembro de 2018, com o objetivo de instaurar uma cultura permanente de inspeções rotineiras e manutenções preventivas, promovendo a integridade e prolongando a vida útil das estruturas. Com essas ações, a Prefeitura consegue reduzir os gastos públicos, além de garantir a segurança da população.

Novas tecnologias

As novas tecnologias também nos ajudam a acelerar o programa, poupar recursos públicos e reduzir os transtornos causados no trânsito de uma metrópole com a dimensão de São Paulo. Em várias obras, está sendo utilizada a fibra de carbono para execução dos reforços. Esse material confere resistência sem acrescentar peso às estruturas. Para diminuir os impactos causados no trânsito, são instaladas plataformas suspensas

(QuickDeck) para execução dos trabalhos sob os tabuleiros dos viadutos e pontes. Dessa forma, não há necessidade de interdições em importantes vias da cidade.

As novas juntas asfálticas são feitas de material mais moderno e com maior durabilidade, que estão substituindo as antigas juntas de dilatação. Para correção das fissuras no pavimento rígido, está sendo usada resina epóxi e aplicação de pó de quartzo, o que permite atuar em grandes áreas.

O Programa de Recuperação também contempla túneis. Além de já terem sido executadas algumas obras emergenciais pontuais, a Prefeitura está trabalhando na contratação de vistorias para essas estruturas. A licitação que está em andamento contempla a inspeção de 29 túneis e passagens subterrâneas.

A importância das inspe-

A Prefeitura de São Paulo realiza, rotineiramente, inspeções em pontes, viadutos, passarelas e túneis por meio das quais é possível avaliar as reais condições das estruturas e, assim, obter elementos para verificação mais aprofundada das patologias decorrentes do processo natural de deterioração.

As equipes da Siurb e da SPObras realizam inspeções visuais nessas estruturas, fornecendo análise prévia das suas condições. A depender desta avaliação prévia, ou em intervalos de cinco a oito anos, são contratadas empresas para realizar a inspeção especial. O laudo decorrente da inspeção especial contém informações técnicas sobre a condição das estruturas e recomendações das ações a serem implementadas para garantia de sua segurança.

Com base nesses laudos são definidas as intervenções necessárias e a priorização do processo de contratação de obras de recuperação. A inspeção especial permite a detecção prévia dos problemas e a consequente recuperação, minimizando os riscos e fomentando uma cultura de manutenção periódica das estruturas.

CESAR NETO www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Barba, cabelo e bigode, foi o que rolou nas revisões do Plano Diretor e da LDO, sob o último ano de reinado do vereador-presidente Milton Leite (União). Quem ele vai eleger pra 2024 ?

PREFEITURA (São Paulo)

O novel conselheiro - no TCM - Ricardo Torres, no TCM, ouviu o também conselheiro do Palmeiras - Domingos Dissei dizer que o time será campeão (mundo) e ele será presidente

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Uma pergunta tá no ar pela rádio "Palácio 9 de Julho": aonde estavam alguns deputados e deputadas, que não estiveram no encontro com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ?

GOVERNO (São Paulo)

Na edição de ontem, "Tarcísio conversando até com o hoje vice-presidente do Lulismo (PT), o ex-governador Alckmin (extucano, no PSB)" foi em Portugal. Não foi. É por aqui mesmo

CONGRESSO (Brasil)

CPI mista das invasões e depredações nos 3 Poderes : quando um coronel do Exército não tem torcida nem no time Bolsonarista que veste a camisa, é porque 'perdeu mané' ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Presidente Lula (ainda dono do PT) tá fazendo o personagem nos vídeos - ao vivo - que agora faz semanalmente, imitando o que fazia o Bolsonaro (PL). Só falta um 'Cabrini' entrevistando

PARTIDOS (Brasil)

PSDB tá completando 35 anos (saído do PMDB) em 1988. Como não há comemorações, pergunta-se : o que aconteceu com o 'liberalismo de centro', defendido pelo defenestrado Doria?

JUSTIÇAS (Brasil)

Até o fechamento desta edição, não havia conclusão no julgamento do Bolsonaro (PL) no Tribunal Superior Eleitoral. Dependendo do que acontecer, o PL vai apelar aos deuses do Olimpo

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Vereadores de SP aprovam a revisão do Plano Diretor Estratégico

A Câmara dos Vereadores da capital paulista aprovou na noite de segunda-feira (26), em segunda e definitiva votação, a revisão do Plano Diretor Estratégico do Município - projeto de lei (PL) 127/2023. Foram 44 votos a favor, 11 contra e nenhuma abstenção. Para a aprovação, eram necessários ao menos 37 votos. O Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o desenvolvimento e o crescimento urbano da cidade.

O projeto inicial, enviado pela prefeitura de São Paulo à Câmara em março, foi aprovado com dois textos substitutivos e 13 emendas. Entre elas, a que transforma os estádios Allianz Parque, Neoquímica Arena, Morumbi e a Fazendinha em polos atrativos esportivos e turísticos, o que abre a possibilidade para que, no futuro, recebam incentivos fiscais.

Entre as principais mudanças aprovadas, em relação ao plano

diretor atual, de 2014, está a alteração do raio passível de adensamento construtivo (a construção de prédios altos), que aumentou de 600 metros - como fixado em 2014 - para 700 metros nas regiões onde há estações de trem ou metrô. Nos locais com corredores de ônibus ou VLT (veículo leve sobre trilhos), a medida foi elevada de 300 para 400 metros.

Também foi aprovada a possibilidade da construção de prédios mais altos desde que no edifício haja apartamentos destinados à moradia popular, e a permissão da utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) - atualmente usado na construção de moradias populares, obras contra enchentes, saneamento e melhorias no transporte público - para o recapeamento de ruas.

Ainda foi aprovada a permissão para a construção de prédios com mais vagas de garagens nas proximidades de estações de trens, metrôs, e corredores de ônibus.

O relator do PL, Rodrigo Goulart (PSD) afirmou que o texto aprovado representa um avanço em relação ao anterior de 2014, e que a produção de moradias populares, ou HIS (habitação de interesse social), está garantida no novo plano. Ele defendeu ainda o aumento do raio de adensamento nas proximidades dos transportes públicos.

"É um adensamento mais homogêneo e qualificado em cada uma dessas estações. E lembrando que terão as possibilidades de expansão desde que atendidos parâmetros que estão previstos e muito claros aqui no texto que nós aprovamos hoje", disse.

O relator defendeu ainda as alterações feitas no Fundurb. "No mínimo, 50% do recurso utilizado para pavimentação e recape deverão ser destinados

aos bairros periféricos", desta-

Vereadora da oposição, Silvia da Bancada Feminista (Psol) criticou o novo plano diretor aprovado. Segundo ela, o texto representa um retrocesso para o projeto urbanístico da cidade. 'Vai avançar a construção de prédios muito grandes e de alto padrão nos miolos de bairro, vai adensar ainda mais o centro expandido por conta da questão dos eixos de 700 metros". Ela ainda criticou as mudanças no uso do Fundurb.

"Também vai retirar recursos do Fundurb, que são recursos voltados para moradia popular, regularização e criação de parques. Porque tem uma parte desses recursos que vai agora para recapeamento de vias. Então, é um projeto que, apesar das mudanças que foram feitas, ele ainda representa um ataque ao direito à cidade", acrescentou.

Municípios recebem R\$ 1,38 bilhão no quarto repasse de ICMS de junho

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou na terça-feira (27) R\$ 1,38 bilhão aos 645 municípios paulistas. A transferência é referente ao montante de ICMS arrecadado de 19 a 23 de junho.

Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

Os municípios já haviam recebido R\$ 1,44 bilhão nos repasses anteriores, realizados em 6, 13 e 20 de junho. Com os depósitos efetuados hoje, o valor acumulado distribuído às prefeituras neste mês sobe para R\$ 2,83 bilhões.

Os depósitos semanais são realizados por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/ 01/1990. As consultas dos valores podem ser feitas no site da Fazenda, no link Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.

Em 2023, as 645 prefeituras paulistas receberam mais de R\$ 15.1 bilhões em recursos do ICMS transferidos pela Sefaz-SP. Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertencem aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3°).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3°, da LC 63/ 1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93.

Secretaria Municipal de Educação abre vaga para psicólogo escolar na DRE Butantã

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo abriu inscrições para o cargo de Psicólogo Escolar no Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA) da DRE Butantã. São três vagas para os profissionais efetivos da Rede Municipal de Ensino. As inscrições online podem ser feitas até 28 de julho.

Podem participar Professores de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e Professor de Ensino Fundamental II e Médio, que estejam interessados em atuar como Psicólogo Escolar Institucional do NAAPA, da DRE BT.

Veja, abaixo, os requisitos para atuar como Psicólogo Escolar:

I – Ser professor efetivo da Educação Infantil, Educação Infantil e Ensino Fundamental I ou Professor de Ensino Fundamental II e Médio;

II - Não estar em estágio probatório:

III – Ser profissional integrante da carreira do magistério;

III – Possuir graduação em psicologia, com disciplinas relacionadas à psicologia escolar/ educacional e/ou graduação em Psicologia com especialização em Psicologia Escolar/Educacional e inscrito anualmente no

Conselho Regional de Psicologia (CRP), conforme Lei Federal nº 5.766/1971;

IV – Disponibilidade para ingresso em jornada de 40 horas (J 40), preferencialmente em horário entre 7h e 19h;

V – Conhecimentos na área de atuação, dos Currículos da Cidade e da legislação pertinente à função.

O psicólogo escolar que atua na equipe do NAAPA apoia e acompanha os coletivos escolares, na perspectiva da transformação das relações humanas que impactam nos processos de escolarização de crianças e adolescentes em situações de violação de direitos e de sofrimento psíquico. Sendo estes, atendidos ou não pelo serviço de saúde mental, quando esgotadas todas as possibilidades da escola.

Para isso, o NAAPA investe em práticas psicológicas, tais como a escuta ativa, a observação, o olhar atento às intervenções que se voltam à construção e à potencialização de espaços reflexivos que promovam relações que tenham em sua base um olhar orientado pelas possibilidades, como forma de garantir às crianças e aos adolescentes o direito à apropriação do conhecimento escolarizado.

Jornal S. Paulo

Administração e Redação AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda Matriz: Rua Carlos Comenale, 263

3° andar CEP: 01332-030 Fone: 3258-1822 Filial: Curitiba / PR Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira

Mtb. 19.548

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Investimentos no Tesouro Direto somam R\$ 4,31 bilhões em maio

As vendas de títulos do Tesouro Direto superaram os resgates em R\$ 1,757 bilhão em maio deste ano. Segundo dados divulgados na terça-feira (27), em Brasília, pelo Tesouro Nacional, as vendas de títulos atingiram R\$ 4,314 bilhões, e os resgates totalizaram R\$ 2,556 bilhões, sendo R\$ 2,442 bilhões relativos a recompras de títulos públicos e R\$ 114,1 milhões por vencimentos, quando o prazo do título acaba e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os corrigidos pela Selic, taxa básica de juros, que corresponderam a 61,7% do total. Papéis vinculados à inflação tiveram participação de 25% nas vendas, enquanto os prefixados - com juros definidos no momento da emis-

são - representaram 13,3%.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 116,1 bilhões no fim de maio, com aumento de 2,5% na comparação com o mês anterior (R\$ 113,3 bilhões) e de 26,7% em relação a maio do ano passado (R\$ 91,7 bilhões).

Quanto ao número de investidores, 311.827 novos participantes cadastraram-se no programa no mês passado. O número de investidores atingiu 24.333.855, alta de 28,4% nos últimos 12 meses. O total de investidores ativos com operações em aberto chegou a 2.210.657, aumento de 11,9% em 12 meses. No mês, o acréscimo foi de 33.392 investidores ativos.

A procura do Tesouro Direto por pequenos investidores

pode ser observada pelo considerável número de vendas até R\$ 5 mil, que corresponderam a 81,8% do total de 624.762 operações ocorridas em maio. Só as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 59,2%. O valor médio por operação foi de R\$ 6.905,58.

Os investidores têm preferido papéis de médio prazo. As vendas de títulos com prazo de um a cinco anos representaram 36,4% e aquelas com prazo de cinco a dez anos, 46,5% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo chegaram a 17,1% das vendas.

O balanço completo do Tesouro Direto está disponível na página do Tesouro Nacional na internet.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar a aplicação e permitir que pessoas físicas adquirissem títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, pela internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa para a corretora responsável pela custódia dos títulos.

Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, os índices de inflação, o câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis prefixados. (Agência Brasil)

Custo da construção tem inflação de 0,85% em junho

O Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou inflação de 0,85% em junho deste ano. A taxa é maior do que a observada em maio (0,40%), mas inferior à apurada em junho de 2022 (2,81%).

Com o resultado, o INCC-M acumula taxa de 2,19% no ano e de 4,29% em 12 meses, de acordo com a FGV.

A alta da inflação de maio para junho foi puxada pela mão de obra, que teve alta de preços de 1,81% em junho ante 0,75% de maio.

Os materiais e equipamentos tiveram deflação (queda de preços) de 0,15% em junho, uma queda mais intensa do que a observada em maio (-0,06%). Os serviços tiveram inflação de 0,18% em junho, abaixo do 0,64% de maio. (Agência Brasil)

Apenas 0,88% das empresas brasileiras vendem para o exterior

Setor que cresce, mas precisa superar disparidades, tanto entre regiões como entre competidores grandes e pequenos. Esse é o perfil das 24.931 firmas brasileiras que exportam, que representavam apenas 0,88% das empresas ativas no país em 2020.

A conclusão é do estudo Perfil das Firmas Exportadoras Brasileiras, lançado na segunda-feira (26) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC). O panorama revela a concentração das empresas exportadoras. Apesar de poucas, elas respondem por 15% dos empregos formais no país, com 5,2 milhões de trabalhadores.

Por ser baseado em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que têm dois anos de defasagem, o estudo abrange a situação das empresas exportadoras até 2020. Com a Rais de 2023, que divulgará os dados de 2021, o MDIC pretende lançar uma nova edição.

As principais diferenças decorrem das disparidades regionais. As companhias exportadoras continuam concentradas no Sul e no Sudeste do Brasil. Em 2020, 42,8% das empresas brasileiras que vendiam ao exterior estavam no estado de São Paulo. Em segundo lugar, vem o Rio Grande do Sul, com 11,1%.

Ao comparar a relação entre o número de empresas e a fatia do estado nas exportações, a disparidade cresce. O estado de São Paulo concentra 20% das vendas externas, e o Rio Grande do

Sul detém 6,7%. Em contrapartida, o Mato Grosso do Sul, cujas exportações são principalmente agropecuárias, tem apenas 0,7% das empresas exportadoras, contra 2,8% do valor exportado.

No caso dos estados agrícolas, uma das explicações consiste no fato de que o estudo se baseou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de *trading companies*, empresas que compram dos fazendeiros e processam as exportações. No caso da indústria extrativa mineral, pesa a forte concentração no mercado de petroleiras e mineradoras, que têm grande peso na balança comercial.

"Esse estudo é importante porque permite desenhar políticas públicas para ampliar o número de empresas exportadoras e internalizar os benefícios das regiões exportadoras", explica a secretária de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Prazeres. "Exportar faz diferença para os empregados das empresas. Quem exporta paga melhor e contrata mais trabalhadores com ensino superior em relação às demais empresas", acrescenta.

A expansão do setor exportador, no entanto, enfrenta barreiras. Além das desigualdades regionais, o tamanho da empresa é um fator chave para que um negócio venda para o exterior. Segundo o estudo, 84,5% das empresas não-exportadoras têm até nove empregados. Entre as companhias que vendem para o exterior, 26,5% tem de 50 a 249

trabalhadores; e 30,8%, de 10 a 49 trabalhadores.

Segundo Tatiana Prazeres, apesar da concentração na indústria extrativa (exportadores de petróleo e de minérios), o favorecimento a negócios de maior porte ocorre em todos os setores econômicos pesquisados. "As micro e pequenas empresas têm mais dificuldade em obter informações sobre os mercados externos e, muitas vezes, em superar a burocracia. Isso gera custos", analisa a secretária.

O setor de atuação também interfere na capacidade de exportação. Na média geral das empresas, apenas 1% tem chance de vender para o exterior nos dez primeiros anos de atuação. A probabilidade sobe para 4% na indústria de transformação e para 7,9% na indústria extrativa.

O entrave, constatou o estudo, ocorre principalmente na entrada de novas exportadoras. Caso uma empresa consiga vender para o exterior, a chance de exportar no ano seguinte está em torno de 65%. "A barreira de acesso [a novas empresas] é elevada, mas, uma vez que supera essa barreira, é mais comum que uma companhia exporte no ano seguinte", destaca a secretária de Comércio Exterior.

Em relação ao destino das mercadorias, o estudo constatou que, apesar da predominância total das exportações brasileiras para China e Estados Unidos, o Mercosul e a América Latina continuam sendo os destinos mais importantes. Em 2020, se-

gundo os dados mais recentes, 61% das exportadoras brasileiras venderam seus produtos a países da América Latina.

Segundo o MDIC, dois fatores contribuem para esse resultado: a proximidade dos países e o baixo volume de barreiras tarifárias, principalmente entre os países do Mercosul. No entanto, ao observar o crescimento entre 2018 e 2020, os mercados de maior tamanho lideram, com alta de 24% no número de exportadoras para a China, 21% para os Estados Unidos e 16% para a União Europeia.

Para a secretária de Comércio Exterior, o interesse pelos maiores mercados consumidores justifica a importância da política externa em fechar acordos comerciais. "O dado confirma importância de o Brasil fechar acordos comerciais. Se quisermos ampliar empresas exportadoras, concluir acordos comerciais e reduzir barreiras que nossos produtos enfrentam nos mercados externos, precisamos negociar", diz.

Na avaliação de Tatiana Prazeres, o estudo é importante para traçar diagnósticos e fazer o governo estimular o aumento do número de empresas exportadoras, principalmente no interior do país. "As empresas que exportam são mais inovadoras, geram mais empregos e pagam salários melhores. Essa é a importância de promover o comércio exterior Brasil adentro para internalizar benefícios", conclui.

Caixa paga Bolsa Família com novo adicional de R\$ 50 a NIS de final 7

A Caixa Econômica Federal paga na terça-feira (27) a parcela de junho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 7. Essa será a primeira parcela com o novo adicional de R\$ 50 a famílias com

gestantes e filhos de 7 a 18 anos. Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional, de R\$ 150, para famílias com crianças de até 6 anos. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R\$ 900 para quem cumpre os requisitos e recebe os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 705,40, o maior da história do programa. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,2 milhões de famílias, com um gasto de R\$ 14,97 bilhões.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pentefino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente, divulgado em abril, cerca de 2,7 milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

Apesar do corte, foi concedido um prazo de 60 dias para que cerca de 1,2 milhão de pessoas que se cadastraram como de famílias unipessoais no segundo semestre do ano passado regularizem a situação e comprovem os requisitos para retornar ao programa. A principal re-

gra é que a família tenha renda mensal de até R\$ 218 por pessoa, conta obtida ao dividir a renda total pelo número de integrantes da família.

Outra novidade incorporada ao Bolsa Família em junho é o início da regra de proteção. Mesmo conseguindo um emprego e melhorando a renda, a nova regra permite que a família permaneça no programa por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Nesse caso, a família passa a receber 50% do valor do benefício a que teria direito.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

O Auxílio Gás também será pago nesta terça às famílias cadastradas no CadÚnico, com NIS final 7. Com valor de R\$ 109 em junho, o benefício segue o calendário do Bolsa Família. O montante caiu em relação a abril por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia 5,62 milhões de famílias neste mês. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição e da medida provisória do Novo Bolsa Família, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg até o fim do ano.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no Cadúnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica. (Agência Brasil)

Prévia da inflação oficial fica em 0,04% em junho, diz IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, registrou alta de preços de 0,04% em junho deste ano. A taxa é inferior a 0,51% de maio deste ano e 0,69% de junho do ano passado.

De acordo com dados divulgados na terça-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-

15 acumula taxa de 3,16% no ano e 1,12% no segundo trimestre (IPCA-E). Em 12 meses, a taxa acumulada é de 3,40%, abaixo dos 4,07% acumulados até maio.

O principal responsável pela alta de preços na prévia de junho é o grupo de despesas habitação (0,96%). O resultado foi influenciado por reajustes nas taxas de água e esgoto em qua-

tro capitais, o que provocou um aumento médio de 3,64% no país, e de tarifa de energia elétrica residencial também em quatro capitais, o que resultou em uma alta média de 1,45%.

Outros cinco grupos tiveram alta de preços, entre eles vestuário (0,79%). Os três grupos que registraram deflação (queda de preços) foram transportes (-0,55%), alimentação e bebidas

(-0,51%) e artigos de residência (-0,01%).

Em transportes, a deflação foi puxada pelos combustíveis (-3,75%): gasolina (-3,40%), óleo diesel (-8,29%), etanol (-4,89%) e gás veicular (-2,16%). Já a queda de preços dos alimentos foi influenciada pelo óleo de soja (-8,95%), frutas (-4,39%), leite longa vida (-1,44%) e carnes (-1,13%). (Agência Brasil)

Reforma tributária será negociada após viagem de Lira, diz Haddad

A reforma tributária será negociada após o retorno do presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira de viagem, disse na segunda-feira (26) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o governo quer aprovar um tema complexo com o maior número de votos posível.

"Não queremos votar essa PEC [proposta de emenda à Constituição] com apenas 308 votos. Queremos votar com bastante apoio porque é uma coisa para a sociedade, para o Brasil. É uma transição lenta, mas que aponta na direção correta. Então temos muito trabalho pela frente", disse o ministro ao retornar do Palácio do Planalto, no início da noite.

Até a próxima quarta-feira (28), Lira estará em Portugal,

onde participa de um fórum de debates sobre a política e a economia brasileiras. Na semana passada, Lira afirmou que pretende fazer um esforço concentrado e votar, na próxima semana, a reforma tributária, o novo arcabouço fiscal e as mudanças no sistema de votação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), tribunal administrativo da Receita Federal. No meio da tarde, Haddad

No meio da tarde, Haddad foi convocado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para reuniões no Palácio do Planalto. O ministro informou ter se encontrado com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para discutir questões relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, para tratar da ver-

são do Plano Safra voltada a agricultores familiares. Haddad não deu detalhes sobre os dois encontros.

Pela manhã, o ministro havia declarado que estava confiante na aprovação da reforma tributária e descartou novas concessões, argumentando que a reforma tem o impacto diluído no tempo. Pelo relatório apresentado na última quinta-feira (22), haverá oito anos de transição para a adoção do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e 50 anos de transição da mudança da cobrança do tributo no destino (local onde é comprada a mercadoria).

"Em reta final de uma negociação complexa, é todo mundo se manifestando. Mas você tem ali um colegiado representativo do povo, representativo da Federação, da Câmara e do Senado. E você vai ter uma conclusão do processo. Estou muito confiante", declarou o ministro.

Em relação ao projeto que restabelece o voto de desempate do governo no Carf, Haddad disse ser necessário superar impasses que passaram a ocorrer desde que o sistema de votação foi mudado, em 2020.

"Do jeito que estava [com as empresas tendo o voto de desempate], não dava para continuar. Para você ter uma ideia, saímos de R\$ 600 bilhões em contencioso para R\$ 1,3 trilhão e, se nada acontecer, isso pode subir para R\$ 2 trilhões segundo projeções da Receita Federal, o que é a paralisação do Estado brasileiro", advertiu o ministro. (Agência Brasil)

Petrobras ampliará capacidade de produção de diesel renovável

A Petrobras informou na terça-feira (27) que prevê aumentar em 146% a capacidade de produção de diesel com conteúdo renovável (Diesel R), após ter recebido autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para operar mais uma unidade de produção do combustível na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, Paraná. Segundo a empresa, o uso da capacidade depende da disponibilidade de matéria-prima e das condições de mercado.

Dos atuais 5 milhões de litros por dia, a companhia passará a ter um potencial de processar 12,3 milhões de litros por dia ainda neste ano. De acordo com a estatal, esse volume total seria suficiente para abastecer cerca de 41 mil ônibus convencionais, gerando redução de emissão de em torno de 1.300 toneladas de gases de efeito estufa.

O diesel com conteúdo renovável é o primeiro produto lançado no âmbito do Programa de BioRefino da Petrobras, que investirá, nos próximos cinco anos, aproximadamente US\$ 600 milhões no desenvolvimento de uma nova geração de combustíveis sustentáveis

bustíveis sustentáveis.

O gerente-geral da Repar,
Felipe Leonardo Gomes, destacou os ganhos da implementa-

ção do projeto. "A ampliação da capacidade de processamento de óleo vegetal na Repar agregará maior confiabilidade e flexibilidade para a produção de Diesel R, atendendo às demandas dos clientes e da sociedade por produtos de menor impacto ambiental", disse, em nota.

Para o diretor de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França, o aumento da capacidade de produção do Diesel R representa um importante marco para o programa BioRefino da Petrobras. "Estamos preparando a companhia para o futuro. Na trajetória para a transição energética, o coprocessamento de diesel mineral com matéria-prima de origem renovável tem se mostrado um caminho industrialmente viável e irá contribuir para um mercado ambientalmente mais sustentável".

O Diesel R é um combustível da Petrobras produzido por coprocessamento de diesel mineral com óleo vegetal, com uma proporção de até 10% de conteúdo renovável. Além do benefício ambiental, o Diesel R pode ser misturado ao diesel convencional em diferentes proporções, sem a necessidade de adaptações nos motores dos veículos e sem exigir alterações ou mudanças na cadeia logística ou no seu armazenamento. (Agência Brasil)

Governo lança Plano Safra de R\$ 364,22 bilhões para agronegócio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, na terçafeira (27), o Plano Safra 2023/ 2024 com R\$ 364,22 bilhões para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país. O crédito vai apoiar grandes produtores rurais e produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

O total é 26,8% maior que os valores destinados no plano anterior, de 2022/2023, de R\$ 287,16 bilhões para o Pronamp e os demais produtores. "É o primeiro Plano Safra do nosso governo e como os outros, de 2003 a 2015, eu não tenho medo de dizer para vocês que todos os anos a gente vai fazer planos melhores do que no ano anterior", disse Lula, em cerimônia no Palácio do Planalto.

"Se enganam aqueles que pensam que o governo pensa ideologicamente quando vai tratar de um Plano Safra. Se enganam aqueles que pensam que o governo vai fazer mais ou fazer menos porque tem problemas ou não problemas com o agronegócio brasileiro. A cabeça de um governo responsável não age assim, a cabeça de um governo responsável não tem a pequenez de ficar insultando, insuflando o ódio entre as pessoas. Esse país só vai dar certo se todo mundo ganhar", ressaltou o presidente.

O objetivo do governo com esse Plano Safra é incentivar o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, com redução das taxas de juros para recuperação de pastagens e premiação para os produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis.

Para Lula, o setor produtivo não pode ser "predador" das riquezas naturais do país, que são um bem para as futuras gerações. "Nós não precisamos desmatar nada para criar mais gado, para plantar mais soja, nós temos possibilidade de recuperar milhões de hectares de terra degradadas que esse país tem", disse Lula.

"A questão de não desmatar, seja o Cerrado, seja o Pantanal, seja a Amazônia, é por uma questão de garantia desse país e da qualidade do ar em que nós queremos viver e da qualidade das coisas que nós queremos produzir. Não é de hoje que, de vez em quando, aparece um espertinho querendo plantar cana [de açúcar] no Pantanal. O Pantanal tem 1001 utilidades para o Brasil, menos de plantar cana", acrescentou.

O presidente está sugerindo ainda que o governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e os governo estaduais, com suas secretarias, façam levantamentos e criem uma "prateleira" de terras devolutas e improdutivas para fazer a reforma agrária. "Nós não precisamos sequer ter mais invasão de terra nesse país", disse. "Não precisa ficar com um processo de 3 ou 4 anos para descobrir que a terra é improdutiva. Vamos ver antes. O governo pode ter uma prateleira e oferecer isso ao país", acrescentou.

Por fim, Lula afirmou que dará atenção à questão orçamentária da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que, segundo ele, está com poucos recursos para investimentos. "Eu quero visitar a Embrapa para ver se a gente consegue fazer a Embrapa voltar a ser a empresa orgulho do agronegócio brasileiro".

Complementando os valores para o setor rural, amanhã (28), Lula anuncia o Plano Safra da Agricultura Familiar, com valor em torno de R\$ 77 bilhões em recursos e taxas de juros menores para o financiamento de pequenos produtores na produção de alimentos, aquisição de máquinas e práticas sustentáveis, como bionsumos, sociobiodiversidade e transição agroecológica.

Representando o setor produtivo, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Alexandre Schenkel, destacou as ações dos governos anteriores do presidente Lula no apoio ao agronegócio, como renegociação de dívidas e garantia de preços mínimos, e disse que o crédito é, hoje, um dos principais insumos para viabilizar a atividade agropecuária, "permitindo trazer inovações tecnológicas, sustentabilidade e qualidade para a produção brasileira".

"Com o Plano Safra bem dimensionado, estamos no caminho certo", disse, citando também investimentos públicos e privados em pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para melhorar a produtividade no campo. Para Schenkel, é preciso fortalecer a imagem do Brasil como sinônimo de sustentabilidade.

"Sendo muito produtivos consequentemente nos tornamos sustentáveis, nos três pilares que este conceito pressupõe: social, ambiental e econômico. Precisamos que o mundo entenda que ainda podemos avançar muito na produção agrícola, convertendo áreas degradadas e respeitando o nosso Código Florestal", disse o presidente da Abrapa.

O agricultor cobrou que os governos federal e estaduais implementem integralmente o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e combatam "duramente o desmatamento ilegal". "Isso ajudará o setor a melhorar ainda mais a sua imagem. O plantio direto, a integração agricultura-pecuária-floresta, a agricultura com baixa emissão de carbono e a regenerativa precisam ser moedas para o agricultor brasileiro e a nação", acrescentou o presidente da Abrapa.

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, reconheceu a morosidade do poder público e afirmou que o governo está trabalhando nos ajustes do sistema para que a finalização do cadastro seja mais rápida.

Do total de recursos anunciados nesta terça-feira para a agricultura empresarial, R\$ 272,12 bilhões serão destinados ao custeio e comercialização. Outros R\$ 92,1 bilhões serão para investimentos.

Em relação ao tipo de financiamento, serão R\$ 186,4 bilhões com taxas controladas, dos quais R\$ 84,9 bilhões com taxas não equalizadas e R\$ 101,5 bilhões com taxas equalizadas (subsidiadas). Outros R\$ 177,8 bilhões serão destinados a taxas livres.

As taxas de juros para cus-

teio e comercialização serão de 8% ao ano para os produtores enquadrados no Pronamp e de 12% ao ano para os demais produtores. Já para investimentos, as taxas de juros variam entre 7% ao ano e 12,5% ao ano, de acordo com o pro-

Com este Plano Safra, o governo quer incentivar o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis. Serão premiados os produtores rurais que já estão com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado e também aqueles produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis.

A redução será de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio para os produtores rurais que possuírem o CAR analisado, em uma das seguintes condições: em Programa de Regularização Ambiental (PRA); sem passivo ambiental; ou passível de emissão de cota de reserva ambiental.

"Aqueles produtores que se dedicaram, que foram lá e cumpriram as pendências, apesar da dificuldade do poder público em fazer a análise, nós reconhecemos isso. Nós estamos premiando porque esses conseguiram superar essa dificuldade", disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, destacando que há outras linhas de premiação.

Também terão direito a redução de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio os produtores que adotarem práticas de produção agropecuária consideradas mais sustentáveis, como produção orgânica ou agroecológica, bioinsumos, tratamento de dejetos na suinocultura, pó de rocha e calcário, energia renovável na avicultura, rebanho bovino rastreado e certificação de sustentabilidade.

De acordo com o governo, a definição dessas práticas, bem como a regulamentação de como elas serão comprovadas pelos produtores rurais junto às instituições financeiras, serão feitas após o lançamento

Essas reduções na taxa de juros de custeio poderão ocorrer de forma independente ou cumulativa. Ou seja, caso o produtor preencha os dois requisitos, ele poderá ter uma redução de até 1 ponto percen-

Além disso, o Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro), que terá quase R\$ 7 bilhões em crédito, incorpora os financiamentos de investimentos identificados com o selo de incentivo à adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária.

O governo também objetiva fortalecer os médios produtores rurais no Plano Safra deste ano com maior disponibilidade de recursos para custeio e para investimento. Além disso, o limite de renda bruta anual para o enquadramento no Pronamp passou de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3 milhões. A mudança leva em consideração a elevação dos preços dos produtos agrícolas.

Quem está enquadrado no Pronamp terá taxa de juros mais baixas para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas por meio do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). O acesso a esses recursos será com taxa de juro de 10,5% para o Pronamp, sem limite de financiamento. Para os demais produtores, a taxa de juros permanece em 12,5%

O limite de financiamento de investimentos no Pronamp passa de R\$ 430 mil para R\$ 600 por beneficiário, por ano.

O Plano Safra 2023/2024 também prevê o aumento de 25% para 30% da exigibilidade de direcionamento dos recursos obrigatórios para as operações de crédito rural nas instituições financeiras. No caso do Pronamp, a subexigibilidade para o custeio passou de 35% para 45%. (Agência Brasil)

& Cidadão Consciente Conheça seus Direitos

Advogado do Consumidor

Mulheres na Sociedade

Por Nicholas Maciel Merlone

O Estado brasileiro é regido por leis e por um regime democrático. Além disso, incorpora um espírito republicano. Nele fundamenta-se a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, promove-se o bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação. Igualmente, asseguram-se os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do direito à educação. No artigo 5º, inciso I, de nossa Constituição, defende-se que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Nesse contexto, vamos traçar breves reflexões sobre as mulheres e seu papel no corpo social. As mulheres vêm progressivamente, ao longo dos tempos, angariando posições na sociedade.

No início do século XX, nos bancos das faculdades, sua presença era escassa. Passados alguns anos, já na virada do século, meandros do século XXI, ocupam mais espaços nas universidades, até mesmo, em alguns cursos superando o número de homens, embora em outros sejam a minoria. No Direito quase já são a maioria. Em Letras são a maior parte. Apesar disso, em engenharia e tecnologia da informação são a minoria. Lembro, inclusive, da pós-graduação em Gestão Estratégica em que leciono no Senac, de uma aluna que trabalhava com TI. Na ocasião, ela se manifestou justamente acerca da pouca presença de mulheres no setor. Então, recomendei que fizesse um estudo sobre a inclusão das mulheres nesse campo de trabalho. Assim, é importante buscar alternativas e soluções para inserir mais mulheres no mercado profissional em paridade com os homens, contribuindo, portanto, para a diversidade nas empresas, que só têm a ganhar com isso.

Apesar disso, no mercado de trabalho, não raras vezes, ainda persiste a diferença salarial em relação aos homens, para os mesmos cargos ocupados, e a distinção de tratamento em relação a outros aspectos. Como dito, é preciso buscar novos caminhos, para superar esses entraves.

Por outro lado, as mulheres, infelizmente, são utilizadas como laranjas na política. "A palavra "laranja" costuma ser empregada para retratar alguém que assume uma função no papel, mas não na prática" (BBC Brasil). Nesse sentido, Para cumprir cota, partidos registram candidatas suspeitas de ser laranjas, destaca matéria do UOL. Com efeito, "[p]artidos registraram dezenas de candidaturas possivelmente "laranjas" para esta eleição, segundo levantamento feito pelo UOL com base nos dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)"

Ademais, vale lembrar da Lei Maria da Penha. É sim um relevante avanço protetivo dos direitos das mulheres, de sua dignidade, segurança e qualidade de vida. Porém, não basta. É preciso que haja delegacias especializadas das mulheres, com atendimento humanizado e empático, além de efetivos profissionais da saúde, tais como médicos especialistas (ex. ginecologista), psicólogos e assistentes sociais, com acesso a equipamentos e estru-

Resumo da ópera! As mulheres já caminharam muito em sua trajetória acadêmica, mas ainda há o que andar. Enquanto isso, vêm se inserindo no mercado de trabalho paulatinamente, ocupando espaços antes de homens. Por outro lado, são minorias na política, quando não utilizadas como "laranjas", como vimos. Há muitas mulheres de fibra e corajosas, conciliando família, filhos e carreira profissional. Na política, assim como em outros setores da sociedade, inclusive, na saúde pública da mulher, é preciso uma reviravolta. Uma mudança estrutural, de cultura e prática. Isso se inicia com a educação, para mudar as pessoas em seu íntimo. Para isso, mobilizações populares, ir às ruas! Mulheres na frente, não atrás ou ao lado!

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmmerlone / o n t a t o nicholas.merlone@gmail.com



Comissão do Senado aprova convite para que Campos Neto explique juros

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou na terça-feira (27) quatro requerimentos convidando o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, a explicar à comissão os motivos da manutenção da atual taxa básica de juros, a taxa Selic, em 13,75% ao ano. Esta é a segunda vez, neste ano, que Campos Neto é convidado a falar sobre o assunto na Casa. Como é um convite, e não uma convocação, Campos Neto não tem obrigação de comparecer.

Dois dias após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manter, pela sétima vez consecutiva, a atual Taxa Selic, o líder do governo no Congresso Nacional, o senador Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP), protocolou pedido

para ouvir o presidente do BC. "É inaceitável que Campos Neto continue sabotando o Brasil e o povo brasileiro com a mais alta taxa de juros reais do mundo! A quem interessa impedir o crescimento econômico do nosso país?", questionou a liderança governista. Randolfe acrescentou que não descarta outras medidas contra Campos Neto.

Nessa segunda-feira (26), também apresentaram requerimentos para ouvir Campos Neto os senadores da oposição Plínio Valério (PSDB-AM), Rogério

Marinho (PL-RN) e Ciro Nogueira (PP-PI). No pedido, Marinho, que é líder da oposição no Senado, argumentou que o Banco Central já esclareceu sobre os motivos da atual taxa básica de juros. "Mesmo com a recente elucidação da matéria pelo presidente Campos Neto, defendemos o debate da problemática, bem como esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários", explicou.

O presidente do Banco Central vem sendo alvo de críticas do governo, de centrais sindicais e organizações patronais devido à manutenção da atual taxa básica de juros.

Na semana passada, a sena-

dora Ana Paula Lobato (PSB-MA) chegou a pedir ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a exoneração do presidente do BC, "em razão do seu comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos da instituição".

Na terça-feira (27), a ata do Copom indicou que os juros podem começar a cair a partir de agosto. Ao abrir a sessão da CAE de hoje, o presidente da Comissão, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), comemorou a ata do Banco Central. "Esperamos então que as perspectivas positivas se concretizem e a Selic inicie o esperado processo de redução", afirmou. (Agência Brasil)

Força-tarefa divulga e-mail para denúncias contra crimes no Discord

A Procuradoria-Geral de Justiça disponibilizou um endereço de email para as vítimas acionarem o Ministério Público do estado de São Paulo (MPSP) para registrar denúncias contra atos ilícitos de intolerância e misoginia cometidos por meio virtual e eletrônico na plataforma Discord. Por meio do endenai.intolerancia @mpsp.mp.br serão acolhidas e ouvidas as queixas para que os responsáveis sejam incriminados. A ação faz parte da forçatarefa criada em maio pela Procuradoria-Geral de Justiça para

o combate desses crimes. E importante ressaltar que são atos criminosos e não apenas desafios praticados por crianças e adolescentes. A maioria dos delitos é praticada por adultos que se aproveitam da vulnerabilidade da plataforma em relação a crianças e adolescentes para viabilizar e disseminar atrocidades", disse a integrante do Grupo Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância (Gecradi), Maria Fernanda Balsalobre Pinto.

Segundo o promotor de Justiça e membro do Grupo de Atuação Especial de Segurança Pública (Gaesp), Danilo Pugliesi, embora crimes individuais e episódios isolados ocorram na internet e devam ser combatidos, no caso específico da plataforma Discord há um discurso estruturado de ódio e práticas contínuas de desumanização.

Aplicativo popular entre os jovens, o Discord vem sendo alvo de investigações por ter canais com conteúdos que fazem apologia ao nazismo, racismo, pedofilia e exploração sexual. O Discord oferece chat de voz, texto e vídeo e é bastante utilizado por gamers para se comunicar com amigos e outros usuários ao jogar online. O aplicativo, entretanto, vem sendo usado por criminosos para circular conteúdos violentos. Semelhante ao WhatsApp, o aplicativo dá ao usuário a possibilidade de entrar em diferentes salas de conversa com amigos ou pessoas desconhecidas.

Na resolução que instituiu a força-tarefa, o procurador-geral de Justiça, Mario Sarrubbo, considera que crianças e adolescentes, sempre do gênero feminino, são submetidos a práticas sexuais abusivas, por meio de provedores de aplicação, redes sociais de diferentes comunidades e jogos eletrônicos online, onde são exibidos conteúdos ilícitos para usuários por meio de bate-papo.

A investigação do MPSP tem desdobramentos na esfera criminal e no âmbito da tutela coletiva. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal TSE retoma julgamento que pode levar à inelegibilidade

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retomou na terça-feira (27) o julgamento que pode levar à inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro. A sessão está prevista para começar às 19h

do ex-presidente Bolsonaro

Na última quinta-feira (22), primeiro dia do julgamento, o TSE ouviu os argumentos apresentados pelos advogados do PDT, partido que protocolou a ação, a defesa de Bolsonaro e a acusação do Ministério Público Eleitoral (MPE).

O tribunal julga a conduta do ex-presidente durante reunião com embaixadores, em julho do ano passado, no Palácio da Alvorada, para atacar o sistema eletrônico de votação. A legalidade do encontro foi questionada pela legenda.

O julgamento será retomado com o voto do relator, ministro Benedito Gonçalves. Após o posicionamento do relator, os demais ministros passam a votar na seguinte sequência: Raul Araújo, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia, Nunes Marques e o presidente do Tribunal, Alexandre de Moraes.

Caso algum ministro faça pedido de vista para suspender o julgamento, o prazo para devolução do processo é de 30 dias, renovável por mais 30. Com o recesso de julho nos tribunais superiores, o prazo subirá para 90 dias.

Se for necessária mais uma sessão para julgar o caso, o TSE já reservou a terceira sessão para quinta-feira (29). (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Edital de citação - Prazo de 20 días. Processo nº 1017670-96.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12º Vara Civel, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Théo Assuar Gragnano, na forma da Lei, etc. Faz saber a Ton Velculos Eireli, CNPJ. 29.723.115.0001-96, que E. 8. J Centro Automotivo e Comercio de Peças Ltda. - ME. Move ação de Procedimento Comum, objetivando a cobrança de R\$ 16.465,00 narço/2021), referente à manutenção feita em veículos comprados pelo requerido. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, fo eterminada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo erá o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de maio de 2023

VYTTRA DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ/MF 00.904.728/0001-49 - NIRE 3530052997-9
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 30/11/2022 Realizada em 30/11/22, às 18h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, pres totalidade dos acionistas da Companhia. Mesa: Presidente: Sr. Danilo Otavio Pires Ferracini e ecretário: Sr. Alexandre Fava Fialdini. Deliberações: Aprovar o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 40.919 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, todas relativas ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano, ao preço de emissão de R\$ 0,413799 cada uma, totalizando R\$ 16.932,28, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia. Do valor total da emissão ora realizada R\$ 16.931,28 deverá ser destinado à conta de reserva de capital da Sociedade a título de ágio na ubscrição e R\$ 1,00 um real deverá ser destinado à conta do capital social. As ações ora emitida farão jus a dividendos integrais, juros sobre o capital próprio e outros proventos que vierem a se declarados pela Companhia a partir da presente data. O aumento de capital social ora deliberado deverá ser totalmente subscrito pelo beneficiário das opções exercidas e integralizados conforme boletim de subscrição. Ratificar a aprovação da empresa especializada MCLL Auditoria e Consultoria Ltda-ME, CNPJ 06.532.059/0001-07, CRC (SP) 2SP023349/O-0, representada pelo sócio: Rodrigo Marcelli, CRC-SP 1SP244126/O-4, RG 18.930.003-6-SSP/SP e CPF 219.868.888-35, a qua elaborou o Laudo de Avaliação contábil da Diagsul datado de 30/11/2022 objeto da Incorporação que avaliou o patrimônio líquido da Diagsul na data base 31/10/2022 em R\$ 413.887,70, bem como aprovar referido laudo de avaliação. Deliberam os acionistas por aprovar o Protocolo-Justificação da incorporação da Diagsul pela Companhia, o qual fica fazendo parte integrante da presente ata Por consequência, fica aprovada a incorporação da Diagsul pela Companhia, com a consequente extinção da Diagsul e assunção pela Companhia da universalidade de ativos e passivos da Diagsul. Tendo em vista que a Sociedade era detentora de 100% das quotas emitidas pela Diagsul, não haverá qualquer aumento do capital social da Sociedade em função da referida incorporação. Os Diretores da Companhia desde já ficam autorizados a procederem com todos os atos necessários à efetivação da incorporação ora aprovada. SP, 30/11/2022. **JUCESP -** 62.849/23-2 em 08/02/2023 Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

voltalia

Contas a receber

Outros ativos

mobilizado

Não circulante

Intangivel **Total do ativo**

Não circulante

Total passivo

Patrimônio líquido Capital social

Reserva de lucro

Reserva legal <mark>Total do passivo e</mark>

patrimônio líquido

Custos operacionais

o lucro Despesas financeiras Receitas financeiras

Resultado financeiro

Lucro líquido do exercício

Demonstração dos resultados abrangentes.

Empreendimento
Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V
SPE S.A. ("Vila Amazonas V")

("Vila Pará II")

Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. ("Vila Pará I")

sina de Energia Eólica Vila Pará II SPE S.A

sina de Energia Eólica Vila Pará III SPE S.A

Eólico Amazonas V teve alteração de características técnicas apro-

vadas através do Despacho Aneel nº 1.915, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas

Resultado bruto

patrimonial

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO № 1016372-78.2022.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5º Vara da Familia e Sucessões, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila de Jesus Mello Gonçalves, na forma da Lei, etc. FÁZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juizo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Soraia de Moraes Arrase Perone, RG 23.427.727. O, CPF 266.015.058-38 e Denis Alexandre Perone, RG 16.315.526-4, CPF 164.966.028-67, para alterar o regime de Comunhão Parcial de Bens para o de Separação Absoluta de Bens. Nos termos do artigo 734, § 1º do CPC, o Juiz Somente poderá decidir acerca da alteração do regime de Dens, depois de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da publicação do edital. Assim, para resguardar direitos de terceiros, foi deferida a expedição do presente edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 16º VARA CÍVEL Praça João Mendes s/nº - 8º andar - sala nº 821 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: 11 3538-9389 - E-mail: upj16a20@tjsp.jus.br - EDITAL de INTIMAÇÃO - Prazo de 20 dias - Processo nº 0012814- 69.2022.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 16º Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. FELIPE POYARES MIRANDA, na forma da Lei. FAZ SABER a RODRIGO BRAGA DIAS (CPF 326.233.698-01), atualmente SABER A RODRIGO BRAGA DIAS (CPF 326.233.698-01), atualmente em lugar incerto e não sabido, que pelo presente, expedido nos autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por ICOMON TECNOLOGIA LTDA., fica INTIMADO da penhora bem como do bloqueio de transferência dos veículos Fiat Siena, placa DDO1B21 e Renault Megane, placa COV 5382, devendo no prazo legal, a fluir após os 20 dias supra, oferecer IMPUGNAÇÃO, sob pena de prosseguimento do feito nos seus ulteriores termos. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de junho de 2022.

28 e 29/06

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIALORDINÁRIO (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 510.140, em 24 de novembro de 2022, e autuado o Requerimento feito por PEDRO SILVESTRE DE CASTRO SIMÕES DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, maior, advogado, portador do documento de identidade profissional OAB/SP nº 281.899, inscrito no CPF/ME sob nº 298.500.518-33, e sua companheira RENATA RODRIGUES LIMA, brasileira. solteira, maior, estilista, portadora da cédula de identidade RG nº 34847663 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob nº 335.135.998-54, escritura pública de declaração lavrada em 21/02/2014 (Livro 918, página 175) do 1º Tabelionato de Notas da Cidade de Guarulhos, deste Estado, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Baronesa de Itu nº 640, apto. 102, Bloco A, Bairro Santa Cecília, CEP 01231-000, objetivando a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIALORDINÁRIO do apartamento nº 102, localizado no 10º andar do "EDIFÍCIO PIAZZA COLONNA", Bloco A, integrante do "CONJUNTO PIAZZA", sito naRua Baronesa de Itu nº 640, no 11º Subdistrito - Santa Cecília, objeto da matrícula nº 96.414, neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no \$ 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 a 425 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos15 e 16, § 1º, "V", que diz:- "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16. que diz: "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIALORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância,expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 28 de junho de 2023. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva)

Serra Pará Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 22.872.208/0001-33 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)
 Consolidado

 2022
 2021

 88.773
 69.645

 73.221
 49.980

 10.999
 16.657
 Total 303.697 (24.662) 16.309 Caixa e equivalente de caixa Dividendo adicional 16.309 Lucro líquido do exercício Destinação do lucro Dividendos a receber - Partes Constituição de reserva legal Dividendo mínimo obrigatório Lucros retidos a deliberar 3.146 3.878 815 815 (815) (3.874) (3.874)11.620 27.870 31.580 (11.620) Em 31/12/2021 291.470 259.890 Aumento de capital <u>303.440</u> <u>291.019</u> <u>421.372</u> <u>439.355</u> <u>17.567</u> <u>14.343</u> 13.255 13.255 Títulos e valores mobiliários Lucro líquido do exercício Destinação do lucro
Constituição de reserva legal
Dividendo mínimo obrigatório - 399.818 420.817 663 663 (663) 307.053 295.358 510.145 509.000 9.444 37.314 9.444 41.687 Lucros retidos a deliberar Em 31/12/2022 (9.444)303.898 262.211 4.373 Demonstração dos fluxos de caixa 14 4.871 8.300 - 17.501 17.241 1 1.377 Fluxos de caixa Controladora Consolidado das atividades de investimento 2022 2021 2022 2021
 Controladora
 Consolidado

 2022
 2021
 2022
 2021
 Empréstimos e financiamentos - - (1.894) 4.876 3.878 25.372 -Lucro antes do IRPJ e CSLL 13.256 16.309 18.520 18.932 Resgates (aplicações) em títulos e Obrigações fiscais e trabalhistas Dividendos - Partes relacionadas 3.148 3.873 3.148 3.873 Ajustes por Dividendos recebidos (13.246)(16.326) (Aquisições) baixas de intangível (Aquisições) baixas de (7) (2.321) patrimonial Passivo de arrendamentos Rendimentos de aplicações - 179.117 185.983 - 159.405 173.444 (2.321) - (1.330) (459) financeiras Empréstimos e financiamentos Caixa e equivalentes de caixa Penalidades contratuais Provisões fiscais Passivo de arrendament 8.208 634 **10.870** 1.045 Resultado financeiro - provisão líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento - 23.363 19.996 de juros 1.557 25.372 (2.003) 2.519
 3.155
 3.888
 206.247
 217.530

 303.898
 291.470
 303.898
 291.470

 262.211
 259.890
 262.211
 259.890
 - 21.327 21.716 Depreciações e amortizações Fluxos de caixa de atividades d Penalidades (ressarcimento) contratuais - provisão - 9.171 (265) Pagamentos de empréstimos e 37.314 27.870 37.314 27.870 4.373 3.710 4.373 3.710 Aumento/diminuição em ativos financiamentos - (18.990)(22.084) - (1.075) (1.050) (3.873)(25.372) (3.873)(25.372) e passivos Passivo de arrendamento Dividendos

Aumento de capital social - 5.658 3.255 <u>307.053</u> <u>295.358</u> <u>510.145</u> <u>509.000</u> Contas a receber 2.321 2.321 Contas a receber - Partes Caixa e equivalentes de caixa ão dos resultados (96)líquidos gerados (aplicados) (6) (1.449) pelas atividades de financiamento Outros ativos (1.552)(25.372)(21.617)(48.506) 1 (3.429) Fornecedores (8) 1.143 Aumento (reducão) líquido (a) Obrigações fiscais e trabalhistas em caixa e equivalentes Outras receitas operacionais Penalidades contratuais -(2.008)(1) (23) 23.241 743 - (40.987) (39.045) - 35.445 37.672 de caixa Caixa e equivalentes de caixa no Fornecedores - partes Despesas operacionais Despesas administrativas Resultado de equivalência início do exercício 384 407 49 980 49 237 (1) 33 108 Aumento (redução) líquido (a) (38) (1.785) (1.863) Recursos provenientes das n caixa e equivalentes atividades operacionais (6) (23) 70.671 65.726 (1) (23) 23.241 743 13.246 16.326 Juros pagos sobre financiamento - (17.183)(16.073) Caixa e equivalentes de caixa no ucro antes do resultado 383 384 73.221 49.980 financeiro e tributos sobre fim do exercício 13.200 16.288 33.660 35.809 (24)(23.781)(20.369) 45 8.641 3.492 (56) 621 (15.140) (16.827) 13.256 16.309 18.520 18.932 Transações que não afetam Caixa e equivalentes de caixa o caixa Regist líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais (6) (23) 46.861 46.730 arrendamento e direito de uso Lucro antes do IR e CS

13.255 16.309 13.255 16.309 A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a I. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 29/08/2014 e o término em 29/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Vila Pará I. A energia elétrica produzida pelo Parque . Contexto e mudanças significativas: Esta seção provê informa ões gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das Eólico Vila Pará I destina-se à comercialização na modalidade de demonstrações financeiras. 1.1 Informações gerais: A Serra Pará Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 15/06/2015, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275 - 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Vila Pará I teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.912, alterando de 10 para 9 unidades estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação estado de Sao Paulo. A companhia en em por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvidos nos parques eólicos denominados Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III e Vila Amazonas através do Despacho Aneel nº 1.912, alterando de 10 para 9 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 27.000 kW, assim como alterou também as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. Autorização da Usina de Energia Eólica Pará II SPE S.A. ("Parque Eólico Pará II"): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 439 de 25 de agosto de 2014 autorizou Parque Eólico Pará II a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará III. A autorização vigoração pela prazo de 35 anos, sendo o início em V. As controladas entraram em operação a partir do guarto terceiro de 2016 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio de 2010 e suas necessidades de Caña são objetas por intermedida do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações. As participações societárias diretas são as seguintes II. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em % Participação 25/08/2014 e o término em 25/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará II. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará II destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Pará II teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.913, alterando de 10 para 8 unida-Autorização da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A. ("Parque Eólico Amazonas V"): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 432 de 21/08/2014 autorizou o Parque des geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. Autorização da Usina de Energia Eólica Pará III SPE S.A. ("Parque Eólico Pará Eólico Amazonas V a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Amazonas V. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 21/08/2014 e o término em 21/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque III"): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 459 de 02/09/2014 autorizou o Parque Eólico Pará III a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará Agencia Nacional de Energia eletica - ANELE e a pedido do Parque Eólico Amazonas V. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Amazonas V destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque III. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 02/09/2014 e o término em 02/09/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará III. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará III destina-se à comercialização na modalidade de pro-

Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. ("Parque Eólico Vila geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Aos Administradores e Acionistas da **Serra Pará Participações** como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas o exercício findo ne explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras indifinanceiras individuais e consolidadas da Serra Pará Participações viduais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, Rio S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira que compreendem o balanco patrimonial em 31/12/2022 e as res- individual e consolidada, da Serra Pará Participações S.A. em 31 de pectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas íquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para

dução independente de energia elétrica, em conformidade com as

através do Despacho Aneel nº 1.915, alterando de 10 para 8 des geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque ara 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas stema de Transmissão de Interesse Restrito. *Autorização da* através do Despacho Aneel nº 1.914, alterando de 10 para 8 unidades

Pará I"): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 445
de 28/08/2014 autorizou o Parque Vila Pará I a estabelecer-se como
Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação
trações financeiras: A emissão das demonstrações financeiras foi de Transmissão de Interesse Restrito. *Aprovação das demonstrações financeiras*: A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30/05/2023. **1.2 Base de prepa** ração e políticas contábeis: As demonstrações financeiras forar elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasi que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comité de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão de acordo com o CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2. Estimativas críticas e riscos e o texto: Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impacta as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

2.1 Estimativas críticas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Depreciação e amortização do imobilizado e intangível: A depreciação e amortização do imobilizado e intangível levam em considerações as premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valo residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação e amortização e, como consequência, na valorização do ativo imobilizado e intangível. Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento: A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. **Determinação da** taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamento: Os empréstimos e financiamentos são mensurado: de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábe Rio de Janeiro, 30 de maio de 2023 Mazars Auditores Independentes CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerqu CRC CE019775/O-9 T-RJ "As demonstrações financeiras completas da Serra Pará Participações S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstraçõe: financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Citação - Prazo 20 dias - Proc. 1035250-42.2021.8.26-0002. O Dr. Thiago Pedro Pagliuca dos Santos Juiz de Direito da 15ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro. Faz Saber a Jefferson Marinho da Silva CPF 18.544.235/0001-00, que SH Madeiras e Ferramentas Eireli, ajuizou uma Ação de Cobrança, pel Procedimento Comum, objetivando condenar o réu ao pagamento de R\$ 3.763,15 (Junho/2021). corrigido monetariamente e acrescido de juros, custas, honorários e demais cominações, referente ao inadimplemente da Nota Fiscal nº 675. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que en 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel, ocasión que será nomeado curador especial (art 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela utora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado São Paulo, 23.02.2023. 28 e 25

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 20 de Julho de 2023

Ficam os senhores acionistas da União Química Farmacêutica Nacional S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.006.658, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 60.665.981/0001-18, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "B", sob o código nº 02686-7 ("Companhia"), convidados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 20 de julho de 2023, às 10:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio do acesso via plataforma digital de videoconferência "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte matéria que compõe a **ordem do dia:** (i) Examinar e apreciar a proposta da administração referente à distribuição proporcional de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R\$ 18.367.643,83 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e sete mil scentos e quarenta e três reais e oitenta de três centavos), sendo o montante líquido equivalente a R\$ 15.612.497,26 (quinze milhões, seiscentos e doze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), referentes ao exercício social de 2023. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 9º, parágrafo único do Estatuto Social e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para tomar parte na Assembleia, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência, conforme lhe for aplicável, instrumento de mandato na hipótese de representação do acionista por outro acionista, administrador ou advogado devendo o procurador ter sido nomeado há menos de 1 (um) ano. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido dos documentos que comprovem sua identidade. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereco eletrônico ri@uniaoquimica.com.br, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias O envio dos documentos via e-mail não exclui a necessidade de apresentação no momento da Assembleia nem tampouco constitui condição ou requisito de participação na Assembleia, tendo por finalidade exclusivamente organizar e acelerar os trabalhos. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sendo assim, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio de Plataforma Digital. Após a apresentação dos documentos mencionados acima, o acionista receberá, por e-mail, o link para acessar a Plataforma Digital. Embu-Guaçu, 27 de junho de 2023

Paula Melo Suzana Gomes - Presidente do Conselho de Administração

VYTTRA DIAGNÓSTICOS S.A.

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em 20/01/2022, às 18h, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada, presente a bleia a totalidade dos acionistas da Companhia. Mesa: Presidente: Sr. Rubens Mário Marques de Freitas e Secretário: Sr. Alexandre Fava Fialdini. Deliberações: Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou reservas: Eleger para o cargo de Diretor sem designação específica o Sr. Cesar Augusto Ramos Leme, RG 43.726.303-4 SSP-SP, CPF 315.646.348-50 Aprovar o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 400.645 ações ordinárias ninativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, todas relativas ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano, ao preço de emissão de R\$ 0,389766 cada uma, totalizando R\$ 156.157.80, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia. Do valor total da emissão ora realizada, R\$ 156.156,80 deverá ser destinado à conta de reserva de capital da Sociedade a título de ágio na subscrição e R\$ 1,00 deverá ser destinado à conta do capital social. As ações ora emitidas farão jus a dividendos integrais, juros sobre o capital próprio e outros proventos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da presente data. Aprova a (i) criação de nova filial da Companhia a ser localizada para de la Companhia a partir da presente data. Aprova 1560, Torre Gaivota, 4º andar, sala 5, Vila Hamburguesa. A filial ora criada terá capital destacado de R\$ 1,000,00 proveniente do capital social da matriz e terá como objeto social o comércio varejista de produtos e artigos para a saúde (médicos, ortopédicos e diagnóstico), incluindo o comércio de dispositivo médico para diagnóstico in vitro de uso leigo (autoteste); (ii) alteração para o nº 71 na rua do endereço da 1ª Filial por conta de uma mudança de numeração determinada pela Prefeitura de Goiânia. Tendo em vista as alterações deliberadas acima, os acionistas deliberam alterar a redação dos artigos 2º, 3º e 4º do Estatuto Social. SP, 20/01/2022. Mesa: Rubens Mário Marques de Freitas - Presidente; Alexandre Fava Fialdini - Secretário. **JUCESP** - 168.722/22-7, NIRE: 3590635455-1 em 30/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VYTTRA DIAGNOSTICOS S.A.

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 22/12/2022 Realizada em 22/12/2022, às 18h, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada por esta presente à Assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia. Mesa: Presidente: Sr. Danilo Otavio Pires Ferracini e secretário: Sr. Alexandre Fava Fialdini. Deliberações: Aprovar a retificação da AGE 30/11/2022 de modo a fazer constar a nova redação do artigo 4º do Estatuto Social em razão do aumento de capital deliberado no item 5.2. A Companhia delibera pela destituição do cargo de direto sem designação específica a partir da presente data do Sr. **Fábio Ferreira Marins**, RG nº 43.571.235-4 SSP/SP, CPF 317.914.938-82. Aprovar a Emissão de debêntures pela Companhia conforme Escritura de Emissão revisada pelos acionistas e que fica arquivada na sede da Companhia, sendo as seguintes características principais: (i) **Número da emissão**: a debênture representa a 1ª emissão de debêntures da Companhia. (ii) Valor total da emissão: o valor total da emissão será de R\$ 28.000.000,00, na data de emissão. (iii) **Valor nominal unitário**: as debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 na data de emissão. (iiv) **Quantidade**: serão emitidas 28.000 debêntures. (v) **Séries**: a emissão será realizada em uma única série. (vi) **Data da emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão da debênture será 22 /12/ 2022. (vii) **Espécie**: as debêntures serão da espécie quirografária. (viii) **Dispensa de Registro na CVM** e **na ANBIMA**: A Emissão não será registrada na CVM ou na ANBIMA, tendo em vista que as Debêntures serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda realizado por instituição integrante do sistema de distribuição, perante investidores; (ix) Registro para Distribuição Primária, Negociação Secundária e/ou Custódia: As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário e/ou para fins de custódia eletrônica em qualquer sistema de mercados organizados de valores mobiliários; (x) Forma e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pela inscrição do nome dos Debenturistas no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Companhia. As Debêntures serão subscritas pelo Debenturista mediante assinatura da Escritura de Emissão: (xi) **Prazo e Data de Vencimento**: as Debêntures terão prazo de vencimento de 36 meses, contados da Data de Emissão, observada o disposto na Cláusula 4.3.1 da Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado: (xii) **Garantias**: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A., não contando com garantia real ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia aos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão; e (xiii) **Procedimento de Colocação**: As Debêntures serão pieto de distribuição privada, sem intermediação de quaisquer instituições financeiras integ sistema de distribuição de valores mobiliários. A colocação das Debêntures poderá ser iniciada imediatamente após terem sido satisfeitos os requisitos previstos na Cláusula II da Escritura de Emissão. Autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas as medidas necessárias à Emissão das debêntures e ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia no âmbito da Emissão e celebração da Escritura de Emissão. SP, 22/12/2022. Mesa: Danilo Otavio Pires Ferracini - Presidente; Alexandre Fava Fialdini Secretário. JUCESP - 62.848/23-9 em 08/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VYTTRA DIAGNOSTICOS S.A.

CNPJ/MF 00.904.728/0001-48 - NIRE 3530052997-EXRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 24/04/2023

zada em 24/04/2023, às 18h na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por esta presente a totalidade dos acionistas da Companhia. Mesa: Presidente: Sr. Rubens Mário Marques de Freitas e Secretário: Alexandre Fava Fialdini. Deliberações: Aprovar a extinção do Conselho de Administração da Companhia. Em razão de referida deliberação, são destituídos de suas funções os conselheiros **Eduardo Luiz Resende de Castro,** RG M 1.163.985 SSP-MG, CPF 439.764.846-87; **Daniel Arippol**, RG 19.719.002-9 SSP-SP, CPF 171.444.328-00 e **Rubens Mário Marques de Freitas**, RG 8.574.211. SSP-MG, CPF 026.718.456-50. Ratificar (a) a destituição realizada em 1º/06 2022 do diretor **Eduardo Luiz Resende de Castro**, RG M 1.163.985 SSP-MG, CPF 439.764.846-87, (b) a destituição realizada em 30/01/2023 da diretora Cláudia Okumura, RG 25.626.662-1 SSP-SP, CPF 216.026.158-02. Aprovar a reeleição de diretores e eleger um novo diretor sem designação specífica da Companhia, sendo que referidos diretores passam a possuir prazo de mandato unificado até Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ac exercício encerrado em 31/12/2024. Reeleição do Diretor Presidente: Rubens Mário Marques de Freitas, RG 8.574.211. SSP-MG, CPF 026.718.456-50. Reeleição do Diretor Financeiro: Danilo Otavio Pires Ferracini, RG 26.239.769-9 SSP-SP, CPF 357.341.628-41. Reeleição do Diretor sem designação específica: Daniel Bruschi Soares da Rocha, RG 24.733.122-3 SSP-SF 255.931.918-75. Reeleição do Diretor sem designação específica: Lucas Junqueira Maciel Veloso, RG MG-12.517.157, CPF 069.251.656-50. Reeleição do Diretor sem designação específica Cesar Augusto Ramos Leme, RG 43.726.303-4 SSP/SP, CPF 315.646.348-50. Reeleição do Diretor sem designação específica: Marcelo Henrique Saraiva Rocha RG 11446231 SSP/MG CPF 060.704.016-54. Eleição de novo Diretor sem designação específica: Rafael Carvalho Ribeiro de Araujo, RG 27479179-1 SSP/SP, CPF 286.035.548-03. Aprovar a ratificação da aquisição de (a) 91.127 ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria realizada em 13/01/2023, (b) 258.533 ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ealizada em 3/04/2023 é aprovar o cancelamento de 368.951 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria na presente data. Aprovar o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 33.021,90 cada uma, totalizando R\$ 3.302.190,00, a ser subscrito pela acionista Évora Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia Investimento no Exterior na forma do boletim de subscrição anexo à presente ata, com expressa renúncia ao direito de preferência dos demais acionistas. Do valor total da emissão ora realizada R\$ 3.302.189,00 deverá ser destinado à conta de reserva de capital da Sociedade a título de ágio na subscrição, e R\$ 1,00 deverá ser destinado à conta do capital social. As ações ora emitidas farão jus a dividendos integrais, juros sobre o capital próprio e outros proventos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da presente data Aprovar a consolidação do Estatuto Social. SP, 24/04/2023. Mesa: **Rubens Mário Marques de Freitas** - Presidente; Alexandre Fava Fialdini - Secretário. JUCESP - 213.195/23-9 em 25/05/2023. Maria

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, DENER FERREIRA DA SILVA, RG no 452692830-SSP/SP, CPF nº 424.282.778-47, e **PRISCILA TAPIA GONZALEZ,** RG nº 44.383.488-X-SSP/SP, CPF nº 224.476.388-92, brasileiros, solteiros, maiores motoristas de veículos de transportes de passageiros, domiciliados nesta Capital residente na Rua Pedro Padovani, nº 284, casa 05, Parque Bristol, ficam intimados a purgarem a mora referente a 17 (dezessete) prestações em atraso, vencidas de 01/ 01/2022 a 01/05/2022, no valor de R\$20.423,30 (vinte mil, quatrocentos e vinte e três reais, e trinta centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$22.764,16 (vinte e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais, e dezesseis centavos), que atualizado até 14/07/2023, perfaz o valor de R\$26.187,52 (vinte e seis mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives, nº 951, apartamento tipo nº 82, localizado no 8º pavimento do Bloco 03 do empreendimento residencial denominado Parque Botânico – Eucalipto, na Saúde -21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob nº 704 na matrícula nº 239.842, transportada para Av.1 na matrícula nº 239.842. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os devedores desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o nesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 26 de junho de 2023. O Oficial

Jornal O DIA SP

Esporte _

Brasil vence França no encerramento da segunda etapa da Liga das Nações



Capitão Bruninho, durante a vitória por 3 sets a 1 em Orléans

A seleção masculina suportou a pressão da torcida local e venceu a França no domingo (25). Com um ginásio ingressos esgotados na cidade francesa de Orléans, o time de Renan Dal Zotto ganhou por 3 sets a 1 (25/20, 26/ 24, 19/25 e 25/23) no encerramento da segunda etapa da Liga das Nações 2023, chegando a seis vitórias na competição. O maior pontuador da partida foi o oposto

Líder do campeonato da

Copa Truck após quatro etapas,

Beto Monteiro busca ampliar a

distância em relação aos adversá-

rios na classificação do campeo-

nato neste final de semana. A cate-

goria visita o Autódromo Zilmar

Beux, em Cascavel (PR), um dos

circuitos mais velozes do País, e

o piloto do caminhão Volkswagen

que leva as cores da Universal So-

luções Automotivas está empol-

equilibradas, Monteiro carrega

uma vantagem de três pontos em

relação aos adversários mais pró-

ximos. O piloto pernambucano é

o único que possui duas vitórias

em corridas 1, que valem mais

pontos para o campeonato, na

atual temporada. Tudo isso faz

com que o veterano tenha boas

expectativas para a etapa no oes-

que será realizada entre 19 e 29

de julho, no Kartódromo Inter-

nacional Beto Carrero, em Pe-

mero de inscrições confirma-

das até o momento em ambas

as categorias, a entidade deci-

diu pelo cancelamento, já que

havia uma preocupação com os

pilotos e equipes já inscritos,

para que pudessem organizar a

logística de viagem, entre ou-

tros. Todos que fizeram suas

inscrições terão o valor da taxa

"Lamentamos muito ter de

devolvido integralmente.

Em virtude do pequeno nú-

nha (SC).

Em uma temporada das mais

gado para a rodada dupla.

Alan, com 24 pontos.

O time verde-amarelo volta a jogar no dia 4 de julho, quando enfrenta a Itália na abertura da terceira etapa, em Pasay City, nas Filipinas. O confronto será às 4h (de Brasília), com transmissão do sporty 2.

O Brasil entrou em quadra com Bruninho, Alan, Lucarelli, Adriano, Lucão, Otávio e o líbero Maique. Entraram Honorato, Fernando Cachopa, Felipe Roque, Flavio

Brasil: "Hoje, mais do que nunca, o Brasil jogou ponto a ponto com uma personalidade muito grande, porque não é fácil jogar aqui, com todo esse público contra. Os jogadores entraram com muito foco e querendo demais esse resultado. E mais uma vez a força do time fez a diferença".

Bruninho, levantador e capitão do time, marcou um ponto de bloqueio: "A partida foi muito importante para esse grupo. Importante passar por momentos como esse de pressão contra uma grande equipe. O time, mesmo em dificuldade no terceiro set, voltou para o quarto set com a cabeça no lugar, conseguiu virar no final e suportar a pressão deles. É até importante emocionalmente para a equipe, que fez dois ótimos sets no primeiro e no segundo set. O saldo dessa etapa é muito bom".

Alan, oposto, marcou 24 pontos (23 de ataque e um de bloqueio): "Jogar com a torcida adversária é sempre bom para a gente também, sinto que nosso time fica com uma energia diferente. Ganhar da França em casa é muito bom. A gente conseguiu fazer um jogo es-

quartzolit

muito pequena, então a ideia é

conseguir bons resultados nas

duas corridas para abrir vantagem

para os concorrentes", disse

Beto Monteiro, que é apoiado

Beto Monteiro busca ampliar

liderança da Copa Truck em Cascavel

é importante. Sou o líder do campela Universal Soluções Auto-

24ª Copa Brasil de Kart não terá

início, mas depois no quarto set voltou com a cabeça boa, não se desconcentrou, e a equipe está de parabéns. Agora é descansar que a próxima etapa vem logo".

LIGA DAS NAÇÕES 1a SEMANA - OTTAWA

07/6 – Brasil 3 x 1 Alemanha; 08/6 - Brasil 3 x 2 Argentina; 10/6 – Brasil 2 x 3 Cuba; 11/6 – Brasil 3 x 1 Estados Unidos.

2^a SEMANA – ORLÉANS

20/6 – Brasil 3 x 0 Bulgária; 22/ 6 – Brasil 2 x 3 Japão; 24/6 – Brasil 3 x 1 Eslovênia; 25/6 – Brasil 3 x 1 França

3ª SEMANA – PASAY CITY (FIL)

04/7 – Brasil x Itália, às 4h (horário de Brasília) – sportv 2; 06/7 - Brasil x Holanda, às 0h (horário de Brasília) – sportv 2; 07/7 – Brasil x Polônia, às 0h (horário de Brasília) – sportv 2; 08/7 – Brasil x China, às 0h (horário de Brasília) – sportv 2. O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do voleibol brasileiro.

Assim como ocorreu em to-

das as outras etapas da Copa Tru-

ck, Monteiro também cumprirá

jornada dupla. Além das corridas

da categoria dos caminhões, o

piloto parte para mais uma etapa

da Nascar Brasil, onde aparece

na vice-liderança do campeona-

to. Nesta categoria, o piloto pos-

sui dois pódios na temporada

ck contará com treinos livres na

sexta-feira, enquanto o sábado

será marcado pela classificação.

As corridas estão marcadas para

o domingo, a partir de 12h40,

com transmissão de Band, Spor-

tv e YouTube. Já a Nascar Brasil

cumpre treinos livres e classifi-

cação no sábado, com as corri-

das no domingo, às 9h35 e às

14h05. O YouTube da categoria

mostra as duas corridas, e o Ban-

A programação da Copa Tru-

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro: bicampeã destaca beleza e rapidez do novo percurso



Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro

olímpico da Rio2016.

Na parte técnica, Fernanda alerta sobre a rapidez da etapa carioca. "Além da aventura de nadar, pedalar e correr nos maiores cartões-postais do mundo, os atletas ainda teto rápidos e que tornaram a res ainda mais emocionante. Será, sem sobra de dúvida, salta a triatleta que segue disputando provas do circuito,

Percursos - Na natação, os 1.900m serão em uma única volta na Praia de Copacabana – palco das principais provas de natação do país, incluindo as Olimpíadas Rio 2016. Com águas calmas e abrigadas, os atletas terão uma experiência inesquecível na natação do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro.

Já o ciclismo, com 90,1 km, será realizado em duas voltas iguais. Após completar a natação e T1 no Forte de Copacabana, os atletas partem de Copacabana em direção ao centro da cidade (pista do lado dos prédios), passando por Botafogo, Flamengo, Aeroporto Santos Dumont, seguindo pelo Túnel Marcello Alencar até a altura da Rodoviária Novo Rio (km 15) onde está o 1º retorno. Neste ponto, o atleta retorna pela mesma pista dos prédios em uma faixa exclusiva junto ao canteiro central até o início da Enseada de Botafogo (Km 26). Lá está o 2º retorno, onde ocorre a mudança de pista para o lado da praia, numa pista junto ao canteiro central. O atleta repetirá o trajeto até a Rodoviária (km 38), atingindo o 3° retorno na mesma pista, em faixa exclusiva, até o início da praia de Botafogo. Completase assim a VOLTA 1.

No 4° retorno (Km 49), o atleta vai mudar de pista para o lado dos prédios, iniciando assim a VOLTA 2. O ciclismo continua até rodoviária (Km 61), onde estará o 5° retorno, na mesma pista junto ao canteiro central até o início de Botafogo. Pela última vez, o atleta atinge o 6° retorno (km 73), volta pela pista até a Rodoviária, atingindo assim o 7º retorno (km 85) e em direção a Botafogo. Os atletas completarão o ciclismo próximo ao km 89, acessando a Marina da Glória, em direção à T2.

Os atletas deverão ficar atentos aos retornos quando completarem a VOLTA 1 (km 49), especialmente na diferenciação entre VOLTA 2 ou finalização do ciclismo. Todos os retornos estarão diferenci-

ados e bem sinalizados. Para finalizar, a corrida de 21,1 km será realizada em três voltas pelo Aterro do Flamengo, em um percurso predominantemente plano e cercado pelas belas e internacionalmente conhecidas praias do

Rio de Janeiro. O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro é organizado pela Unlimited Sports, com Title Sponsor Itaú BBA, patrocínio de Track Field, Xiaomi, Fairmont, Fit Food (por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte do Governo do Rio de Janeiro, via Secretaria de Esporte e Lazer), Omint e Heineken; copatrocínio de Dux, Aquasphere, Boali e Oakberry; e apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro. Mais informawww.ironmanbrasil.com.br

Lindo e rapidíssimo. Assim a bicampeã do IRONMAN Brasil, a carioca Fernanda Keller, define o novo percurso do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro, programado para o dia 9 de julho. Depois de seis edições no Recreio do Bandeirantes, a prova terá os 1,9 km de natação na Praia de Copacabana, o percurso de 90,1 km de ciclismo entre a Avenida Atlântica e a Rodoviária Novo Rio, passando pela Via Expressa-Porto Maravilha, e a corrida de 21,1 km no Aterro do Flamengo, com chegada na Marina da Glória. Trata-se de um percurso plano e rápido e que contempla parte do trajeto

"A natação será na praia mais famosa, a nossa" Princesinha do Mar", a icônica Copacabana. O cenário não poderia ser mais inspirador, com o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e todos os monumentos no Aterro do Flamengo. O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro será a prova mais linda do circuito mundial e, o mais importante, abençoada por Deus e bonita por natureza, afinal de contas, isso é Rio de Janeiro", destaca Fernanda, campeã do IRONMAN Brasil em 2004 e 2008.

rão pela frente percursos muidisputa pelos primeiros lugauma prova muito veloz", resagora na Faixa Etária.

cancelar as duas categorias, principalmente, numa edição

disputa das categorias OK e OK Júnior Demais categorias seguem com inscrições abertas. Mais de 330 inscrições já estão confirmadas, um novo recorde no evento A Confederação Brasileira da Copa, que já é histórica, de Automobilismo divulgou na com um novo recorde e mais terça-feira (dia 27) o cancelade 330 inscrições até o momento das disputas das categomento. Continuaremos apoirias OK FIA e OK Júnior na 24ª ando a disputa das duas caedição da Copa Brasil de Kart, tegorias nos eventos nacio-

Beto Monteiro

"Cascavel é uma das pistas

mais velozes do País, mas que ao

mesmo tempo é bastante com-

plicada para se conseguir ultra-

passagens. Então, a classificação

peonato, mas com uma vantagem motivas.

da Comissão Nacional de Kart As demais categorias seguem com suas inscrições abertas no site da CBA: https:/ /inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/copa-brasil-de-kart-2023-

nais e vamos conversar com

pilotos e preparadores para

que possamos tê-las de vol-

ta no Brasileiro", comentou

Rubens Carcasci, presidente

24a-copa-brasil-de-kart-2023 No Grupo 1 da Copa Brasil, entre os dias 19 e 23 de julho, estarão em disputa os títulos da Mirim, Cadete, Júnior Menor, F4 Sênior, F4 Super Sênior, F4 Super Sênior Master / 60+, Su-



Copa Brasil de kart

per F4 e KZ.

No Grupo 2, entre 24 e 29 de julho, a briga será entre os pilotos da F4 Júnior, F4 Graduado, Mini 2T, Júnior, Gradu-

ado, Novato, Sênior Am, Sênior Pro, Super Sênior e Super Sênior Master / 60+. Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Mantenha os cuidados para previnir a Covid 19:

- Use máscaras nos transportes
- Lave bem as mãos
- Evite aglomerações

Jornal O DIA SP

Edital de Citação Processo nº 1056110-95.2020.8.26.0100 - Prazo de 20 dias - O Dr. Guilherme Silveira Teixeira, Juiz de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. FAZ saber a **Abrão José de Farias** (CPF nº 001.186.931-31) e **Maria Rocha Natalia Carvalho** (CPF nº 489.329.128-90), que **Condomínic Praça Vampré** ajuizou uma ação de Restituição de Quantia Paga, referente ao pagamento do valor de R\$ 3.000,00 (base 08/2020) para a prestação de serviços de montagem e pintura de grade de ferro existentes no condomínio autor e não executados pelos requeridos. Estando os requeridos em lugar incerto e não sabido foi deferido a citação por edital para que no prazo de 15 dias a fluir o prazo do edital apresente de defesa, sob pena de presumir como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de novembro de 2022. Guilherme

VYTTRA DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ/MF nº 00.904.728/0001-48 - NIRE: 3530052997-9
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em 29/07/2022, às 18h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, por estar presente à Assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente Sr. **Rubens Mário Marques de Freitas** e Secretário: Sr. **Alexandre Fava Fialdini. Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou reservas: Eleger para o cargo de Diretor sem designação específica o Sr. **Marcelo Henrique Saraiva Roch**a, RG 11446231 SSP/MG CPF 060.704.016-54. Aprovar a outorga de fiança pela Companhia no âmbito do contrato de locação de imóvel cadastrado como contribuinte municinal sob o nº 4 00 05 05 0002 0001 00 00 na Prefeitur. de imovel cadastrado como contribuinte municipal sob o nº 4.00.05.05.0002.0001.00.00 na Prefeitura de Bragança Paulista, de titularidade de José Otávio Lima Gonçalves e Luciana Helena Markowicz Lima Gonçalves. Aprovar a retificação da 55º Alteração do Contrato Social da Sociedade celebrada em 30/09/2018, devidamente registrada na JUCESP 51048118-8 ("55º Alteração"), a qual por um lapso constou que houve o cancelamento de 21.564.391 quotas, de modo que a quantidade correta de quotas canceladas foi 53.327.578, equivalente a 65,84% das quotas então emitidas. Ficam ratificados todos os demais termos da 55º Alteração não alterados pela presente deliberação. Aprovar o encerramento da quarta filial da Companhia localizada na Rua Iris Alvim Camargos, 15, cidade de BH/MG, sob o NIRE 31902586489, por despacho de 19/01/2018, devidamente inscrita no CNPJ 00.904.728/0013-81, de modo que a quinta filial da Companhia passa a ser denominada a partir desta data como sendo 4ª filial da Companhia. Aprovar a alteração do endereço da 3ª filial da Companhia, de modo a agregar novos galpões à mesma. Adicionalmente, é aprovado o novo objet social para a 3ª filial da Companhia de modo a ampliar as atividades a serem realizadas. Ratificar a aquisição de 19.291 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia realizada em 9/05/2022, para manutenção em tesouraria. Tendo em vista as alterações deliberada: acima, os acionistas deliberam alterar a redação dos artigos 2º e 3º do Estatuto Social. SP, 29/07/2022

Mesa: Rubens Mário Marques de Freitas - Presidente; Alexandre Fava Fialdini - Secretário.

JUCESP - 607.523/22-0 em 06/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. Edital de Citação - Prazo 20 dias. Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica (0005599-45 2022.8.26.0002) - Processo principal: 0023262-41.2021.8.26.0002. 0 Dr. Alexandre Bucci, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro/SP, FAZ SABER a Lucas Martins Kerges de Lima, CPF 468.380.868-40, que 5H Madeiras e Ferramentas Eireli, ajuízou um Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, objetivando ser declarada a desconsideração da personalidade jurídica da empresa Ethan Móveis Planejados Eireli ME, CNPI 28 299 064/0001-54. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, manifeste-se sobre o pedido, nos termos do Art. 135, do Código de Processo Cívil, sendo nomeado Curador Especial em caso de revelia (Art 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado. São Paulo, 17 de abril de 2023. B - 28 e 29

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA **GREENYELLOW ENERGY GESTÃO HOLDING S.A. REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2023**

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 26/05/2023, às 10:00 horas, no Município de São Paulo/SP. 2. Presença: Esteve presente a fundadora e subscritora das ações da Companhia, que representa a totalidade do capital social, conforme as assinaturas devidamente registradas no Livro de "Registro de Presença de Acionistas". 3. Convocação: Dispensada a convocaçõe vide consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76. 4. Mesa: Presidente: Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton; Secretário: Marlon Fabiano Rosa da Cruz. 5. Ordem do Día: Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) constituição da Companhia; (ii) subscrição o forma de integralização das ações; (iii) eleição dos membros da Diretoria; e (iv) aprovação do Estatuto Social da Companhia. 6. Deliberações: (i) Aprovar a constituição de uma Sociedade Anônima fechada sob a denominação de Greenyellow Energy Gestão Holding S.A., com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, n.º 1.357, Edificio Itau, 14º andar, Sala 14, Cerqueira César, CEP: 01419-908, cujo objeto social será: (a) holdings de instituições não-linanceiras; e (b) gestão e administração da propriedade imobiliária ("Companhia"). (ii) Aprovar o capital social inicial de R.§ 1.000, 00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10% (dez por cento), tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 100,00 (cem reais) depositados no Banco Bradesco S.A. – Agência n.º 0500 e Conta Cornente n.º 22193-7, nos termos dos artigos 80. Ill e 81 da Lei n.º 6.404/75. O restante dos 90% (noventa por cento) será integralizado em até 24 meses, contados desta data, conforme o Boletim de Subscrição que constitui o Anexo I desta Assembleia de Constituição. (iii) Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia. El redação consolidada consta no Anexo II desta Assembleia de Constituição. (oi, então, suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que após transcrita, lida em voz alta e achada conform foi assinada por todos os presentes. Certificado que a presente confere com a original lavrada em livro próprio Mesa; Benarianin André Pascal Jean-Pierre Mariton - Presidente; Marlon Fabiano Rosa da Cruz - Secretário. <u>Visto do Advogado</u>: Luíz Eduardo da Silva - OABISP 382.821. JUCESP nº 3530061822-0 em 22/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004357-96.2021.8.26.0704. O MM. Juiz de Direito da 2º Vara Civel, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr. FERNANDO DE LIMA LUIZ, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SERGIO FERREIRA DA SILVA, CPF 014.618.678-02, que Alpha Strong Treinamento e Educação Executiva Ltda e Fundação Getúlio Vargas lhe ajuizaram Ação Monitónia, para cobrança da quantia de R\$ 10.705,83 (maio de 2021), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais nº 62.707. Estando o requerido em lugar ignorado, fu deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, paque o débito (pardio sento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente, afixado e publicado, na forma da Lei. SP, 26/04/2023.

2ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA **GREENYELLOW EE GESTÃO DE ENERGIA 001 LTDA.**

CNPJ/MF n.º 48.194.993/0001-06 | NIRE 35.260.006.261

Pelo presente instrumento, a parte abaixo assinada: Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo/SP, com seu Contrato Social arquivado perante a JUCESP sob o NIRE 35.232.945.607, neste ato representada por seu Diretor Financeiro, Sr. Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton, portador do RRI n.º f.º 104.503, inscrito no CPF/MF sob o n.º 242.509.526-43; Na qualidade de única sócia da Greenyellow EE Gestão de Energia 001 Ltda, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob n.º 48.194.993/0001-06, com contrato social registrado na Junta Comercial de São Paulo/ JUCESP) sob o NIRE: 35.260.006.261 ("Sociedade"; 11. A sócia única aprova a transformação do tipo jurídico da Sociedade, conforme a seguir. 1. Da Transformação do Tipo Jurídico da Sociedade; 1.1. A sócia única aprova a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de Sociedade impresária Limitada para uma subsidiária integra nos termos do art. 251 da Lei n.º 6.404/76, com objetivo de melhor atender aos interesses sociais. 1.2. Como resultado da deliberação mencionada acima, se stuis i. 100 (mil) varios expresentátivias de consideração (da PS 1.000 (mil) varios esta ha tendera ma 1.001 (mil) acida se satina i. 100 (mil) varios esta transformação do montre na 1.001 (mil) acida se satina i.001 (mil) varios esta transformação do montre na 1.001 (mil) acida se satina transformação do mencionada acima. as atuais 1.000 (mil) quotas, representativas do capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), serão transformadas em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e a parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional nos ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e a parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional nos termos do Boletim de Subscrição constante no Anexo I. 2. Alteração da Denominação Social da Sociedade: 2.1. Em decorrência da transformação desta Sociedade em Sociedade por Ações, a acionista decidiu alterar a denominação social da Sociedade, que passará ge Greenyellow EE Gestão de Energia 001 Ltda. para Greenyellow Energy Holding II S.A. 3. Alteração do Objeto Social: 3.1. A acionista decidiu alterar o objeto social da Sociedade para excluir a atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 7020-4100), e incluir as atividades de gestão e controle de sociedades responsáveis pela implantação e exploração de unidades fotovoltaicas, por meio de holdings de instituições não financeiras (CNAE 6462-0100) e a gestão e administração da propriedade imobiliária (CNAE 6822-6100). 4. Eleção da Diretoria: 4.1. A acionista elege os seguintes membros para compor a Diretoria, pelo período de 3 (três) anos, sendo permitida sua reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia: (a) Marcelo Eduardo Xavier, RG n.º 22.251.1552 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 260.650.258-28, residente e dominidado por holdingió de cas PaulviSP. para a cargo de Diretoria. Patra para hondrá paraina Andrá Patra para a cargo de Diretoria de paraina Andrá Patra para de par Companhia: (a) Marcelo Eduardo Xavier. RG n.º 22.251.152. SSP/SP, Inscrito no CPF/MF sob o n.º 260.650.258.2, residente domiciliado no Município de São Paulo/SP para o cargo de <u>Diretor-Presidente</u>; (b) Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton, RNE n.º F1046330, inscrito no CPF/MF sob o n.º 242.509.528.43, residente e domiciliado no Município de São Paulo/SP, para o cargo de <u>Diretor Financeiro</u>; e (c) Marcelo Nicodemos Varlese, RG n.º 23.306.275-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 28.149.098-27. residente e domiciliado no Município de São Paulo/SP, para o cargo de <u>Diretor Comercial</u>. 5. Aprovação de Estatuto Social e Revogação do Contrato Social; 5.1. A Companhia passará a ser regida pelo Estatuto Social ora aprovado, conforme Anexo IIII, que observará os dispositivos de Le in.º 6.404/76 e alterações, e demais disposições legias aplicáveis às Sociedades por Ações, consoante o item 1.1. desta alteração. 5.2. Foi aprovada a integral substituição dos dispositivos previstos no Contrato Social da Sociedade pelo Estatuto Social aprovado. A acionista e os diretores assisman este instrumento em via digital. São (SOC) (SP), 11 de maio de 2023. <u>Actionistas: Grenvejloto do Brasil Energia e Serviços Ltda</u>. Por Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton - Diretor Financeiro. <u>Diretores Eleitos:</u> Marcelo Eduardo Xavier - Diretor-Presidente; Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton - Diretor Financeiro: <u>Marcelo Nicodemos Varlese</u>. Piotetor Comercial, <u>Advoado Ressonsável</u>: <u>Luiz Eduardo da Silva</u> - OAB/SP 382.821. Financeiro; Marcelo Nicodemos Varlese - Diretor Comercial. Advogado Responsável: Luiz Eduardo da Silva - OAB/SP 382.821. JUCESP/NIRE 3530061728-2. REGISTRO/SOB № 234.834/23-7 em 07/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A. CNPJ/MF n° 72.145.931/0001-99 - NIRE n° 35.300.194.039 Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Janeiro de 2023

Data, Horário e Local: Realizada em 16 de janeiro de 2023, às 10 horas, na sede social da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3064, | eleito para um mandato de 3 (três) anos e será eleito pelo Conselho de Administração, conforme Acordo de Acionistas, sujeito a quaisquer qualificações 7º andar, CEP 01451-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo | aplicáveis exigidas pela SUSEP. Os Diretores Executivos deverão ter os cargos e responsabilidades estabelecidos pelo Conselho de Administração. 20.1. Os 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. Constituição da Mesa: Presidente: Sr. Angelo Colombo Querci Filho; e Secretária: Sra. Natália Velasques Sanches. Ordem do Día: Deliberar sobre: (a) a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações; (b) a eleição da Sra. Sharon Mary O'Sullivan como membro do Conselho de Administração; (c) a emissão de 65.810.613 (sessenta e cinco milhões, oliocentas e dez mil, seiscentas e treze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (d) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Deliberações: Instalada a Assembleia pelo Presidente, e após a discussão das matérias previstas na ordem do dia, os acionistas da Companhia presentes à assembleia, decidiram, a Assentiata pelo Testidente, e apos a discussación del material de la vidente de la v com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deverá examinar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (b. 1) A membro do Conselho de Administração ora eleita declara, sob as penas da lei que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foi condenada, ou está sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, fé pública ou a propriedade, ou condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Ademais, os membros ora eleitos são empossados em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados no Livro de Registro de Atas; e (b.2) A membro do Conselho de Administração da Companhia declara que conduzirá a administração da Companhia de acordo com os termos e condiçõe milhões, seiscentos e vinte e um mil, noventa e cinco Reais e onze centavos) para R\$ 906.621.095,11 (noveentos e seis milhões, seiscentos e vinte e um mil, noventa e cinco Reais e onze centavos) are noventa e cinco reais e onze centavos). (c.1) as novas ações ordinárias emitidas conforme disposto no item "d" acima são integralmente subscritas e integralizadas na presente data, pela Swiss Re Corporate Solutions Brasil Holding Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 9º andar, parte C, CEP 01451-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 42.064.569/0001-60; e pela Bradesco Seguros S.A., uma sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede social na Av. Alphaville, nº 779, 5º andar (parte), na cidade de Barueri, estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 33.055.146/0001-93, nos termos do boletim de subscrição anexo à presente ata com-Anexo 1, sendo certo que qualquer aporte realizado em excesso ao valor a ser integralizado deverá ser allocado a conta de reserva de capital da Companhia.

(d) Em razão das deliberações aprovadas nos itens (a) e (c) acima, a alteração e consolidação da redação do *caput* do Artigo 5 do estatuto social da nhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de 8 906.621.095,11 (novecentos e seis milhões, seiscentos e vinte e um mil, noventa e cinco reais e onze centavos) dividido em 497.210.747 (quatrocentos e noventa e sete milhões, duzentas e dez mil, setecentas e quarenta e sete) ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial, todas nominativas e sem valor nominal." Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada e aprovada por todos os acionistas presentes. São Paulo, 16 de janeiro de 2023. Confere com a original, lavrada em livro próprio. Mesa: Angelo Colombo Querci Filho - Presidente; Natália Velasques Sanches - Secretária. Acionistas: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Holding Ltda. - Claudio Rosa Mendes - Diretor; Beatriz de Moura Campos Mello Almada - Diretora. Bradesco Seguros S.A. - Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - Diretor Gerente; Vinicius Marinho da Cruz - Diretor. JUCESP nº 250.503/23-2 em 22/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. ESTATUTO SOCIAL DA SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A. - CAPÍTULO II. - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO: Artigo 1. A Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (a "Companhia") é uma sociedade regida por este Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064 - 7º andar, Jardim Paulista, CEP 01451-000, e, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá abrir, manter e fechar filiais, agências e escritórios em qualquer outra parte do Brasil ou do exterior, de acordo com a legislação aplicável Artigo 3. O objeto social da Companhia consiste na condução de atividades de seguro em qualquer modalidade ou forma, e na participação ou investimento em outras sociedades, ativos e direitos, em cada caso, de acordo e sujeita à legislação aplicável e ao Acordo de Acionistas. Artigo 4. A Companhia terá praze de duração indeterminado. CAPÍTULO II. - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5. O capital social da Companhia é de R\$ 906.621.095,11 (novecentos e seis milhões, seiscentos e vinte e um mil, noventa e cinco reais e onze centavos) dividido em 497.210.747 (quatrocentos e noventa e sete milhões, duzentos e dez mil, setecentos e quarenta e sete) ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial, todas nominativas, sem valor nominal. 5.1. A ação preferencial deverá: (a) se conversível em uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal; (b) ter direito a dividendos especiais, conforme determinado pelo Conselho de Administração nos termos do Acordo de Acionistas; e (c) ter os mesmos direitos e privilégios atribuídos às ações ordinárias. 5.2. Cada ação ordinária e a ação preferencial dão direito a seu respectivo titular a 1 (um) voto na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. 5.3. A Companhia poderá criar qualquer reserv de capital, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desde que quaisquer capitalizações de tais reservas devam ser feitas sem a emissão de novas ações. **5.4**. Os certificados representando as ações, bem como os certificados múltiplos ou certificados provisórios, se emitidos, deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores Executivos. **5.5**. A Companhia poderá adquirir suas próprias ações para cancelá-las ou para mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Assembleia Geral de Acionistas. 5.6. Qualquer transferência de, ou criação de ônus sobre, ações estará sujeita aos termos e condições estabelecidos no Acordo de Acionistas. Qualquer transferência, feita de acordo com o Acordo de Acionistas, será registrada pela Companhia no livro de registro de ações nominativas da Companhia. 5.7. Os acionistas terão direitos de preferência para a subscrição de novas ações emitidas pela Companhia em casos de aumento de capital social, proporcionalmente às suas respectivas titularidades de ações, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações. CAPÍTULO III. - ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS: Artigo 6. Uma assembleia geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável, é ordinária ou extraordinária ("<u>Assembleia Geral de Acionistas</u>"). As Assembleias Gerais Ordinárias de Acionistas deverão ser realizadas ordinariamente, dentro dos primeiros 3 (três) meses após o término de cada exercício social. Uma Assembleia Gera Extraordinária de Acionistas deverão ser realizadas ordinariamente, dentro dos primeiros 3 (três) meses após o término de cada exercício social. Uma Assembleia Gera Extraordinária de Acionistas deverá ser realizada sempre que servir aos interesses da Companhia ou dos acionistas, para decidir quaisquer questões dentro de sua competência. Artigo 7. Uma Assembleia Geral de Acionistas deverá ser convocada por qualquer membro do Conselho de Administração, mediant apresentação de aviso de convocação para cada acionista, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para tal assembleia, sendo que os acionistas podem convocar uma Assembleia Geral de Acionistas ou solicitar que uma Assembleia Geral de Acionistas seja convocada conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, 7.1. O aviso de convocação da Assembleia Geral de Acionistas deverá incluir na ordem do dia as matérias a serem tratadas e deverá cumprir com a Lei das Sociedades por Ações, este Estatuto Social e o Acordo de Acionistas. 7.2. Não obstante as formalidades ora previstas com relação à convocação da Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Acionistas será considerada validamente convocada e instalada desde que todos os acionistas estejam por Ações e deverá ser presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, caso o Presidente do Conselho de Administração da Companhia esteja em conflito sob a legislação aplicável de presidir a assembleia, ou ausente, por qualquer pessoa indicada pelos acionistas que detenha no mínimo a maioria das ações emitidas e em circulação da Companhia. O Presidente da Assembleia Geral deverá escolher 1 (um) indivíduo para atuar com secretário da Assembleia Ĝeral, 8.1. As Assembleias Gerais de Acionistas deverão ser conduzidas em português, com traducão simultânea para o inglês desde que requerido por qualquer acionista. As atas escritas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas deverão ser elaboradas em português, traduzida tribuídas a cada acionista prontamente após cada assembleia. Cópias das atas de cada Assembleia Geral de Acionistas deverão se armazenadas pela Companhia e (a) a versão em português deverá ser lavrada no livro de registro de atas de assembleias gerais e arguivada perante a Junta Comercial competente e (b) a versão em inglês deverá ser arquivada na sede da Companhia, sendo certo que, em caso de conflito entre as referidas versões a versão em português deverá prevalecer. Para evitar quaisquer dúvidas, a Companhia deverá arcar com todos os custos, honorários e despesas de traduçã com relação ao disposto acima. **Artigo 9.** De forma a participar e votar em qualquer Assembleia Geral de Acionistas, um acionista deverá apresenta comprovação de sua condição de acionista. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral de Acionistas, um acionista deverá apresenta outorgados por período não maior que 1 (um) ano. Tal procurador deverá ser um administrador, um representante ou um advogado representando esse acionista, sendo que a procuração deverá ser depositada na sede social da Companhia em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para realização da referida Assembleia Geral de Acionistas. Artigo 10. As Assembleias Gerais de Acionistas serão realizadas nas dependências da sede social da Companhi de acordo com a legislação aplicável. Em caso de força maior, a Assembleia Geral de Acionistas poderá ser realizada fora da sede da Companhia, sujeita a qualquer requisito adicional da legislação aplicável. Artigo 11. Haverá quórum para fins de cada Assembleia Geral de Acionistas se os titulares de no mínim a maioria das ações emitidas e em circulação da Compa nhia com direito de participar e votar em tal assembleia estiverem presentes ou repres assembleia. Cada Acionista terá direito a 1 (um) voto para cada ação por este detida na Companhia para cada matéria contida na ordem do dia da respectiva assembleia, conforme especificado no respectivo aviso de convocação. As deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas deverão ser ac maioria simples dos votos presentes emitidos na assembleia em que houver quorum, sujeitas a quaisquer aprovações adicionais extigidas pela legislação aplicável, por este Estatuto Social ou pelo Acordo de Acionistas. Artigo 12. Adicionalmente às atribuições previstas, e sujeitos a quaisquer limitações impostas pela legislação aplicável, por este Estatuto Social ou pelo Acordo de Acionistas, os acionistas terão a competência para aprovar as seguintes questões en Assembleia Geral de Acionistas: (a) qualquer alteração deste Estatuto Social; (b) qualquer emissão de novas ações, aumento de capita recapitalização da Companhia, ou qualquer resgate ou amortização de ações; (c) qualquer aprovação ou alteração da política de distribuição de lucros da Companhia; (d) qualquer envolvimento da Companhia em qualquer grande transação societária, incluindo qualquer fusão, incorporação, cisão ou q ão societária; e (e) qualquer dissolução, liquidação, pedido de falência ou processo de insolvência da Companhia. CAPÍTULO IV. ADMINISTRAÇÃO: Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, de acordo com este Estatuto Social, com Acordo de Acionistas e a legislação aplicável. CAPÍTULO V. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Artigo 14. O conselho de administração da Companhia ("<u>Conselho de Administração</u>") será composto por 5 (cinco) membros ("<u>Conselheiros</u>"), com mandato de 3 (três) anos, todos eleitos em Assembleia Geral de stas e em conformidade com o Acordo de Acionistas, sujeitos a quaisquer qualificações aplicáveis exigidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). 14.1. Os Conselheiros somente tomarão posse mediante o registro de seus respectivos termos de posse no livro de registros de Reuniões do Conselho de Administração e das homologações de suas nomeações pela SUSEP. Os Conselheiros deverão manter-se em seus cargos até que seus respectivos sucessores tomem posse. 14.2. O presidente ("Presidente") e o vice-presidente ("Vice-Presidente") do Conselho de Administração serão designados dentre os membros do Conselho de Administração, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas. 14.3. Os acionistas terão direito de destitui quaisquer Conselheiros a qualquer tempo e ocupar quaisquer cargos vacantes (em caso de pedido de renúncia, ausência ou impedimento permanente consoante o Acordo de Acionistas, em Assembleia Geral de Acionistas convocada dentro de 30 (trinta) dias a contar do início de tal vacância. Artigo 15. C Conselho de Administração reunir-se-á no mínimo trimestralmente, conforme uma agenda anual a ser aprovada pelo Conselho de Administração, ou extraordinariamente, sempre que necessário ("<u>Reuniões do Conselho de Administração</u>"). Observadas quaisquer exigências adicionais do Acordo de Acionistas, as Reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, no Brasil, ou em outro local que o Conselho de Administração porventura designe, e serão presididas pelo Presidente. 15.1. Caso todos os membros do Conselho de Administração acordi previamente, as Reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou equip comunicações análogos por meio dos quais todos os participantes da reunião possam ouvir uns aos outros. Os Conselheiros que participarem de tal reuniã or esses meios serão considerados "presentes" nessa reunião para todos os propósitos deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação olicável, e os votos de quaisquer Conselheiros que participarem por teleconferência, videoconferência ou equipamentos de comunicações análogos terão pleno efeito; ressalvando-se que tais votos deverão ser confirmados por escrito dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva Reunião do Conselho de Administração. 15.2. As Reuniões do Conselho de Administração deverão ser conduzidas em português ou inglês, com tradução simultânea par o outro idioma desde que requerido por qualquer Conselheiro. Os documentos e apresentações que serão discutidos em tais Reuniões do Conselho de Administração deverão ser elaborados em português ou inglês e, caso solicitado por qualquer Conselheiro, traduzidos para o outro idioma. As atas escritas de todas as Reuniões do Conselho de Administração deverão ser distribuídas a cada acionista prontamente após cada reunião. A Companhia deverá arcar com todos os custos, honorários e despesas de tradução com relação ao disposto acima. 15.3. Cópias das atas de cada Reunião do Conselho de Administraçã deverão ser lavradas no livro de registro de atas da Reunião do Conselho de Administração e registradas na Junta Comercial aplicável, se necessário; e a da na sede da Companhia, ficando ressalvado que, em caso de conflito entre essas versões, a prevalecer. Artigo 16. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas mediante notificação enviada a cada Conselheiro com no mínim 5 (cinco) dias úteis de antecedência de tal reunião (período esse de 5 (cinco) dias úteis que poderá ser reduzido por uma renúncia escrita ou pela presenc de todos os Conselheiros, sem objeção, em uma Reunião do Conselho de Administração). Os acionistas concordam que uma reunião de emergência do Conselho de Administração poderá ser convocada por meio de uma notificação com antecedência menor do que de 5 (cinco) dias úteis (porém, em qualque hipótese, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis) a todos os Conselheiros, se essa reunião estiver relacionada a ocorrências regulatórias relevante de natureza crítica ou outros eventos de emergência (incluindo, mas não se limitando a, greves ou paralizações de funcionários, desastres naturais ou outra: circunstâncias análogas) que afetem os negócios da Companhia como um todo, sendo certo que a ordem do dia dessa reunião deverá se restringir ao: assuntos de emergência que suscitarem tal reunião, sem a inclusão de nenhum outro assunto que não constitua um assunto de emergência. 16.1. A notificação para convocação de uma reunião do Conselho de Administração conterá a ordem do dia com as matérias a serem tratadas. Não obstante as formalidades ora previstas com relação à convocação da Reunião do Conselho de Administração, a Reunião do Conselho de Administração será considerada validamente convocada quando presentes todos os Conselheiros. 16.2. Qualquer Conselheiro deverá ter autoridade para fazer com que seja convocada uma Reunião do Conselho de Administração. Se solicitada uma Reunião do Conselho de Administração por um Conselheiro, esse Conselheiro deverá apresentar uma notificação escrita da proposta de reunião ao Presidente e à Companhia; sujeito à legislação aplicável e às exigências de convocação especificadas neste Artigo 16, o Presidente deverá, então, convocar uma Reunião do Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselheiro. Se o Presidente falha em convocar uma Reunião do Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselheiro, então o Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselheiro, então o Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselheiro, então o Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Conselho de Administração no prazo solicitado por esse Conselho de Con nos termos e condições deste Artigo 16. O Presidente deverá escolher 1 (um) indivíduo para atuar como secretário nessa reunião, ficando ressalvado que esse secretário deverá residir no Brasil. Artigo 17. Ressalvado o disposto no Acordo de Acionistas, haverá quórum para a válida instalação de cada Reunião do Conselho de Administração, bem como para deliberações e atos do Conselho de Administração, desde que presentes a maioria dos Conselheiros na respectiva reunião. Cada Conselheiro terá direito a 1 (um) voto com relação a qualquer matéria considerada pelo Conselho de Administração. Salvo disposição en contrário no Acordo de Acionistas, qualquer ato, decisão ou deliberação do Conselho de Administração exigirá a aprovação da maioria dos Conselheiro presentes ou devidamente representados na reunião. **Artigo 18.** O Conselho de Administração deverá ter autoridade para aprovar qualquer matéria er Reunião do Conselho de Administração, conforme a, e sujeito a quaisquer limitações impostas na, lei aplicável, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas 18.1. Nenhum Conselheiro ou grupo de Conselheiros, agindo na qualidade de Conselheiro, terão qualquer autoridade real, tácita ou aparente para (i) celebra contratos em nome da Companhia ou para vincular, de forma diversa, a Companhia, (ii) praticar qualquer ato ou assumir qualquer obrigação, responsabilidade dívida, custo ou despesa em nome ou pela Companhia ou (iii) conduzir qualquer negócio da Companhia, salvo por medida do Conselho de Administração devidamente tomada conforme dispõe este Estatuto Social e o Acordo de Acionistas. Artigo 19. O Conselho de Administração deverá estabelecer os seguintes comitês do Conselho de Administração: (i) comitê de risco/financeiro, (ii) comitê de auditoria, (iii) comitê de subscrição/resseguro, (iv) comitê comercial, e quaisquer comitês adicionais que se façam necessários a critério do Conselho de Administração (em conjunto, "<u>Comitês</u>"). Cada Comitê deverá ser compost por 3 (três) membros nomeados nos termos do Acordo de Acionistas. Os Comitês deverão ser responsáveis pelos assuntos a eles designados pelo Conselho de Administração e deverão funcionar de acordo com a legislação aplicável. 19.1. As reuniões de cada Comitê deverão ser conduzidas em português ou inglês com tradução simultânea para o outro idioma se solicitado por qualquer membro de tal Comitê. Documentos e apresentações que forem tratados nessa reuniões do Comitê serão preparados em português ou inglês e, se solicitado por qualquer membro do Comitê, traduzidos para o outro idioma. Atas escritas de todas as reuniões do Comitê serão distribuídas ao Conselho de Administração prontamente após cada reunião. A Companhia arcará com todos os custos taxas e desnesas de traducão contraídas com o acima exposto. CAPÍTULO VI. DIRETORIA: Artigo 20. A diretoria executiva (a "Diretoria Executiva") devera ser responsável pelas operações diárias da Companhia, sujeita, a qualquer tempo, à supervisão e ao direcionamento do Conselho de Adminis Diretoria Executiva será composta por até 8 (oito) membros ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais um será o Diretor Presidente da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais da Companhia ("Diretores Executivos"), dos quais Presidente"), ou outro número de membros que o Conselho de Administração possa determinar, sujeito à legislação aplicável. Cada Diretor Executivo será do painel arbitral relativa a devida consolidação dos procedimentos arbitrais será vinculante a todas as partes da arbitragem.

Executiva e homologação de sua nomeação pela SUSEP. Os Diretores Executivos manter-se-ão em seus cargos até que seus respectivos sucreso em seus cargos até que seus respectivos termos de posse no livro de registros de reuniões da Diretoria Executiva e homologação de sua nomeação pela SUSEP. Os Diretores Executivos manter-se-ão em seus cargos até que seus respectivos sucessores tomen posse, **Artigo 21.** O Conselho de Administração terá o direito de destituir qualquer Diretor Executivo a qualquer tempo e ocupar quaisquer cargos vacantes (em caso de renúncia, ausência ou impedimento permanente), consoante o Acordo de Acionistas, em uma Reunião do Conselho de Administração convocada dentro de 30 (trinta) dias a contar do início da vacância. Artigo 22. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores Executivos e a ordem do dia da reunião será definida pelo(s) Diretor(es) Executivo(s) que convocar(em) a reunião. 22.1. Em qualquer reunião da Diretoria Executiva, é exigida a presença mínima de 1/3 (um terço) dos Diretores Executivos eleitos. 22.2. Todas as deliberações da Diretoria Executiva deverão ser aprovadas pela maioria de votos dos presentes na respectiva reunião. 22.3. As deliberações da Diretoria Executiva deverão ser registradas em atas e lavradas no livro de registro de atas de reuniões da Diretoria Executiva. 22.4. As Reuniões da Diretoria Executiva deverão ser conduzidas em português ou inglês, com tradução simultânea para o outro idioma desde que requerido por qualquer membro da Diretoria Executiva. Os documentos e apresentações que serão discutidos em tais reuniões deverão ser elaborados em português ou inglês e, caso solicitado por qualquer membro da Diretoria Executiva, raduzidos para o outro idioma. As atas escritas de todas essas reuniões serão distribuídas ao Conselho de Administração prontamente após cada reunião. A verá arcar com todos os custos, honorários e despesas de tradução com relação ao disposto acima. Art**igo 23.** A Diretoria Executiva é o órgão xecutivo da Companhia, que é responsável por assegurar o funcionamento da Companhia, investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos relacionados ao seu objeto social; ressalvando-se, entretanto, que tais poderes se sujeitam a quaisquer limitações impostas pela legislação aplicável, por este Estatuto Social (incluindo o Artigo 20) ou pelo Acordo de Acionistas. **Artigo 24.** Com relação aos atos e operações da Companhia no curso normal dos negócios, como a emissão de títulos de qualquer natureza, duplicatas, cheques, ordens de pagamento, contratos e demais instrumentos que incorporem e constituam quaisquer obrigações ou responsabilidades da Companhia ou que dispensem terceiros de obrigações para com a Companhia, e observadas quaisquer exigências adicionais da legislação aplicável, deste Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas, a Companhia será representada e vinculada pelas assinaturas das seguintes pessoas: (a) dois Diretores Executivos, em conjunto: (b) um Diretor Executivo, em conjunto com um procurador com poderes específicos para praticar tal ato; ou (c) dois procuradores com poderes específicos para praticar tal ato, em conjunto. 24.1. A Companhia será vinculada com a assinatura isolada de um Diretor Executivo, desde que tal representação tenha sido previamente aprovada em uma reunião da Diretoria Executiva. 24.2. As rocurações outorgadas em nome da Companhia deverão conter as assinaturas de 2 (dois) Diretores Executivos e deverão especificar o poder outorgado e com exceção a procuração para fins judiciais, deverão ser outorgadas pelo prazo limitado dé 1 (um) ano no máximo. 24.3. A Companhia será vinculada com a assinatura isolada de um procurador, contanto que sua indicação tenha sido previamente aprovada pela Diretoria Executiva e a respectiva procuração outorgada em nome da Companhia tenha sido devidamente firmada por 2 (dois) Diretores Executivos, especificando os poderes outorgados. 24.4. A Diretoria erá direito de outorgar poderes a um determinado procurador para designar outros procuradores, salvo para substabelecer seus próprios poderes, desde que definido especificamente na procuração aplicável. 24.5. Os recibos relativos a valores entregues à Companhia, como endossos e depósitos de cheques nas contas correntes da Companhia, serão assinados por quaisquer 2 (duas) pessoas elencadas nos itens (a), (b) ou (c) deste Artigo 24. **Artigo 25.** Compete à Diretoria: (a) observar e cumprir as deliberações de Reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais de Acionistas; (b) aprovar o balanço atrimonial mensal da Companhia; (c) apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva ntamente com o relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; e (d) constituir rocuradores. Artigo 26. Compete ao Diretor Presidente: (a) supervisionar e gerenciar todas as operações da Companhia; e (b) presidir todas as reuniões da Diretoria Executiva. Artigo 27. O Conselho de Administração nomeará 1 (um) Diretor para a função específica de responsável por Controles Internos. 27.1. O Diretor de Controles Internos poderá desempenhar outras funções de governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou ndiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio. 27.2. O Diretor de Controles Internos poderá se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos. o Conselho de Administração ou com o Diretor Presidente, sem a presença dos demais diretores. 27.3. Compete ao Diretor responsável pelos controles internos: (a) orientar e supervisionar: (i) a implementação e operacionalização do sistema de controles internos (SCI) e da estrutura de gestão de riscos (EGR), e (ii) as atividades das unidades de formidade e de gestão de riscos, quando houver; (b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos com os recursos necessários ao adequado empenho de suas respectivas atividades, em especial recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; (c) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: (i) riscos novos ou emergentes; (ii) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; (iii) ações relativas à gestão de riscos; e (iv) deficiências relativas à EGR e ao SCI e seu respectivo saneamento. 27.4. É vedado ao Diretor de Controles Internos, o recebimento de bônus ou incentivos que estejam atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. 27.5. O Diretor de Controles Internos tomará posse tão somente mediante o registro de seu respectivo termo de posse no livro de registros de reuniões da Diretoria Executiva e homologação de sua nomeação pela SUSEP. O Diretor de Controles Internos manter-se-á em seu cargo até que seu respectivo sucessor tome posse. 27.6. O Conselho de Administração poderá destituir o Diretor de Controles Internos a qualquer tempo e nomear substituto para ocupar o cargo vacante (em caso de renúncia, ausência ou impedimento permanente), consoante o Acordo de Acionistas, em Reunião do Conselho de Administração, convocada dentro de 30 (trinta) dias a contar do início da vacância. CAPÍTULO VII. - COMITÊ DE AUDITORIA: Artigo 28. O Comitê de Auditoria deve ser composto por rês (3) membros ("Membros"), com um mandato máximo de cinco (5) anos, todos eles eleitos pelo Conselho de Administração, sujeitos a quaisquer qualificações aplicáveis conforme exigidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). 28.1. Os Membros somente tomarão posse após aporticados de la completa del la completa de la completa de la completa del la completa de la completa del la completa de la completa del l qualquer Membro a qualquer momento e preencher qualquer vacância (em caso de renúncia, ausência, ou impedimento permanente), em uma Reunião do Conselho de Administração. Artigo 29. As Reuniões do Comitê de Auditoria serão realizadas na cidade de São Paulo, Brasil, ou em outro local que o Comitê de Auditoria possa designar, e serão presididas pelo Presidente. 29.1. Se todos os Membros previamente aprovarem, as Reuniões do Comitê de Auditoria poderão ser realizadas por teleconferência, videoconferência ou qualquer outro equipamento de comunicação similar. Se todos os participantes da reunião puderem ouvir uns aos outros, os Membros participantes de tal reunião serão considerados "presentes" para todos os efeitos sob este Estatuto Social e a lei aplicável. Os votos de qualquer Membro participando de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro equipamento de comunicação similar, deverão ter eficácia plena. 29.2. As Reuniões do Comitê de Auditoria deverão ser conduzidas em Português ou Inglês, com tradução simultânea para a outra língua, se requerido por qualquer Membro ou Conselheiro. Documentos e apresentações que serão discutidos em tais Reuniões do Comitê de Auditoria deverão ser preparados em Português ou Inglês, e se requerido por gualquer Membro ou Conselheiro, traduzido para a outra língua. A Companhia deverá arcar com todos os custos, taxas e despesas de tradução em conexão com o disposto acima. **Artigo 30**. Nenhum Membro ou grupo de Membros, agindo na qualidade de Membro, terá qualquer competência aparente, implícita ou efetiva para (i) celebrar contratos em nome da, ou de outra forma vincular, a Companhia, (ii) tomar qualquer medida ou, incorrer qualquer obrigação, responsabilidade, débito, custo ou despesa em nome da Companhia, ou (iii) conduzir qualquer negócio da Companhia, que não qualquer ação do Comité de Auditoria devidamente tomada nos termos e de acordo com as disposições deste Estatuto Social. CAPÍTULO VIII. - CONSELHO FISCAL: Artigo 31. A Companhia poderá, mas não necessariamente, ter um conselho fiscal ("Conselho Fiscal") de funcionamento não nente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e o mesmo número de suplentes. Se o Conselho Fiscal for instalado pelos acionistas, nem seus membros, nem seus suplentes deverão necessariamente ser acionistas e poderão atuar independente de residirem no Brasil. Se instalado pelos acionistas, o Conselho Fiscal terá os deveres que lhes forem atribuídos pela legislação aplicável. 31.1. O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem sua instalação. Os membros do Conselho Fiscal, se instalado, deverão ser eleitos em uma Assembleia Geral de Acionistas e sua emuneração será determinada na mesma Assembleia Geral de Acionistas. 31.2. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, sempre tomará decisões por naioria de votos e suas deliberações deverão ser registradas no livro societário pertinente, assinado por todos os presentes, salvo na hipótese de recusa ou mpedimento. 31.3. As Reuniões do Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverão ser realizadas em português ou inglês, com tradução simultânea para o outro idioma desde que requerido por qualquer membro desse Conselho. Os documentos e apresentações que serão discutidos em tais reuniões do Conselho Fiscal deverão ser elaborados em português ou inglês e, se solicitado por qualquer membro do Conselho, traduzidos para o outro idioma. As atas escritas de odas as reuniões do Conselho Fiscal serão preparadas em inglês e traduzidas para o português e distribuídas ao Conselho de Administração prontamente após cada reunião. A Companhia arcará com todos os custos, honorários e despesas de tradução com relação ao disposto acima. **31.4.** Na data deste Estatuto após cada reunião. A Companhia arcará com todos os custos, honorários e de Social, o Conselho Fiscal não foi instalado pelos acionistas. CAPÍTULO IX. - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE LUCROS: Artigo 32. O exercício social da Companhia iniciará em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras de acordo com a legislação aplicável. 32.1. Ao final de cada exercício social (ou semestralmente ou em intervalos menores, onforme determinado pelo Conselho de Administração), a Diretoria deverá elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, de acordo com legislação aplicável, incluindo as normas, regulament ações e exigências da SUSEP e normas aplicáveis dos padrões do GAAP Brasileiro egularmente, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações financeiras exigidas por lei: (a) balanço patrimonial; (b) monstração de alterações no patrimônio líquido: (c) demonstração de resultado do exercício social: e (d) demonstrações de fluxo de caixa, 32.2. A proposta la Diretoria Executiva com relação à distribuição ou destinação de lucros fará parte das demonstrações financeiras conforme disposto neste Estatut no Acordo de Acionistas e na legislação aplicável. 32.3. Sujeito ao Acordo de Acionistas e à política de distribuição de lucros da Companhia em vigor à época a Companhia, por meio da proposta da Diretoria Executiva, deliberação do Conselho de Administração e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas oderá distribuir: (i) dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros apurados no último balanço patrimonial semestral ou anual; a/ou (ii) dividendos intercalares à conta de lucros apurados em balancos intercalares elaborados semestral ou trimestralmente ou ainda em intervalos menores rou (in unidentidos intercadares a contra de tudos aprivados en rotanta pos intercadares elaborados sentestratos intercadares a contra de mante en intervados neinos como determinado pelo Conselho de Administração, 32.4. Sujeito ao Acordo de Acionistas e à política de distribuição de lucros da Companhia em vigor à época, a Companhia poderá, se aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, pagar juros sobre capital próprio a seus acionistas, conforme previsto no parágrafo 7º do Artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme modificada, e outra legislação aplicável que atribua o valor dos juros sobre apital próprio pago ou creditado ao valor dos dividendos compulsórios. Artigo 33. Os lucros líquidos do exercício social observarão a seguinte alocação a) 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal, que não deverá ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) constituição de reservas para contingências, se proposto pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho ministração e pela Assembleia Geral de Acionistas; (c) pagamento do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 31 deste Estatuto Social; (d) retenção para a reserva de lucros com base em um orçamento de capital, se proposto pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas; e (e) sujeito ao Acordo de Acionistas e à política de distribuição de lucros da Companhia em vigor à época, o saldo do lucro íquido da Companhia será pago como distribuição de dividendo ou juros sobre capital próprio de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, deliberação do Conselho de Administração e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Artigo 34. Sujeito ao Acordo de Acionistas e à política de distribuição de lucros da Companhia em vigor à época, os acionistas farão jus ao recebimento, em cada exercício social, como dividendo obrigatório ou juros sobre capital próprio 1% (um por cento) do saldo do lucro líquido do exercício social, corrigido nos termos da Lei das Sociedades por Ações, contanto que previamente aprovado em Assembleia Geral de Acionistas. 34.1. Sempre que o montante do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 30 deste Estatuto Social, for superior ao tante do lucro líquido realizável da Companhia referente a um determinado exercicio social, a Diretoria Executiva poderá propor e a Reunião do Conselho dministração e a Assembleia Geral de Acionistas poderão aprovar, a destinação do excesso à reserva de lucros a realizar da Companhia. CAPÍTULO X. · DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO: Artigo 35. A Companhia deverá ser dissolvida e liquidada se exigido pela legislação aplicável ou se de outra forma aprovaç eia Geral de Acionistas. CAPÍTULO XI. - ACORDO DE ACIONISTAS: Artigo 36. A Companhia, o Conselho de Adm a Diretoria Executiva, os Diretores Executivos e outros administradores pertinentes deverão cumprir e observar o acordo de acionistas arquivado na sede da Sociedade ("<u>Acordo de Acionistas</u>"). O Presidente da Assembleia Geral de Acionistas e/ou da Reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, não erá registrar o voto de um acionista ou conselheiro, conforme o caso, que esteja em desacordo com os termos do Acordo de Acionistas. 36.1. Não qualquer disposição em contrário ora estabelecida, na medida em que quaisquer dos termos constantes deste Estatuto Social forem conflitantes ou estiveren em desacordo com qualquer disposição do Acordo de Acionistas, os termos estabelecidos no Acordo de Acionistas deverão prevalecer na máxima extensão permitida pela legislação aplicável. Na eventualidade de qualquer conflito ou divergência desse cunho, os acionistas, na máxima extensão permitida pela gislação aplicável, praticarão todos os atos necessários para alterar este Estatuto Social de forma condizente com os termos do Acordo de Acionistas CAPÍTULO XII. ARBITRAGEM: Artigo 37. Quaisquer e todos os litígios e/ou controvérsias decorrentes de e/ou relativos a este Estatuto Social, incluindo aqueles que envolvam sua existência, validade, eficácia, violação, interpretação, liquidação, término, rescisão e/ou seus aditivos ("Disputas") entre acionista: ou entre a Companhia e qualquer acionista deverão ser notificadas pela parte interessada às outras, as quais deverão envidar seus melhores esforcos para dirimi-las de modo amigável por meio de negociações diretas mantidas de boa-fé, em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data do início espontâneo das negociações por qualquer das partes, e por qualquer meio, incluindo, mas não se limitando a cartas, conversas telefônicas, reuniões, e-mails etc. Caso a ociação de boa-fé não seja bem sucedida entre as partes da Disputa, qualquer parte da Disputa poderá submeter qualquer Disputa à arbitragem. Qualquer te da Disputa poderá iniciar um procedimento arbitral e pleitear medidas cautelares e tutelas provisórias como estabelecido abaixo, antes do término do eríodo de negociação. 37.1. A arbitragem deverá ser administrada pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (a "<u>Câmara</u>") de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara (o "Regulamento"), em vigor no momento da arbitragem, exceto conforme mutualmente modificado neste ato ou por mútuo acordo entre as partes da Disputa. 37.2. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros nomeados, conforme estabelecido nu Artigo 33.3. **37.3.** A parte que iniciar a arbitragem ("<u>Requerente</u>") deverá nomear um árbitro em seu requerimento de arbitragem ("<u>Requerimento de Arbitragem</u>") A outra parte ou partes deverá nomear um árbitro dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento do Requerimento de Arbitragem e deverá notificar Requerente de tal nomeação por escrito. O 3º (terceiro) árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, deverá ser escolhido pelos árbitros nor pelas partes dentro de 15 (guinze) dias a contar da aceitação do cargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pela Câmara de acordo com a Regulamento. Caso quaisquer das partes da arbitragem não nomeiem seu respectivo árbitro, como estabelecido nesta seção, tal eventual árbitro não nomeado deverá ser nomeado pela Câmara, de acordo com a Regulamento. 37.4. A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e deverá ser conduzida na língua portuguesa e, se requerido por qualquer parte da arbitragem, tradução simultânea para a língua inglesa estará disponível, sendo certo que os custos de preparação de tal tradução sejam arcados por igual entre as partes da arbitragem. A arbitragem deverá ser processada e julgada segundo as leis brasileiras. 37.5. As partes da arbitragem somente poderão pleitear medidas cautelares e outras tutelas de urgência que estejam oressamente sujeitas à revisão por tribunal arbitral. 37.6. Medidas cautelares e outras tutelas de urgência e/ou ações de execução, conforme aplicável derão ser requisitadas, à escolha da parte interessada (i) no foro com jurisdição sobre as partes da arbitragem e/ou seus bens; (ii) na comarca de São Paulo Estado de São Paulo, Brasil; ou (iii) a um árbitro de emergência, que procederá conforme o Regulamento. Para quaisquer outras medidas judiciais permitida: pela Lei nº 9.307/96, fica eleita exclusivamente a jurisdição da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O ajuizamento de qualquer medida judicial iltida pela Lei nº 9.307/96 não deverá ser considerado uma renúncia aos direitos previstos neste Artigo 33 ou à arbitragem como o único método de solução de Disputas entre as partes da Disputa. 37.7. As decisões do tribunal arbitral deverão tomar a forma escrita e deverão ser definitivas e vinculantes para as partes da arbitragem. Os árbitros poderão determinar em que proporção seus honorários, os honorários advocatícios e demais custos e despesas incorridos no que se refere a arbitragem, deverão ser pagos pelas partes envolvidas. 37.8. Antes da indicação do tribunal arbitral, conforme disposto no o Artigo 33.3, qualquer parte da arbitragem deverá ter o direito de peticionar à Câmara para consolidar procedimentos arbitrais simultâneos decorrentes deste Estatuto Socia ou de quaisquer dos Documentos da Associação (conforme definido no Acordo de Acionistas) e a Câmara deverá (após fornecer oportunidade razoável para que a outra parte se manifeste quanto a tal pedido) proferir uma decisão relativa a tal pedido, de acordo com o Regulamento. Após a indicação do tribunal arbitral, conforme Artigo 33.3, qualquer parte da arbitragem terá o direito de peticionar ao tribunal arbitral para consolidar quaisquer procedimentos arbitral imultáneos decorrentes deste Estatuto Social ou de quaisquer dos Documentos da Associação e o tribunal arbitral (após conceder à outra parte razoáve portunidade para responder a tal pedido) proferir uma decisão acerca de tal pedido, conforme disposto no Regulamento. Não obstante disposições contrárias deste Artigo 33.8, nenhum procedimento arbitral poderá ser consolidado, a não ser que: (i) tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica; (ii) as cláusulas compromissórias nos relativos contratos sejam substancialmente idênticas em todos os aspectos relevantes; e (iii) a consolidação não resulte em prejuízos indevidos a qualquer das partes da arbitragem que pudessem ser evitados por meio da manutenção de procedimentos arbitrais separados. A decisão

HYPERFARMA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ/MF 03.784.619/0002-03 EDITAL DE TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 67/2023

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "HYPERFARMA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA.", NIRE 35906496925, CNPJ/MF 03.784.619/0002-03, localizada na Rua Capitão João, nº 140, Pavimento Portão 02, Jardim Alzira Franco, Santo André/SP, CEP: 09290-342, Sr. Guilherme da Silva Bonadio, portador da cédula de identidade RG nº 35.544.383-1 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 364.297.148-29, assinou em 14/06/2023 o Termo de Responsabilidade n° **67/2023**, com fulcro nos artigos 1°, § 2°, do Decreto Federal n° 1.102/1903 e do artigo 3°, parágrafc único, da IN n° 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do artigo 8º da supracitada Instrução Normativa Marcio Massao Shimomoto. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

MAPS FARIA LIMA ONE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ nº 12.051.358/0001-22 - NIRE 35.224.382.364 Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 27/06/2023

Data, Hora e Local: Aos 27/06/2023, às 11h, na sede social da Sociedade. Convocação: Dispensada m virtude da presença da totalidade do capital social da Sociedade. Mesa: Presidente: Daniel Noto Kim; Secretário: Daniel Homem da Costa Pessanha. Deliberações Tomadas por Unanimidade Redução do capital social da Sociedade, atualmente no montante de R\$ 113.599.287,00, para R\$ 25.304.871,00, com uma redução efetiva de R\$ 88.294.416,00, mediante o cancelamento de 88.294.416 quotas de emissão da Sociedade, de forma proporcional à participação dos sócios no capita ocial da Sociedade, por entenderem os sócios que o capital social da Sociedade é excessivo em relação o seu objeto social. O montante de R\$ 88.294.416,00 será restituído aos sócios da Sociedade n. roporção do percentual de participação detido por cada qual no capital social da Sociedade. Nada mais SP, 27/06/2023. Presidente - Daniel Won Joo Kim; Secretário - Daniel Homem da Costa Pessanha.

Original3D Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 44.132.396/0001-04 – NIRE 35.238.066.486

Edital de Convocação – Reunião de Sócios

Ficam os Srs. Sócios convocados para Reunião de Sócios a ser realizada no dia 06/07/23, às 14hs. Considerando que atualmente não se tem acesso à sede social, a Reunião será realizada na Avenida Paulista, 1294, 8º andar, Bela Vista, São Paulo/SP. Ordem do Dia: [a] deliberar acerca da dissolução e liquidação total da Capida de La Dia de Capidada de Capida Sociedade, no mesmo ato, com a aprovação das contas apresentadas pelo liquidante; e (b) deliberar sobre a ssinatura de todo documento necessário ao encerramento das atividades, inclusive, mas não se limitando a Distrato Social. Os documentos relacionados à Ordem do Dia serão entregues aos Sócios, antecipadamente, na forma do Contrato Social. Nos termos do art. 1.074 do CC, a Reunião de Sócios será instalada em primeira convocação com a presença de titulares de no mínimo 3/4 do capital social e, em segunda, com qualquer número de presentes. **Daniel Bergoce Giovannini** – Sócio e Administrador. (27, 28 e 29/06/2023)

VYTTRA DIAGNÓSTICOS S.A.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA Pelo presente instrumento particular, de um lado: **Vyttra Diagnósticos S.A.**, sociedade anônima, estabelecida na Av. Queiroz Filho, 1.560, Torre Gaivota, 4º andar, Vila Hamburguesa, CEP 053019-000, SP/SP, CNPJ/ME nº 00.904.728/0001-48, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); Do outro: Évora Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia Investimento no Exterior, CNPJ/ME nº 13.223.562/0001-46, neste ato Do outro. Evora Pundo de investmento em Participações - multiestrategia investmento no Exterior, CNPJ/ME 1º 1,3223.362/0001-46, rieste ato representado na forma de seu regulamento, por sua gestora, **BTC Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade do RJ/RJ, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte, CEP 22.250-040, CNPJ/ME nº 60.451.242/0001-23 ("<u>Fundo</u>"); Assim sendo, vêm por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "instrumento Particular de Escritura da 1º Emissão Privada de Debêntures, da Espécio Quirografária, em Série Única, da Vyttra Diagnósticos S.A." ("<u>Escritura de Emissão</u>"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições: Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso. Para fins da presente Escritura de Emissão a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa (i) para fins do cômputo de prazos e pagamento de obrigações pecuniárias, inclusive para fins de cálculo da Remuneração, Encargos Moratórios, qualquer dia útil, para fins de operações praticadas no mercado financeiro brasileiro, conforme especificado na Resolução nº 2.932, de 28/02/2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada; e (ii) para fins do cômputo de prazos de obrigações não pecuniárias, qualquer dia em que haja expediente bancário na Cidade de SP/SP, C**idasula I - Autorização à -1.1**. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações tomadas em Ata de AGE da Emissora, realizada em 22/12/2022, nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido abaixo), bem como de seus termos e condições; (b) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podende, policybic esoletyras del facel de financia de companda de compan à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."); e (c) a aprovação das alterações da Escritura de Emissão, bem como seus termos e condições ("AGE"). Cláusula II - Requisitos - 2.1. A 1ª emissão de debêntures, da espécie quirografária, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para colocação privada será realizada com observância aos requisitos abaixo descritos. 2.1.1. Ausência de Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") - A Emissão não será registrada na CVM ou na ANBIMA, uma vez que as Debêntures serão colocadas de forma privada, sem que haja (i) realização de qualquer esforço de venda perante investidores indeterminados; (ii) oferta por meio de serviços de comunicação, estabelecimentos abertos ao público em geral, quaisquer corretores/negociantes que indiscriminadamente contatem investidores e/ou (iii) intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. 2.1.2. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários - A ata da AGE que deliberou e aprovou a realização da Emissão (1) deverá ser protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") dentro de (i) 20 Dias Úteis contados de sua assinatura; e/ou (ii) até 1 Dia Útil antes da Data de Integralização, o que ocorrer por último, observado o disposto no artigo 6, inciso II, da Lei 14.030, de 28/07/2020 ("Lei nº 14.030/20"), e (2) publicada na forma da lei ("Jornais de Divulgação"), sendo que 1 cópia eletrônica (PDF) da ata de AGE, devidamente arquivada na JUCESP, deverá ser encaminhada aos Debenturistas em até 5 Dias Úteis após o que i cupia electrolita (Fib.) de las de ADL, devinalmente aquivada na DOELOF, devera sel encaminada aus publicas en la electrolita (Fib.) de la referida requivamento, devidamente acompanhada de cópia eletrônica (PDF) das referidas publicações. 2.1.3. Registro da Escritura de Emissão na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e §3º, da Lei das S.A. A Emissora obriga-se a realizar o protocolo da Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos na JUCESP dentro de (i) 20 Dias Úteis contados de sua assinatura; e/ou (ii) conforme aplicável, em até 1 Dia Útil antes da Data de Integralização, o que ocorrer por último, observado o disposto no artigo 6, inciso II, da Lei 14.030, e deverá encaminhar aos Debenturistas até 5 Dias Úteis após tal arquivamento 1 via original da Escritura de Emissão, ou de seus eventuais aditamentos, devidamente arquivada na JUCESP. 2.1.4. Registro de "Livro de Registro de Debêntures" e do "Livro de Transferência de Debêntures" - A Emissora deverá arquivar na JUCESP o "Livro de Registro de Debêntures Nominativas", no qual as condições essenciais da Emissão serão registradas, de acordo com o §4°, do artigo 62 da Lei das S.A. ("Livro de Registro de Debêntures"), e o "Livro de Transferência de Debêntures", no qual todas as transferências da propriedade das Debêntures serão registradas ("Livro de Transferência de Debêntures"). A Emissora deve, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data de integralização, enviar aos Debenturistas uma cópia do registro da propriedade das Debêntures pelos Debenturistas, devidamente registrada no Livro de Registro de Debêntures. Além disso, em caso de transferência da propriedade das Debêntures, a Emissora deve enviar aos Debenturistas, dentro de 5 Dias Registro de Debentures. Alem disso, em caso de transferencia da propriedade das Debentures, a Emissora deve enviar aos Debenturistas, centro de 5 Dias Uteis contados da efetiva data de transferência, uma cópia do respectivo registro no Livro de Transferência de Debêntures. 2.1.5. Registro para Distribuição Primária, Negociação Secundária e/ou Custódia - As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário e/ou para fins de custódia eletrônica em qualquer sistema de mercados organizados de valores mobiliários. Cláusula III - Características da Emissão - 3.1. Objeto Social da Emissora - 3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende seguintes atividades desempenhadas pela sua sede e suas filiais: Sede: exclusivamente escritório comercial e administrativo. A Primeira filial terá como atividade o desenvolvimento das atividades de importação, exportação, armazenamento, transporte, distribuição e comércio, no vareio e no atacado, de artigos médicos e ortopédicos diagnósticos clínicos, equipamentos, reagentes de diagnósticos de uso "in vitro", medicamentos e saneantes, tanto para uso humano como para uso veterinário, bem como outros produtos, mercadorias ou bens, ressalvados aqueles que dependam de autorização específica, quando a Sociedade não a detenha, bem como a prestação de serviços de assistência técnica, assessoria científica, assessoria comercial, manutenção de máquinas e equipamentos, representação comercial, podendo ainda embalar ou re-embalar os produtos importados e por ela comercializados e distribuídos, exceto produtos em relação aos quais haja proibição ou restrição por parte da ANVISA e das Secretarias Estaduais de Saúde, no trato de produtos para uso humano, ou do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no trato dos produtos veterinários, podendo ainda realizar as atividades de manuseio, armazenamento, depósito e transporte de produtos para diagnóstico de uso in vitro e equipamentos médicos para terceiros e/ou empresas do mesmo grupo e ainda locação e comodato de produtos e equipamentos laboratoriais e hospitalares. Fica ainda a Sociedade autorizada a utilizar-se de serviços de terceiros para armazenagem de seus produtos. A Segunda filial terá como atividade a exploração do comércio, importação, exportação, distribuição e industrialização (própria e por conta de terceiros) de produtos correlatos para fins de diagnósticos, materiais médicos, hospitalares e de laboratórios em geral; locação e comodato de produtos e equipamentos laboratoriais e hospitalares; reparos, manutenção e instalação de máquinas para laboratórios em geral, inclusive para fins veterinários; a assessoria científica de técnicas laboratoriais para hospitais, clínicas e laboratórios; assessoria comercial, representação comercial, podendo ainda embalar ou re-embalar os produtos importados e por ela comercializados e distribuídos, exceto produtos em relação aos quais haja proibição ou restrição por parte da ANVISA e das Secretarias Estaduais de Saúde, no trato de produtos para uso humano, ou do MAPA, no trato dos produtos veterinários, podendo ainda realizar as atividades de manuseio, armazenamento, depósito e transporte de produtos para diagnóstico de uso "in vitro" e equipamentos médicos para terceiros e/ou empresas do mesmo grupo. Fica ainda a Sociedade autorizada a utilizar-se de serviços de terceiros para armazenagem de seus produtos. A Terceira filial terá como atividade a prestação de serviços de assistência técnica e serviços terceirizados de exame laboratorial com fornecimento de insumos e equipamentos, armazenamento, locação de produtos e equipamentos laboratoriais e hospitalares e assessoria científica de técnicas laboratoriais para hospitais, bem como prestação de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos e a comercialização de partes e peças de equipamentos médicos, ortopédicos, de diagnósticos clínicos. A Quarta filial terá como atividade o comércio varejista de produtos e artigos para a saúde (médicos, ortopédicos e diagnóstico), incluindo o comércio de dispositivo médico para diagnóstico in vitro de uso leigo (autoteste). 3.2. Número da Emissão - 3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora. 3.3. Número de Séries - 3.3.1. A Emissão será realizada em série única. 3.4. Valor Total da Emissão -3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$ 28.000.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), em uma única tranche. 3.5. Procedimento de Colocação - 3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição privada, sem intermediação de quaisquer instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. A colocação das Debêntures observará os requisitos previstos na Cláusula II acima. 3.6. Destinação dos Recursos - 3.6.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão poderão ser utilizados da forma como a Emissora entender necessário. 3.7. Integralização das Debêntures e Pagamentos aos Debenturistas - 3.7.1. O pagamento do Preço de Subscrição, conforme definido abaixo, deverá ser realizado na Data de Integralização (conforme definido abaixo), pelos Debenturistas, mediante transferência bancária de montante correspondente na conta corrente de titularidade da Emissora, a ser informada oportunamente. Cláusula IV - Características das Debêntures - 4.1. Características Básicas - 4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 22/12/2022 ("Data de Emissão"). 4.1.2. Forma e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a itularidade das Debêntures será comprovada pela inscrição do nome dos Debenturistas no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora. 4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária. 4.1.4. Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 36 meses, contados da Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.3.1 abaixo, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado ("Data de Vencimento"). 4.1.5. Valor Nominal Unitário: As Debêntures têm o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). 4.1.6. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas até 28.000 Debêntures. 4.1.7. Garantias: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A., não contando com garantia real ou qualquer segregação de bens da Emissora como garantia aos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão. 4.2. Remuneração das Debêntures - 4.2.1. Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão Juros Remuneratórios, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, exclusive, obedec endo a seguinte fórmula:

Ji = VN x (FatorJuros - 1)

onde: Ji = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final do Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem ndamento; VN = Valor Nominal Unitário, calculado com 8 casas decimais, sem arredondar ento; Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 casas

 $Fator\ Juros = \left\{ \left[(taxa/100 + 1)^{\frac{DF}{252}} \right] \right\}$

Onde: taxa = 100% da taxa média diária do CDI no período - Base Over divulgada pela CETIP; DP = é o número de Dias Úteis relativo ou Período de Capitalização, sendo "DP" um número inteiro substituição, o percentual correspondente ao último CDI divulgado oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior à Data de Vencimento. 4.2.1.2. No caso de extinção, limitação e/ou não divulgação do CDI por mais de 5 Dias Úteis consecutivos após a data esperada para sua apuração do CDI, ou no caso de impossibilidade de aplicação do CDI às Debêntures por proibição legal ou judicial, para apuração dos valores devidos em cada evento de pagamento será utilizada, em sua substituição, o seu substituto legal não cabendo, porém, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos rtas, caso haja divulgação posterior à Data de Vencimento. Na hipótese de (i) não haver um substituto legal para o CDI ou (ii) não ser possi extinção do CDI ou de impossibilidade de aplicação às Debêntures por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula IX abaixo, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva das Debêntures"). Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração, o percentual correspondente ao último CDI divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da definição posterior da Taxa Substitutiva das Debêntures respectiva. 4.2.1.3. Caso o CDI venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e o CDI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Remuneração desde o dia de sua indisponibilidade. 4.2.1.4. Para fins da presente Escritura de Emissão "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização e termina na liquidação antecipada das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado, ou na Data de Vencimento, 4.2.1.5. Tão logo haia acordo antecipada das Debenturis en infaza da occinencia de um dos Levinos de vincimento America da mazar de vencimento A. A. 1.3. Tab. Tab. de un dos major actuales entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures, a Escritura de Emissão deverá ser aditada no prazo máximo de 5 Dias Uteis, contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou a referida Taxa Substitutiva das Debêntures para refletir a nova Remuneração das Debêntures, 4.3. Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures e Amortização do Valor Nominal Unitário - 4.3.1. Os valores relativos ao pagamento da Remuneração, na forma prevista nesta Escritura de Emissão, e a amortização do Valor Nominal Unitário deverão ser pagos em 1 ou mais parcelas, a serem realizadas, por definição da Emissora, até a Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado ("Data de Pagamento de Remuneração" e "Data de Amortização", conforme o caso), observado o disposto na Cláusula 4.2 acima. 4.4. Local de Pagamento -4.4.1. Os pagamentos a que fizerem jus às Debêntures serão efetuados pela Emissora mediante transferência para a conta corrente de titularidade do respectivo Debenturista. Nenhum pagamento será realizado em conta que não for de titularidade do respectivo Debenturista, 4.5. Prorrogação dos Prazos - 4.5.1. Caso uma determinada Data de Pagamento de Remuneração e/ou Data de Amortização coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na cidade de SP/SP, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. 4.6. Encargos Moratórios - 4.6.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficação sujeitos à (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória de 2% sobre o valor devido e não pago: e (ii) juros de mora compensatórios calculados pro rata temporis desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês sobre o montante devido clusiva da Emissora ("Encargos Moratórios"). 4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos - 4.7.1. Sem prejuizo do disposto na Cláusula 4.4 acima, imparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento. 4.8. Forma e Preço de Integralização - 4.8.1. As Debêntures serão subscritas com a entrega, pelos Debenturistas, de um boletim de subscrição assinado ("Boletim de Subscrição"). O Boletim de Subscrição a ser assinado pela Emissora e por cada Debenturista comprovará a subscrição do número de Debêntures nele previsto. 4.8.1.1. As Debêntures serão integralizadas em até 05 dias úteis contados da Data de Emissão, mediante assinatura do Boletim de Subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"). 4.8.1.2. Os valores oriundos da ntegralização das Debêntures serão depositados na conta corrente nº 47299-0, da agência nº 4393, do Itaú Unibanco S.A. (nº 0341) ("Banco"), de titularidade da Emissora. 4.9. Publicidade - 4.9.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, deverão ser encaminhados imediatamente aos Debenturistas no endereço constante da Cláusula 9.1 abaixo. 4.10. Liquidez e Estabilização - 4.10.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização e preço para as Debêntures. 4.11. Imunidade dos Debenturistas - 4.11.1. Casó os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 10 Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso os Debenturistas não envie entação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos do respectivo Debenturista. 4.12. Direito ao Recebimento dos Pagamentos - 4.12.1. Os Debenturistas farão jus ao recebimento de qualquer valor devido nos termos desta Escritura de Emissão no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. 4.13. Negociação - 4.13.1. Os Debenturistas poderão negociar e transferir as Debêntures a terceiros, seja total ou parcialmente, mediante aprovação prévia da Emissora. Cláusula V - Vencimento Antecipado - 5.1. Vencimento Antecipado - 5.1.1. Os Debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data em que seja declarado o vencimento antecipado ("<u>Data de Vencimento Antecipado</u>"), calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização até a Data de Vencimento Antecipado, observado o disposto na Cláusula 5.1.4 abaixo, na ocorrência das seguintes hipóteses ("<u>Eventos de Vencimento Antecipado</u>"): (a) inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, que não seja sanado pela Emissora no prazo de 15 Dias Úteis, contados do referido inadimplemento, sendo certo que o inadimplemento não poderá ocorrer (i) mais do que 3 (três) vezes, inclusive, ou (ii) por 2 (dois) períodos consecutivos, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento; (b) se esta Escritura de Emissão ou qualquer das suas disposições forem declaradas inválidas, nulas ou inaplicáveis (preliminar ou definitivamente) de forma a que tal fato afete a vigência ou validade desta Escritura exceto se no prazo de 15 Dias Úteis contados de tal declaração a Emissora sanar referida declaração de invalidade, nulidade ou inaplicabilidade, incluindo eventual celebração de aditamento da Escritura de Emissão; (c) ocorrência de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira, contraída nos mercados financeiros e/ou de capitais, no Brasil e/ou no estrangeiro, e/ou qualquer obrigação financeira em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja devedora, desde que (a) tal descumprimento não seja curado dentro do prazo acordado no acordo específico ou dentro de 5 dias se não tiver sido acordado qualquer prazo; (d) constituição semelhante a qualquer uma das expressões acima ("Onus") sobre direitos ou bens da Emissora, seja em uma única operação ou em uma série de operações, relacionadas ou não, sobre esses direitos ou bens da Emissora, cujo valor represente uma parcela material do valor total dos bens da Emissora; (e) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora, pedido de falência por terceiros, não elidido no prazo legal, da Emissora, ou de autofalência formulado pela Emissora; (f) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, da Emissora, formulado pela Emissora e, independentemente da aceitação por qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial ou de ter sido requerida homologação judicial do respectivo plano, bem como revelarem-se enganosas, revelarem-se incorretas ou omissas, quaisquer declarações prestadas pela Emissora, inclusive com relação a qualquer de suas respectivas controladas diretas e indiretas, nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão; (h) não cumprimento de qualquer iado de caráter definitivo contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas respectivas controladas diretas e indiretas; (i) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, que inviabilizem o regular exercício das líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures de forma diversa daquela prevista na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão; (k) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de gualquer dos demais documentos relacionados à Emissão, sem a prévia autorização dos Debenturistas, por meio de deliberação Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; (i) alteração do objeto social da Emissora de maneira a (i) alterar substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora; ou (ii) afetai substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures; (m) transformação do tipo societário da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das S.A.; (n) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, ou que inviabilize, de forma definitiva, o exercício regular das suas respectivas atividades; e, (o) alteração ou transferência do atual controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.), direto ou indireto, da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas. 5.1.2. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado a Emissora se obriga a, no Dia Útil subsequente à data em que tomar ciência do fato, notificar, nos termos da Cláusula 9.1 abaixo, os Debenturistas. A ausência de envio da notificação pela Emissora no prazo aqui previsto não prejudica a possibilidade de ser declarado o vencimento antecipado nos termos desta Cláusula 5. 5.1.3. Na ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 7. Servicio de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos de Cláusula 6. Servicio de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 7. Servicio de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 7. Servicio de um Evento de Vencimento Antecipado nos termos de Cláusula 7. Servicio de um Evento de Vencimento Antecipado nos termos de Cláusula 7. Servicio de um Evento de Vencimento Antecipado nos termos de Cláusula 7. Servicio de um Evento de Vencimento Antecipado nos termos de Cláusula 7. Servicio de Unidado de Unidado de Unidado de Cláusula 7. Servicio de Unidado 5.1.1 acima, os Debenturistas deverão convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula IX abaixo, observado o quórum de deliberação descrito na Cláusula 8.4.2, na qual, os Debenturistas irão deliberar sobre a decretação ou não do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. 5.1.4. Em caso de declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 Dias Úteis, contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelos Debenturista: à Emissora nos termos da Cláusula 9.1 abaixo. Cláusula VI - Obrigações Adicionais - 6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a: (a) fornecer aos Debenturistas: (i) informação a respeito de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado relacionados à Emissora imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão a respeito de qualquer dos Eventos de vencimento Antecipado e relacionados a Emissora imediatamente apos a sua venticação. Essas intornações deveralo vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue aos Debenturistas no Dia Útil subsequente a verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, observado o disposto na Cláusula 5.1.2 acima; (ii) no prazo máximo de 15 Dias Úteis, qualquer informação relevante no âmbito da Emissão que lhe venha a ser solicitada pelos Debenturistas; (iii) em até 15 Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão; (iv) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de quaisquer de suas obrigações perante os Debenturistas, no prazo de até 15 Dias Úteis contados da respectiva data de solicitação; (b) proceder à publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela Lei das S.A. e/ou demais regulamentações aplicáveis; (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes dos Debenturistas, tenham acesso irrestrito: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora; (d) notificar os Debenturistas sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora no prazo máximo de 5 Dias Úteis após a ocorrência do evento; (e) contratar e manter contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures empresa de auditoria nacionalmente reconhecida, incluindo, mas não se limitando a, empresa que já presta serviços à Emissora; (f) notificar imediatamente os Debenturistas sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; (g) zelar para que suas demonstrações financeiras e registros contábeis não contenham qualquer informação errada ou, falsa e/ou omitam qualquer informação relevante que deva ser divulgada de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; (h) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Deběntures, as declarações apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; (i) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes; (j) não praticar atos em desacordo com o seu Estatuto Social e com a presente Escritura seus bens adequadamentes segurados, conforme priaticas correntes; (i) nad priaticar atos em desactorio com o seu statuto social e com a presente escritura de Emissão, que comprometam, direta ou indiretamente, o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante os Debenturistas; (k) manter válidos, regulares e em pleno vigor todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto; (l) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental (caso aplicável) e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas à Emissora, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como disponibilizá-los aos Debenturistas quando por ele solicitado; (m) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo total das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão de obra infantil; (n) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei 12.846 de 19/08/2013; (o) durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar alteração que venha a modificar de forma substancial a natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura de Emissão, e não efetuar qualquer alteração relevante na forma como são conduzidos os seus negócios, conforme existam na data da celebração da presente Escritura de Emissão; (p) reembolsar os Debenturistas de qualquer despesa incorrida em razão do inadimplemento da Emissora de quaisquer obrigações assumidas por meio desta Escritura de Emissão e de quaisquer custos e honorários advocatícios devidamente comprovados e incorridos pelos Debenturistas para fazer valer as disposições da presente Escritura de Emissão em até 10 Dias Úteis contados da entrega da comunicação nesse sentido pelos Debenturistas e, (q) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria. Cláusula VII - Assembleia Geral de Debenturistas - Às assembleias gerais de titulares de Debêntures ("Assembleias Gerais de Debenturistas" ou, individualmente, "Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das S.A.. 7.1. Convocação - 7.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pela Emissora ou pelo Debenturistas. 7.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 vezes nos Jornais de Divulgação da Emissora, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. 7.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 dias após a data da publicação do novo edital de convocação. 7.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas. 7.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quorum estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e o Debenturista. **7.2. Quórum de Instalação - 7.2.1.** A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum. **7.3. Mesa Diretora - 7.3.1.** A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas serão ocupadas pelos representantes eleitos pelos Debenturistas. **7.4. Quórum de Deliberação - 7.4.**1. As deliberações dos Debenturistas tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas que representem em primeira ou segunda convocação, a maioria das Debêntures em circulação. **7.4.1.1.** Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas será admitida a constituição de mandatário. Qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão deverão ser aprovadas pelos Debenturistas. 7.4.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão deliberar sem a presença da Emissora, caso desejarem Cláusula VIII - Declarações e Garantias da Emissora - 7.1. A Emissora declara, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que: (a) é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil; (b) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; (c) todas as ações emitidas e em circulação, representativas do capital social da Emissora foram devidas e validamente autorizadas e emitidas, encontram-se parcialmente integralizadas, foram emitidas em conformidade com todas as leis aplicáveis e não foram emitidas com violação de qualquer direito de preferência, direito de revenda ou direito análogo; (d) esta Escritura de Emissão, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições; (e) a celebração desta Escritura de Emissão, a Emissão e o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ordem judicial, arbitral ou de autoridade administrativa, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora, nem irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja signatária; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens (salvo quando esses ônus sejam decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionado: à presente Emissão); ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (f) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito; (g) a Emissora ou gualquer uma de suas respectivas controladas ou seus sócios acionistas, administradores, diretores, membros de conselho de administração, empregados, agentes, representantes, quaisquer terceiros, incluindo assessore ou prestadores de serviço agindo em seu benefício ou interesse ("Partes Relevantes"): (i) não usou, nem usará os seus recursos e/ou de suas respectivas controladas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) não fez, nem fará qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, não praticaram, nem praticarão quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida: (iii) não violou, nem praticará gualquer ato que implique violação de alguer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando, à U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), a UK Bribery Act (UKBA) e todas as leis e regulamentos brasileiros aplicáveis, incluindo, sem limitação, a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei Federal nº 12.846/2013), o Decreto Brasileiro Anticorrupção (Decreto nº 8.420/2015), a Lei Federal de Conflito de Interesses (Lei Federal 12.813/2013), a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal 8.429/1992) e a Lei de Licitações (Lei Federal 8.666/93); (iv) não fez, nem fará qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal ("Leis Anticorrupção"); e, (h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do CDI e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Debenturistas, em observância ao princípio da boa-fé. aplicação do substituto legal, os Debenturistas deverão, no prazo máximo de 2 Dias Úteis a contar do término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis ou da data de 8.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar o Debenturista por todos e quaisquer prejuizos, danos, perdas, custos e/ou despesas extinção do CDI ou de impossibilidade de aplicação às Debênturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorr quaisquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.1. acima. 8.3. Direito de Preferência - A Emissora e os Acionistas da Emissora, exclusivamente para os efeitos da presente Escritura de Emissão, deverão renunciar, para todos os fins de direito, a qualquer direito de preferência que possam ter, decorrente de lei ou de contrato, para a subscrição das Debêntures. Cláusula IX - Disposições Gerais - 9.1. Notificações - 9.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços: Para a Emissora: Vyttra Diagnósticos S.A. - Av. Queiroz Filho, 1.560, Torre Gaivota, 4º andar, Vila Hamburguesa, SP/SP, CEP 053019-000 - At.: Rubens Freitas e Alexandre Fialdini - E-mail: rubens.freitas@vyttra.com e alexandre.fialdini@vyttra.com; Para o Debenturista: Évora Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia Investimento no Exterior, WM Gestão de Recursos Ltda. - Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte, RJ/RJ, CEP 22.250-040 - At.: Sr(s). Frederico Bailune e Debora Rodrígues - E-mail: Frederico.Bailune@btgpactual.com e Debora.Rodrígues@btgpactual.com. 9.1.2. Todas essas notificações, solicitações comunicações serão consideradas entregues na data do recebimento pelo seu destinatário, se recebidas antes das 17:00 horas, no local do recebimento, se a data do recebimento for um Dia Útil nesse local, desde que confirmada por carta registrada, enviada no prazo máximo de 48 horas. De outra forma, qualque notificação, solicitação ou comunicação apenas será considerada recebida no Dia Util seguinte, no local do recebimento. A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereco serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, 9.2, Renúncia - 9.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício d direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atras 9.3. Despesas - 9.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão incluindo publicações, inscrições, registros, averbações e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão. 9.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica - 9.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, da Lei 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outas medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos ordinos 538 a carriente de Odificial Sociedades de Carrieras de de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 536 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão. 9.5. Aditamentos - 9.5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de despesas devidamente comprovadas e incorridas por de Emissão deverão ser formalizados por escrito, com assinatura de todas as Partes e arquivados na JUCESP nos termos da Cláusula 2,1,3 acima, 9,6, Outras Disposições - 9.6.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogâvel e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

9.6.2. Caso ocorra qualquer reorganização societária envolvendo a Emissora, esta desde já garante aos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura de Emissão serão assumidas pela sociedade que a suceder 9.6.3. A invalidação ou pulidade, no todo ou em parte Emissora no ambie da presente Essimila de Emissão a de adactiva de a sociedad de a soc desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere. 9.6.4. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade. 9.6.5. Os prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento. 9.7. Lei Aplicável - 9.7.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil 9.8. Resolução de Conflitos - 9.8.1. Com exceção das controvérsias referentes a obrigações de pagar que comportem, desde logo, processo de execução judicial e aquelas que possam exigir, desde já, execução específica, todas as demais controvérsias oriundas ou relacionadas a presente Escritura de Emissão dentre outros, aqueles que envolvam sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e seus consectários, serão dirimidas por arbitragem conforme previsto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada ("Lei de Arbitragem"), da seguinte forma: primeiro, as Partes deverão se reunir para analisar a viabilidade de conciliação. Caso tais divergências não sejam dirimidas pelas Partes em até 30 dias contados da data da notificação. escrita enviada por qualquer das Partes para a tentativa de conciliação, tais controvérsias deverão ser submetidas à arbitragem, de caráter vinculante entre as Partes. 9.9. Arbitragem - 9.9.1. Quaisquer divergências relacionadas a esta Escritura de Emissão serão resolvidas pelo foro da cidade de SP/SP, com a expressa renúncia de qualquer outro, por meio de arbitragem, a ser conduzida em língua portuguesa, na cidade de SP/SP, local onde a sentença arbitral será proferida, de acordo com as regras do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) ("Câmara"), por 1 árbitro escolhido de acordo com o regulamento da Câmara. As decisões arbitrais serão definitivas e vincularão as Partes para todos os efeitos. Sem prejuízo da obrigatoriedade da arbitragem, as Partes poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente para: (a) assegurar a instituição da arbitragem; (b) obter medidas cautelares ou antecipação de tutela para proteção de direitos previamente à constituição do tribunal arbitral; e (c) a execução das decisões do tribunal arbitral. Para tais medidas, fica eleito o foro da cidade de SP/SP. 9.9.2. As Partes envidarão seus melhores esforços para que a arbitragem seja concluída no prazo de 6 meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pela Câmara. 9.9.3. Independentemente da natureza da controvérsia a ser dirimida por meio do procedimento arbitral, todas as Partes diretamente envolvidas na disputa deverão dele participar como partes (quando a disputa diretamente lhes envolver na qualidade de requerente, requerida ou reconvinte), e todas as Partes indiretamente envolvidas na disputa poderão dele participar na qualidade de terceiro interessado (quando puderem ser de alguma forma, direta ou indiretamente afetadas pelas decisões a serem proferidas no curso ou ao fim do procedimento arbitral). O laudo arbitral será definitivo e vinculante para todas as Partes, independentemente de eventual recusa, por parte de qualquer uma delas, de participar do procedimento arbitral, seja como parte ou terceiro interessado. 9.9.4. Qualquer procedimento arbitral decorrente desse acordo deverá ser conduzido de maneira sigilosa. Outrossim, s responsabilidade das partes com relação à quebra de sigilo será proporcional aos efeitos do prejuízo causado. 9.9.5. O arbitro deverá aplicar as leis substantivas por terceiros de qualquer ônus involuntário, encargo, apreensão, sequestro ou penhora, ato judicial ou outro ato que tenha efeito prático da República Federativa do Brasil ao interpretar e resolver as controvérsias, sendo vedada aos árbitros decidirem por equidade. 9.9.6. A obrigação das Partes de submeterem quaisquer controvérsias à arbitragem, no âmbito dessa Cláusula 9.9, subsistirá ao término ou rescisão da presente Escritura de Emissão independentemente do motivo, sendo ainda esta Cláusula 9.9 autônoma em relação a presente Escritura de Emissão, nos termos do artigo 8° da Lei de Arbitragem. 9.9.7. As Partes concordam que esta Escritura de Emissão poderá ser assinados eletronicamente, mas não por meio de certificados emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), conforme disposto no Artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, celebrados sem a utilização de certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil. Para fins de esclarecimento, caso a Escritura de Emissão seja celebrada de tal maneira, as Partes concordam independentemente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juízo competente; (g) provarem-se falsas, ou que esta será presumida como autêntica e verdadeira, e as Partes consentem, autorizam, aceitam e reconhecem como válida qualquer forma de prova de autenticidade das assinaturas das Partes na Escritura de Emissão por meio de respectivas assinaturas eletrônicas nesta Escritura de Emissão, mesmo que não seja por meio de certificados emitidos pela ICP-Brasil, conforme disposto no Artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, sendo certo que qualquel decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa de entidade regulatória, não passíveis de recurso, ou decisão arbitral definitiva ou procedimento registro eletrônico será suficiente para a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia da Escritura de Emissão e de seus termos, bem como os respectivos compromissos das Partes em relação a seus termos. E por estarem assimi justas e contratadas, firmam as partes a presente Escritura de Emissão, de forma eletrônica, em conjunto com as 2 testemunhas abaixo assinadas. São Paulo, 22/12/2022. Vyttra Diagnósticos S.A. - Rubens Mário Marques de atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto por aquelas sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial; (i) utilização dos recursos Freitas - Diretor-Presidente, Danilo Otavio Pires Ferracini - Diretor Financeiro; Évora Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia Investimento no Exterior. Marcelo S. Santucci - Representante Legal, Frederic Fulchiron- Representante Legal. JUCESP - ED005077-5/000 em 08/02/2023

(102)

__1.552 _25.372 _(2.003) _ 2.519

- - (18.988) (22.084) - - (1.073) (1.050) _(3.890) (23.872) _(3.890) (23.872)

(3.890) (23.872) (23.951) (47.006)

(2.359) 1.509 20.882 2.252

2.582 1.073 52.562 50.310

(2.359) 1.509 20.882 2.252

223 2.582 73.444 52.562

(2.321)

(36)

(7) (2.321)

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/

TGD TELEGLOBAL DIGITAL S/A

CNPJ 04.710.973/0001-75-NIRE 35300198581

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária - 5 de julho de 2023.

TGD TELEGLOBAL DIGITÁL S/A, através de sua Diretoria Excuctiva representada por seu Presidente Sr. Eduardo Augusto Roque, CONVOCA, em segunda chamada, pela presente, todos os acionistas, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da Companhia, na Rua Haddock Lobo, 347, conj. 51, Cerqueira César, São Paulo, SP, CEP 01414-001, às 11:00 horas, do dia 05 de julho de 2023, com a seguinte ordem do la compania de compa dia: (a) Eleição de Diretoria; e (b) outros assuntos de interesse da companhia. O Acionista ou seu representanto legal deve comparecer à Assembleia munido de documentos comprobatórios de sua identidade. São Pa de junho de 2023. **Eduardo Augusto Roque -** Diretor-Presidente. (28

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18/04/2023 Data, Hora e Local: No dia 18/04/2023, às 10h na sede social da Vigor Alimentos S.A., localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1° andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia") Convocação: O edital de convocação foi publicado no jornal "O Dia" nos dias 04, 05 e 06/04/2023 convocação. O edital de cumocação loi publicado no final no bila nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("<u>Lei das S.A."</u>). **Presenças**: Compareceram acionistas representando 99,99% do capital social. **Mesa:** Cesar Alejandro de Los Santos Llamas - Presidente Emerson Paiva Inácio - Secretário, **Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre: (i) aumento do capita social da Companhia no valor de até R\$ 135.844.545,00, mediante a emissão de até 13.557.341 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadament R\$ 10,02 por cada nova ação emitida, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, da Lei das S.A.;
(ii) alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital em questão; e (iii) alteração e conseguente consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir os ajustes deliberados nos itens "i" e "ii" acima. **Deliberações:** Após exame dos itens constantes da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, sem qualquer ressalva ou restrição, as seguintes matérias: (i) o aumento do capital social da Companhia <u>de</u> R\$ 4.175.333.759,71, totalmente subscrito e integralizado para R\$ 4.310.933.759,71, com um aumento efetivo, portanto, de R\$ 135.600.000,00, valor este que representa o equivalente a 480.851.063,83 MXN, conforme evidenciado no contrato de câmbio nº 343502601, datado de 23/03/2023, com base na taxa cambial de MXN/R\$ 0,2820; mediante a emissão de 13.532.934 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R\$ 10,02 por ação, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, da Lei das S.A. Com expresso consentimento dos atuais acionistas da Companhia presentes na mbleia, o aumento de capital deliberado acima é, neste ato, totalmente subscrito e integralizado conforme disposto no Boletim de Subscrição anexo a esta ata como **Anexo I** ("Boletim de Subscrição" Os demais acionistas da Companhia presentes na assembleia renunciam expressamente, neste ato ao seu direito de preferência para subscrição das novas ações emitidas pela Companhia. (ii) En decorrência do aumento ora aprovado, os acionistas aprovam a reforma do artigo 5º, caput, do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5º**. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 4.310.933.759,71, dividido em 389.893.370 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (iii) Fica ainda aprovada ainda a consolidação ações ordinarias, nominiarias e sem vaior nominia, (III) i de alinda aprovada alinda a consolidação do Estatuto Social da Companhia nos termos d**o Anexo II. Encerramento, Lavratura, Aprovação** e **Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Assinatura da Ata: Nada inas havendo a tradari, loral enterlardos os tradarilos, lavianto-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das S.A. que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. César Alejandro de Los Santos Llamas - Presidente; Emerson Paiva Inácio - Secretário. Acionistas Presentes: Lala Centroamerica, S.A. de C.V. (pp. Felipe Tonon Chiovatto) e Lala Administracion y Control, S.A. de C.V. (pp. Felipe Tonon Chiovatto). A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 18/04/2023. JUCESP - 169.129/23-8 em 28/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28/04/2023 Data, Hora e Local: No dia 28/04/2023, às 10h na sede social da Vigor Alimentos S.A., na Cidade de SP, SP, na R. Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). Convocação:
O edital de convocação foi publicado no jornal "O Dia" nos dias 15/04/2023, 18/04/2023 e 19/04/2023 Publicações Prévias: Demonstrações Financeiras publicadas no dia 21/04/2023 no jornal "Diáric Comercial". Presenças: Compareceu acionista representando 99,99% do capital social. Mesa: Césa Aleiandro de Los Santos Llamas - Presidente: Emerson Paiva Inácio - Secretário, **Ordem do Dia** (i) apreciar o relatório da administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022 (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido referente ao exercicio social encerrado em 31/12/2022 (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023: (iv) consolidar o Estatuto Social; e (v) outros assuntos de interesse dos presentes. **Deliberações**Após exame dos itens constantes da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, sem qualque ressalva ou restrição as seguintes matérias: (i) O relatório da administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) O exercício social encerrado em 31/12/2022 apresentou um prejuízo líquido no valor de R\$ 815.149.696,38 e conforme o artigo 189 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), absorveu as seguintes reservas: (a) o montante de R\$ 85.105.213,01 da reserva de lucros; (b) o montante de R\$ 210.615.911,76 da reserva de capital; (iii) A remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 no valor total de até R\$ 6.276.338,39; (iv) Fica consolidado do Estatuto Social nos termos do Anexo I; (v) Outros assuntos de interesse da Companhia: (a) Fica ratificada a eleição dos membros do Conselho de Administração todos com mandato unificado de 3 anos, vigentes até 12/11/2023, os Srs: (a) Alberto Alfredo Arellan García, Passaporte E11131516, como Presidente do Conselho de Administração; b) Daniel Espinosa Herrera, Passaporte G17169687; e (c) Manuel Alejandro Zenteno Sanchez, Passaporte G12580927 Fica ratificada a nomeação dos membros da Diretoria os Srs. (a) César Alejandro de Los Santos Llamas, CPF 718.682.721-76, passaporte G23073495, nomeado para o cargo de Diretor-P tendo sido eleito para o cargo por meio da Reunião do Conselho de Administração em 23/01/2023 a qual encontra-se devidamente registrada perante a JUCESP 62.015/23-0, em sessão de 07/02/2023 para mandato de 3 anos, que se encerrará em 23/01/2026; e (**b) Emerson Paiva Inacio,** Cl 1.993.474 CPF 687.832.219-72, nomeado para o cargo de <u>Diretor de Finanças e de Administração e Controle</u> tendo sido eleito para o cargo por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02/01/2023, a qual encontra-se devidamente registrada perante a JUCESP 23.400/23-7, en sessão de 17/01/2023, para mandato de 3 anos, que se encerrará em 02/01/2026. (c) Fica ainda aprovada, por unanimidade, a alteração do endereço da filial da Companhia, inscrita no CNPJ 13.324.184/0036-17, na Cidade de SP, SP, na Av. Francisco Matarazzo, 1.350 - Torre I do Condomínio Edifício CGD 1350, Água Branca, CEP 05001-100, <u>para o novo endereço</u> na Cidade de SP, SP, na Av. Francisco Matarazzo, 1.350 - Bloco A, 7° e 8° andares, conjs. 701, 702, 703, 801, 802 e 803, do Condomínio Edifício CGD 1350, Água Branca, CEP 05001-100. (d) A Consolidação do Estatuto segue no Anexo I desta Ata de AGOE. **Encerramento, Lavratura,** Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do §1º do Artigo 130 da Lei das S.A que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. SP, 28/04/2023. <u>Mesa</u>: César Alejandro de Los Santos Llamas - Presidente; Emerson Paiva Inácio - Secretário da Mesa. <u>Sócias</u>: Lala Centroamerica, S.A. de C.V. pp. Felipe Tonon Chiovatto. Lala Administracion y Control, S.A. de C.V. pp. Felipe Tonon Chio JUCESP 238.851/23-0 em 15/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949 FDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE

RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 481ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 481º Série da 4º Emissão da **VIRGO** COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itam Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Emissora" respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Agente Fiduciário"), e os representantes da nissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("<u>Assembleia</u>"), **a ser realizada em 18** de julho de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma **Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), nos termo deste edital, a fim de, conforme cláusula 16.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrad em 13 de abril de 2022, ("<u>Termo de Securitização</u>"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar ou não a decretação do Resgat Antecipado Compulsório Automático das Notas Comerciais e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.1 do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, Não Conversíveis em Participação Societária, com Garantia Real e Fidejussória, Emitidas em Série Única, Destinada para Colocação Privada, da Cia Agropastoril Vale do Piragiba " ("Termo de Emissão") e 8.3 do Termo de Securitização, em razão do descumprimento pela Cia Agropastori Vale Vale do Piragiba ("<u>Emitente</u>") em efetuar a recomposição do Valor Mínimo do Fundo de Reserva, conforme previsto na cláusula 11.3.6.1 do Termo de Emissão e 5.8 do Termo de Securitização; **b)** Aprovar ou não a decretação do Resgate nte dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.1 Antecipado Compulsório Automático das Notas Comerciais e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.1 (i) do Termo de Emissão e 8.3 do Termo de Securitização, em caso de não pagamento pela Emitente da Remuneraçã das Notas Comerciais, devida no dia 13 de julho de 2023, conforme previsto na cláusula 4.13.1 do Termo de Emissão c) Aprovar ou não a decretação do Resgate Antecipado Compulsório Automático das Notas Comerciais e consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.1, (i) do Termo de Emissão e 8.3 do Termo de Securitização, en caso de não pagamento pela Emitente da Amortização Programada prevista para o dia 17 de julho de 2023, em consequência, caso aprovada a não decretação do respectivo evento, aprovar para que o pagamento da Amortização Programada seja realizado no dia 16 de outubro de 2023, ficando certo que a não realização do pagamento pela Emitente na data estabelecida acima resultará na decretação do Resgate Antecipado Compulsório Automático das Notas Comerciais e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.1, (i) do Termo de Emissão e 8.3 do Termo de Securitização; **d)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se facam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de poio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo nc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimentos, que o quórum d nstalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualque úmero, conforme cláusula 16.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas em primeira convocaçã oor Titulares dos CRI, que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com relação aos itens (a), (b) e (c) da Ordem do Dia, e com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação presentes na Assembleia para o item (d), conforme cláusula 16.9.2, (ii) e 16.9 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste o item (u), como le clausia 10.3-2, (i) e 10.3 do fermi de securitzada. A Assemblea convocada por inelo desta edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão vía internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ac endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos qui comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. C Titular do CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará nodelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https: virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representan legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conform Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 28 de junho de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, LUIZ FELIPE ROSA, brasileiro divorciado, administrador de empresas, RG nº 3.336.543-SSP/SP, CPF nº 288.549.938 91, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, residente na Avenida Marecha Henrique Lott, nº 180, apartamento nº 2502, Bloco 01, Barra da Tijuca, fica intimado a purgar a mora referente a 54 (cinquenta e quatro) prestações em atraso, vencidas de 28/11/2018 a 28/04/2022, no valor de R\$1.780.902,45 (Um milhão, setecentos e oitenta mil, novecentos e dois reais, quarenta centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$1.817.147,96 (Um milhão, oitocentos e dezessete mil, cento e quarenta e sete reais, noventa e seis centavos), que atualizado até 14/11/2023, perfaz o valor de R\$2.104.338,30 (Dois milhões, cento e quatro mil trezentos e trinta oito reais, trinta centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Alameda Jauaperi, n 910, esquina da Avenida Ibijaú, apartamento nº 43, localizado no 4º andar do Edifício Exata, em Indianópolis – 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob n 22 na matrícula nº 16.592. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a fluir após a última publicação deste. Fica o devedor desde já advertido de que decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 26 de junho de 2023. O Oficial.

Jornal O DIA SP

voltalia			S	erra	Pará I Particip	açõ	es S	3.A. ₋	CNPJ/MI	F N° 22.902.631/0001-39
					ÕES FINANCEIRAS EM 31 DE					
Balanço	o patrimo						Demons	tração d	as mutaç	ões do patrimônio líquid
		ladora		olidado				—		eservas de Lucros
Ativo	2022		2022			_Ca				Reserva de Lucros
Circulante	3.501			72.354	Em 31/12/2020	_	263.0	44	2.758	
Caixa e equivalente de caixa Contas a receber	223	2.562	73.444 10.999		Dividendo adicional			_	-	(23.131)
Dividendos a receber - Partes	_	_	10.555	10.031	Lucro líquido do exercício Destinação do lucro			_	-	-
relacionadas	3.148	3.873	_	_	Constituição de reserva legal			_	819	_
Contas a receber - Partes	0.1.0	0.0.0			Dividendo mínimo obrigatório			_	013	_
relacionadas	_	_	96	_	Lucros retidos a deliberar			_		11.668
Outros ativos	130	125	4.589	3.135	Em 31/12/2021		263.0	44	3.577	
Não circulante	303.898	291.470	421.372	439.355	Lucro líquido do exercício			-	-	
Títulos e valores mobiliários	-	-		14.343	Destinação do lucro					
Investimentos	303.898	291.470		·	Constituição de reserva legal			_	663	-
Imobilizado	-	-		420.817	Dividendo mínimo obrigatório			-	-	
Intangível	207 200	200 050	3.987		Lucros retidos a deliberar					9.455
Total do ativo				<u>511.709</u>	Em 31/12/2022		263.0	44	4.240	36.954
Passivo	2022	oladora 2021	2022	olidado 2021				Demons	tração do	s fluxos de caixa
Circulante	3.161			31.606		Contro	ladora	Consol	idado	Fluxos de caixa das
Fornecedores	7	24			Fluxos de caixa das	2022		2022	2021	atividades de investime
Empréstimos e financiamentos		_			atividades operacionais					Resgates (aplicações) en
Obrigações fiscais e trabalhistas		16			Lucro antes do IRPJ e CSLL	13.271	16.392	18.535	19.016	títulos e valores mobiliár
Dividendos - Partes					Ajustes por					Dividendos recebidos
relacionadas	3.152	3.890	3.152	3.890	Resultado de equivalência					(Aquisições) baixas de
Contas a pagar - Partes					·	(13.255)	(16.309)	_	_	imobilizado
relacionadas	-	-	197		Rendimentos de aplicações	,	,			(Aquisições) baixas de intangível
Passivo de arrendamentos	-	-	36		financeiras	_	_	(1.330)	(459)	(Aumento) redução de
Não circulante				185.983	Resultado financeiro - provisão			(1.000)	(400)	investimento
Empréstimos e financiamentos	_	_	159.405 8.208	173.444 1.045	de iuros			23.363	10 006	Caixa e equivalentes de
Penalidades contratuais Provisões fiscais	_	_	634			_	_	21.327		líquidos gerados
Passivo de arrendamentos	_	_	10.872		Depreciações e amortizações	_	_	21.321	21.710	(consumidos pelas
Total passivo	3.161	3 930		217.589	Penalidades contratuais -			0.474	(0.05)	atividades de investime
Patrimônio líquido				294.120	provisão	_	_	9.171	(265)	Fluxos de caixa de ativid
Capital social				263.044	Aumento/diminuição em					de financiamento
Reserva de lucro	36.954	27.499	36.954	27.499	ativos e passivos					Pagamentos de emprésti financiamentos
Reserva legal	4.240	3.577	4.240	3.577	Contas a receber	_	_	5.658	3.255	Passivo de arrendamento
Total do passivo e					Contas a receber - Partes					Dividendos
patrimônio líquido	<u>307.399</u>	<u>298.050</u>	<u>510.500</u>	<u>511.709</u>	relacionadas	-	-	(96)	92	Caixa e equivalentes de
Demonstraç	ão dos re	esultado	s		Outros ativos	(6)	(86)	(1.456)	574	líquidos gerados (aplic
		ladora		lidado	Fornecedores	(17)	12	(3.446)	1.152	pelas atividades de
	2022	2021	2022	2021	Obrigações fiscais e trabalhistas	(14)	-	895	550	financiamento
Receita operacional com					Penalidades contratuais	-	_	(2.008)	_	Aumento (redução) líqu
fornecimento de energia	_	-	75.416	76.717	Fornecedores - partes					em caixa e equivalente
Outras receitas operacionais			1.016	(20.042)	relacionadas		_	33	108	de caixa
Custos operacionais Resultado bruto				37.675	Recursos provenientes das					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercí
Despesas operacionais			33.443	37.073	atividades operacionais	(21)	9	70.646	65.735	Aumento (redução) líqu
Outras receitas	_	80	_	80	Juros pagos sobre					em caixa e equivalente
Despesas administrativas	(37)		(1.824)		financiamento	_	_	(17.183)	(16.073)	de caixa
Resultado de equivalência	()	()	(, (,	IR e CS pagos	_	_		(2.923)	Caixa e equivalentes de
patrimonial .	13.255	16.309			Caixa e equivalentes de caixa			(0.021)	(2.525)	no fim do exercício
Lucro antes do resultado					líquidos gerados					Transações que não afe
financeiro e tributos sobre										o caixa
o lucro		16.332	33.621		(consumidos) pelas	(04)		40.000	40 700	Registro de passivos de
Despesas financeiras	(3)			(20.390)	atividades operacionais	(21)	9	46.836	46.739	arrendamento e direito d
Receitas financeiras Resultado financeiro	<u>56</u>	81 60	8.698	3.574 (16.816)	kW para 24.000 kW, assim com	o alteroi	as carac	terísticas	técnicas	regulamentada pelo Dec
Lucro antes do IR e CS		16.392	18.535		do Sistema de Transmissão de					Eólico Pará III teve altera
R e CS	(1)			(2.638)	Usina de Energia Eólica Vila P	ará I SPI	E S.A. ("P	arque Ed	lico Vila	através do Despacho Ane
Lucro líquido do exercício				16.378	Pará I"): A Portaria do Ministéri					geradoras, alterando a p
A Companhia não possui outr					de 28/08/2014 autorizou o Parqu					24.000 kW, assim como al
resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a					Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação de Transmissão de Inter					
Demonstração dos resultados abrangentes.					e exploração da Central Gerado					
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2022					I. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em de acordo com as prática					

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2022 1. Contexto e mudanças significativas: Esta seção provê informaões gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das monstrações financeiras. 1.1 Informações gerais: A Serra Pará I Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 15/06/2015, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275 - 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvinento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvidos nos parques eólicos denominados Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III e Vila Amazonas V. As controladas entraram em operação a partir do quarto terceiro de 2016 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações. As participações societárias diretas e indiretas Controlada direta

% Participação 100,00% erra Pará Participações S.A. Controladoras indiretas (controladas diretas da controlada Serra Parti Participações S.A.)
Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A
Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. 100,00% Jsina de Energia Eólica Vila Pará II SPE S.A 100,00% Jsina de Energia Eólica Vila Pará III SPE S.A. 100,00%

Autorização da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE
S.A. ("Parque Eólico Amazonas V"): A Portaria do Ministério de

Minas e Energia - MME nº 432 de 21/08/2014 autorizou o Parque Eólico Amazonas V a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Amazonas V. A autorização rigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 21/08/2014 e o término em 21/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Par-que Eólico Amazonas V. A energia elétrica produzida pelo Parque ólico Amazonas V destina-se à comercialização na modalidade de rodução independente de energia elétrica, em conformidade com as ondições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, gulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Amazonas V teve alteração de características técnicas apro-

Aos Administradores e Acionistas da Serra Pará I Participações S.A. dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus erra do Mel - RN. **Opinião**: Examinamos as demonstrações finan-eiras individuais e consolidadas da Serra Pará I Participações S.A. resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explica-tivas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e Serra do Mel - RN. Opinião: Examinamos as demonstrações finan-"Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos ompreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual emonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e consolidada, da Serra Pará I Participações S.A. em 31/12/2022, o

S FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais) istração das mutações do patrimônio lí Reservas de Lucros Capital Social Reserva Legal Reserva de Lucros Total Lucros Acumulados 263.044 38.962 41.720 (23.131) (23.131) m 31/12/2020 304.764 Dividendo adicional ucro líquido do exercício 16.378 estinação do lucro Constituição de reserva lega 819 819 (819)Dividendo mínimo obrigatório (3.891)(3.891)Lucros retidos a delibera Em 31/12/2021 11.668 263.044 3.577 **294.120** 13.270 27.499 31.076 13.270 ucro líquido do exercício estinação do lucro Constituição de reserva lega Dividendo mínimo obrigatório 663 663 (3.152) Lucros retidos a delibera (9.455)_ 304.238 m 31/12/2022 263.044 4.240 36.954 41.194 Demonstração dos fluxos de caixa Fluxos de caixa das atividades de investimento
 Controladora
 Consolidado

 2022
 2021
 2022
 2021
 2022 2021 Controladora 2022 2021 luxos de caixa das atividades operacionais Resgates (aplicações) em ucro antes do IRPJ e CSLL títulos e valores mobiliários (1.894) 4.876 13.271 16.392 18.535 19.016 3.873 25.372 Dividendos recebidos

ijustes por (Aquisições) baixas de imobilizado (Aquisições) baixas de internacional de la constant de la con esultado de equ (13.255) (16.309) patrimonial endimentos de aplicações intangível - (1.330) (459) financeiras (Aumento) redução de tesultado financeiro - provisão Caixa e equivalentes de caixa de juros - 23.363 19.996 líquidos gerados (consumidos pelas Depreciações e amortizações - 21.327 21.716 enalidades contratuais atividades de investimento orovisão Fluxos de caixa de atividades lumento/diminuição em de financiamento Pagamentos de empréstimos e financiamentos Passivo de arrendamento ativos e passivos Contas a receber - 5.658 3.255 Contas a receber - Partes Dividendos relacionadas (96)Caixa e equivalentes de caixa (86) (1.456) Outros ativos líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de financiamento Aumento (redução) líquido (a) ornecedores (17)12 (3.446)1.152 (14) Obrigações fiscais e trabalhistas 550 Penalidades contratuais - (2.008) em caixa e equivalentes ornecedores - partes de caixa relacionadas 108 33 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Aumento (redução) líquido (a) Recursos provenientes das atividades operacionais (21) 9 70.646 65.735 uros pagos sobre em caixa e equivalentes de caixa - (17.183) (16.073) Caixa e equivalentes de caixa R e CS pagos – (6.627) (2.923) no fim do exercício aixa e equivalentes de caixa Transações que não afetam líquidos gerados consumidos) pelas Registro de passivos de atividades operacionais 9 46.836 46.739 (21) W para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas

Sistema de Transmissão de Interesse Restrito Autorização da Jsina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. ("Parque Eólico Vila Pará I"): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 445 le 28/08/2014 autorizou o Parque Vila Pará I a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 29/08/2014 e o término em 29/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Vila Pará I. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Vila Pará I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9,074/95. regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19 de julho de 2016 o Parque Eólico Vila Pará I teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.912, alterando de 10 para 9 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 27.000 kW, assim como alterou também as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. Autorização da Usina de Energía Eólica Pará II SPE S.A. ("Parque Eólico Pará II"): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 439 de 25/08/2014 autorizou Parque Eólico Pará II a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará II. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 25/08/2014 e o término em 25/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará II. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará II destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Pará II teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.913, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. Autorização da Usina de Energia Eólica Pará III SPE S.A. ("Parque Eólico Pará III"): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 459 de 02/09/2014 autorizou o Parque Eólico Pará III a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará III. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 02/09/2014 e o término em 02/09/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará III. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará III destina-se à comercialização na modalidade de provadas através do Despacho Aneel nº 1.915, alterando de 10 para 8 dução independente de energia elétrica, em conformidade com as unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

arrendamento e direito de uso 11 regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Pará III teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.914, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. **1.2 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 1.3 Moeda funcional e moeda de **apresentação**: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2 Estimativas críticas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de jul-gamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Depreciação e amortização do imobilizado e intangível: A depreciação e amortização do imobilizado e intangível levam em considerações as premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação e amortização e como consequência, na valorização do ativo imobilizado e intangível Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento: A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamento: Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2023 Mazars Auditores Independentes - CRC nº 2SP023701/O-8 Rodrigo de A. Albuquerque - CRC CE019775/O-9 T-RJ

"As demonstrações financeiras completas da Serra Pará I Participações S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF n° 08.769.451/0001-08 - NIRE **35.300.340.949**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 279³, 315³, 316° e 317ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO cam convocados (a) os titulares dos certificados de recebiveis impolitários da 279º, 315º, 316º e 317º séries da nissão da **Virgo Companhia de Securitização** ("<u>CRI</u>", "<u>Titulares dos CRI</u>", "<u>Emissora</u>" e "<u>Emissão</u>", respectiv ente), lastreados em créditos imobiliários cedidos pela **CABEF EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA** ciedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.493.857/0001-63, com sede na Cidade de Limeira, Estado de Sã aulo, na Rua Carlos Gomes, nº 1.321, Centro, CEP 13.480-013 ("Cedente" e "Créditos Imobiliários", respectivan); **(b)** a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**., inscrita no CNPJ/MF sob o 2.610.500/0001-88, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, Conj. 41, Sala 2, P heiros, CEP 05.425-020 (<u>"Agente Fiduciário dos CRI</u>"); e **(c**) os representantes da Emissora, em atenção ao dispos o "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 279*", 315°, 316° e 317° Séries da 4º Emissão de Certificados o *Pecebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização"* celebrado em 21 de junho de 2021 entre a Emissora e gente Fiduciário dos CRI, conforme aditado de tempos em tempos (<u>"Termo de Securitização"</u>), e na Resolução da C issão de Valores Mobiliários (<u>"CVM</u>") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor (<u>"Resolução CVM 60</u>" se reunirem em Assembleia Especial de Titulares dos CRI, a ser realizada, em primeira convocação, em 13 de julh de 2023, às 14 horas, de forma exclusivamente digital (vide informações gerais abaixo) ("Assembleia"), a fim de de liberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) deliberar sobre a contratação de empresa para elaboração de laudo d valiação (valor de mercado) do Imóvel 1, Imóvel 3 e Imóvel 4, conforme previsto na Cláusula 5.1.2 do Instrumento Pa cular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças ("<u>Contrato de Cessão</u>"); **(ii)** tendo em vista que a Emisso ra foi informada acerca da intenção da rescisão do Compromisso de Compra e Venda Tamboré resultando, consequen temente, na rescisão dos Contratos de Locação CABEF do Imóvel 2 e dos Contratos de Locação Complementar CABEI nóvel 2, deliberar sobre: **(a)** a substituição dos Créditos Imobiliários pelos créditos imobiliários oriundos da locaçã mada em 19 de novembro de 2021 com o GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A., sociedade anônima de capita hado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.972.092/0001-22, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, n vy. Comendador Aladino Selmi, nº 2.502, Galpão 05, Parque Cidade Campinas, CEP 13.069-036 ("Devedora"), e de ou tra locação que será firmada com a **MOOCA ADMINISTRAÇÃO DE ALUGUEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 96.583.398/0001-05, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Tobias Barreto, nº 735, Loja 01, Mooca, CEP 03.176-000 ("Sublocadora"), relacionada ao imóvel objeto da matrícula 29.309 do 2º Oficial de Registro de Imóveis d ão José dos Campos ("<u>Novo Imóvel</u>") de forma a manter o nível da retenção de risco assumida pelo Cedente na res ectiva emissão e manter o risco dos CRI atrelado a créditos devidos pela Devedora e pela Sublocadora, conforme a torizado pelo parágrafo terceiro do artigo 18 da Resolução CVM 60 (a "<u>Substituição</u>"); **(b)** caso aprovada a Substitui ção, aprovar o distrato da Alienação Fiduciária Imóvel 2, com a consequente constituição da alienação fiduciária do ovo Imóvel para garantir o adimplemento das obrigações garantidas dos CRI; (c) caso aprovada a Substituição, apro rar que os valores do Fundo de Aquisição 2 e o Fundo de Obras 2 sejam redistribuídos da seguinte forma: o Fundo de Obras 2 passará a equivaler ao montante de aproximadamente R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e o Fundo de quisição 2 passará a equivaler ao montante de aproximadamente R\$ 15.469.490,00 (quinze milhões, quatro essenta e nove mil e quatrocentos e noventa reais), a ser liberado após assinatura do contrato de alienação fiduciári lo Novo Imóvel ("Redistribuição Fundos"), sendo certo que referidos valores estão aplicados e sofrem atualizaçõe ilárias; e (d) caso aprovada a Substituição, aprovar que a Conta Centralizadora 2 seja mantida e nela sejam deposite los os valores decorrentes do pagamento dos Créditos Imobiliários Imóvel 2 e dos pagamentos dos Créditos Imobiliá rios Locação Complementar Imóvel 2, sendo que referidos créditos serão oriundos dos contratos mencionados na ali nea "a" acima. **(iii)** anuência prévia para a não ocorrência da obrigação de recompra dos Créditos Imobiliários, confor ne descritos na Cláusula 7.1. do Termo de Securitização durante a dilação de prazo constante do item (iv) abaixo, pel não entrega das obras do Empreendimento 2 no prazo previsto no item (xxiv) da Cláusula 7.1 do Termo de Securitiza ção, sem que seja declarado, portanto, o consequente Evento de Recompra Compulsória; (**iv)** a dilação do prazo pre isto na Cláusula 7.1. do Termo de Securitização para a entrega das obras do Empreendimento 2, considerando a apro ração da Substituição, sendo certo que se dará após o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados do vencimento d eferido prazo; (v) a alteração da remuneração dos CRI da 315ª série para 7,40% (sete inteiros e quarenta centésimo oor cento); (vi) a concessão de carência de 8 (oito) meses para pagamento da amortização ordinária dos CRI da 315° e (vii) autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documen os que se façam necessários para implementar o que fora deliberado nos itens acima. INFORMAÇÕES GERAIS: A bleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoc forma "Microsoft Teams", coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o *link* de acesso àquele itulares dos CRI que enviarem ao endereco eletrônico da Émissora (juridico@virgo.inc) e ao *e-mail* do Agente Fiduciá io dos CRI (<u>agentefiduciario@vortx.com.br</u>), com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data d ealização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando sessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando repre-entado por procurador: procuração com poderes específicos; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular do CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a cor ondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI. A Emissora dispo bilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (www.virgo.com.br) e na página eletrônica da CVM (www joubr/cvm). A manifestação de voto deverá estar devidamente prenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu re presentante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Re lução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Asser ia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de junho de 2023. VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

10º VARA CÍVEL DO FORO REGINAL II - SANTO AMARO
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 0002959-35.2023.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito
da 10º Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Duran Depieri, na forma da ei, etc. FAZ SABER a(o) DAIANE BATISTA DA SILVA. Brasileira, Solteira, Taxista, RG 494142327, CPF 372.058.668 55,que por este Julzo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença movida por ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL JIRAPURU. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi leterminada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quiraçe) disa úties, que fluirá após o decurso do orazo do presente edital, paque a quantia de R\$ 14.115.16 (31/01/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 0% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem c gamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora va intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado r ma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de maio de 2023.

PERKONS S/A CNPJ n° 82.646.332/0001-02 NIRE n° 41300020728

ATA DA 63º ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DATA: 23 de junho de 2023. HORA: 14:00h (quatorze horas). LOCAL: Na sede companhia na Rua Inajá, nº 366, Centro, em Pinhais, Estado do Paraná. CONVOCAÇÃ Cartas-convites aos acionistas, expedidas com a antecedência legal. PRESENÇÃ CONVOCAÇÃO PRESENÇAS Cartas-convites aos acionistas, expedidas com a antecedência legal. PRESENCAS: Acionistas representando a totalidade (100%) do capital social, conforme registrado no Livro de Presença de Acionistas. PUBLICAÇÕES: Dispensadas as publicações diante do comparecimento de 100% (cem por cento) dos acionistas. ORDEM DO DIA: a) Deliberar sobre a participação da sociedade em Consórcio. MESA: Presidente: Walter Alberto Mitt Schause, Secretário: Luiz Gustavo Cunha de Oliveira Campos. CONSIDERAÇÕES: a) Deliberar sobre a participação da sociedade no Consórcio voltado à contratação da sociedade especializadas, sob o regime de empreitada por preço global, para Contratação de empresas especializadas em serviço de apoio técnico à coleta de

para Contratação de empresas especializadas em serviço de apoio técnico à coléta de dados e informações de veículos rodoviários de carga, incluindo os de cargas indivisíveis e excedentes em peso e/ou dimensões e veículos especiais, que trafeguem nas rodovias do estado de Tocantins, através da disponibilização e manutenção de Unidades Autônomas de Pesagem — UPAs, dotadas de sistema de pesagem com Balança tipo Portátil de pesagem Estática, demais equipamentos e sistemas associados, em atendimento à Agência de Transportes e obras e Infraestrutura — AGETO, conforme condições e específicações estabelecidas no Edital de Preção Eletrônico nº 002/2023 e seus Ánexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e encerradas as matérias constantes da ordem do dia, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos da Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida em alta voz e achada exata e conforme, depois de reaberta a sessão, foi aprovada e assinada por mim, Regis Eidi Nishimoto, Secretário da Assembleia, pelo Sr. aprovada e assinada por mim. Regis Eidi Nishimoto, Secretário da Assembleia, pelo Sr residente e pelos acionistas presentes. [Certifico que a presente é cópia fiel da ata nçada no Livro de Atas da Companhia]. uritha 23 de junho de 2023

WALTER ALBERTO MITT SCHAUSE LUIZ GUSTAVO CUNHA DE OLIVEIRA CAMPOS Registrado na JUCEPAR sob nr 20234350555em 27/06/2023 - Leandro Marcos Raysel Biscaia

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº 1016497-56.2020.8.26.0007. Classe: Assunto: Monitória - Contratos Bancários. Requerente Banco Santander (Brasil) SIA. Requerido: Francimar Fernandes dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1016497-56.2020.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º Vara Civel, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo Dr(a). Suel Juarez Alonso, an forma da Lai, etc. FAZ SABER (a) FRANCIMAR FERNANDES DOS SANTOS. MP.01 16.825.9320001-03, com endereço à Rua Santa Silveira, 462, Jardim Penha, CEP 03757-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco Santander (Brasil) SIA. O autor apresentou documento(s) em que o(a) ré(u) assumiu obrigação de pagar quantia certa que, no entanto, não foi satisfeita. Assim, foi deferida a expedição de mandado para pagamento Encontrando-se o rêu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para, no prazo de 15 días, pagar o valor reclamado e efetuar o pagamento de honorários advocacidicos correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresenhemagos ao mandado monitório, nos termos do artigo 701 do CPC. Fica consignado que o réu será isento do pagamento de custas processusias ex cumprio mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e o se mbargos año forem opostos, o réu será considerado revel caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de junho de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO expedicio nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0046910-96-2011.8 26.0100 C/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a), Patricia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Julio Gonçalves Costa, Olivia dos Reis Costa, Milton Lugerio da Silva, Manor Rariore, Maria Prado Rariorel, Nelson de Souza, Isabel Cristina de Souza e Auta de Lima Ferreira, reus ausentes, incertos, desconfieodos, eventuais inferessados, bem como seus conjugas eto ou sucessores, que Humberto Eustáquio Veira, Rosangela Vieira, Afriara da Silva Vieira e Roberto Silva Vieira aljuizou(ram) ação de USUCAPIAO, visando declaração de dominio sobre imóvel situado à nua Sebastião Francisco de Oliveira, no 391, Capão Redondo, São Paulo/SP, CEP 05669-29, alegando posse mansa e pacifica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias de jubilicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o retu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. | 127,28|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1056158-30 2015.8 26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º Vara de Registros Públicos, do Foro Central Civel, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Días Almeida de Filippo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER 40 (Million Vileia, ALICE BARBOSA, CARRINHO, MARIO GÓMES CARRINHO, MARIO GÓMES CARRINHO, VIRGUILIO BULENO BARBOSA, ELISA BARBOSA, ARY MARCONI, SYNESIO BARBOSA O SINESIO BUENO BARBOSA, HYPOLITO MATINEZ TRUILIO, SABESP - Departamento de Gestão de Bens Imóveis e MARIA DA GRAÇA DUART TURNO, reus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuals interessados, bem como seus obingues elou sucessores, que Jose Daracio Bertoldo e Marlene Gonçalves Bertoldo ajuzou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de dominio sobre imóvei localizado na Avenida Bento Guelfi, sir/, guatemi, São Paulo-SP, CEP-08381-001, alegando posse manse e pacifica no prazo legá I. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteito, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

27.28]

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião PROCESSO Nº1065116-29.2020.8.26.0100 O(A)MM.Juiz(a) de Direito da 2ºVara de Registros Públicos do Foro Central Civel Estado de São Paulo Dr(a) Patricia Martins Conceição na forma da Difeito da z'ivara de registros Públicos, do Poto Central Civel, Estado de são Paulo, Drigi, Piartica Martins Conceigação, na forma de, ete, eta. Za SABER a (p) Francisco Fereira, Alberto Goethe de Assumpção, Oscar Herminio Fereira, Maria Amélia Pereira Ináci Ferreira Aparecida Cabral de Oliveira Froede, Ozorio Inácio da Silva, Roberto José da Silva Ferrando Froede, Simone Froede Ve Los a Calvadas Esconda rivu exambra incordos desconhacidos, cumplicia intersecando, boma como sous notivos da vuescesor re l'elle projecteur de variar les circles et l'octec d'extenditor, eventuain interessant de Sirar, entantaur n'octec, anoien et l'octec de l'est per l'est per

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0006428-09.2011.8.26.0100 O(A) MM. Júziqão de Direito da 2ºVara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patricia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Espólios de Isidoro Matheus e Helena Augusta Matheus, Nelson Hanada, Luiz Carlos Matheus e Carmen Marconi Matheus, Filor Matheus, Espólios de Cardos Matheus, Actenir Matheus, Nelson Hanada, Luiz Carlos Matheus e Carmen Marconi Adatheus, Filor de Martines Gorças Simões Correia Matheus, Antonic Luiz Marconi e Eunica Matheus, Para Paulo Lourenco, Paulo Cesar de Oliveira Machado, Luiz Rodrigues de Moura, Aline da Silva Moura, João Wesley de Augusto, Ylys Custodio de Gouveia, Espólio de Colomirio Cesar Matheus, Arden Barbossa Lima Matheus, Codomiro Cesar Matheus, Eva Espólio de Lodomiro Cesar Matheus, Eva Espólio de Edodomiro Cesar Matheus, Arden Barbossa Lima Matheus, Evalco Math

MITRE MINISTRO GODÓI SPE LTDA.

CNPJMM 30.441.997/0001-86 - NIRE 35.235.250.383

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 05.06.2023

Data, hora, local: 05.06.2023, 10hs, na sede, Avenida Presidente luscelinos Kubischek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, São Paulo/SP. Presença: totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Pedro Eduardo Cassab Carraz; Secretário: Lucas Paravizo Claudino. Deliberações aprovadas: (A) a redução do capital social, totalmente subscrito e integralizado, no varior R\$ 13.460.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 13.460.000 quotas do capital social, com valor de R\$1,00 cada, sendo as 3.460.000 quotas da sócia XPCE Ministro Godoi Participações S.A., passando o capital social de R\$ 23.533.460,00 gara R\$ 10.073.460,00; e consignar que as deliberações aprovadas somente se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 90 dias para a oposição dos credores quiriografários, contados da data de publicação da presente an, nos termos do artigo 1.084, \$ 1º e 2º, do Código Civil; e (B) Autorização para que os administradores a praticarem todos os atos necessários. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 05.06.2023. Sócio: XPCE Ministro Godoi Participações S.A.

BRITO PEIXOTO SPE LIMITADA.

CNPJ/MF 31.293.899/0001-01 - NIRE 35.235.328.838 Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 05.06.2023 Data, hora, local: 05.06.2023, 10hs, na sede, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1909, Torre Sul, 30° andar, São Pau lo/SP. Presença: totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Pedro Eduardo Cassab Carraz; Secretário: Lucas Paravizo Clau lo/SP. Presença: totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Pedro Eduardo Cassab Carraz; Secretario: Lucas Paravizo Claurio. Deliberações aprovadas: (A) a redução do capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor R\$ 2.360.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mez. 360.000 quotas de trata social, com valor de R\$1,00 cada, sendo as 2.360.000 quotas de titularidade da única sócia XPCE RE Alameda Franca Participações tuda, passando o capital social da Sociedade de R\$ 6.445.650,00 para R\$ 4.085.650,00; e consignar que as deliberações aprovadas somente se tomarão eficazes apoís o decurso do prazo de 90 dias para a oposição dos credores quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do artigo 1.084, § 1º e 2º, do Código Cívil; e (B) Autorização para que os administradores a praticarem todos os atos necessários. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 05.06.2023. Sócios: XPCE RE Alameda Franca Participações Ltda.

28 DE SETEMBRO SPE LIMITADA

Z8 DE SELEMBRO SPE LIMITADA
CNPJMR 33.398,786(0001-04 - NIRE 35.235.504.679
Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 05.06.2023
Data, hora, local: 05.06.2023, 10hs, na sede, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, São Paulo/SP. Presença: totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Luiz Felipe Gurtler Bueno; Secretário: Lucas Paravizo Claudino. Deliberações aprovadas: (A) a redução do capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor R\$ 8.200.000, op cronsiderã-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do Artigo 1.082, incol. Il do Código Civil, mediante o cancelamento de 8.200.000 quotas representativas do capital social, com valor de R\$1,00 cada, sendo as 8.200.000 quotas de titularidade da sócia XPCE RE Alameda Franca Participações Ltda., passando o capital social de R\$ 18.346.774,00 para R\$ 10.146.774,00; e consignar que as deliberações aprovadas somente se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 90 dias para a oposição dos credores quiriografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do artigo 1.084, § 1º e 2º, do Código Civil; e (8) Autorização para que os administradores a praticarem todos os atos necessários. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 05.06.2023. Sócio: XPCE RE Alameda Franca Participações Ltda.

SEED RESIDENCIAL 14 SPE LTDA. - CNPJ/MF 41.284.637/0001-34 - NIRE 35.236.983.597

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 29 de Maio de 2023

Data, Hora, Local: 29.05.2023, 10hs, na sede, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, torre Sul, 30° andar, São Paulo/SP. Presença: Totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Luiz Felipe Gurtler Bueno; Secretário: Lucas Paravizo Claudino. Deliberações Aprovadas: (A) a redução do capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor R\$ 800.000,00,0 por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 800.000 quotas do capital social, nos aprovadas comento e 851,00 cada, sendo 800.000 quotas da sócia Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário – FII, passando o capital social eR\$ 10.67.492,00,0 para R\$ 9.874.920,00; e consignar que as deliberações aprovadas somente se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 90 dias para a oposição dos credores quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do art. 1.084, §\$ 1° e 2°, do Código Civil; e (B) autorização para que os administradores a praticarem todos os atos necessários. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 29.05.2023. Sócios: Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário – FII, XPCE Re Aimberê S.A.

PROJETO IMOBILIÁRIO 26 LTDA - CNPJ/MF 37.594.156/0001-58 - NIRE 35.236.116.737

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 05.06.2023

Data, Hora, Local: 05.06.2023, 10hs, na sede, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul, 30° andar, São Paulo/SP. Presença: totalidade do capital. Mesa: Presidente: Luiz Felipe Gurtler Bueno; Secretário: Lucas Paravizo Claudino. Deliberações Aprovadas: (A) a redução do capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor R\$ 8.20.000, 0,0 por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 8.820.000 quotas, com valor de R\$1,00 cada, sendo 4.410.000 quota da sócia XPCE Mena Barreto Participações S.A. e 4.410.000 quotas da sócia XPCE Mena Barreto Participações S.A. e 4.410.000 quotas, da sócia XPCE Mena Barreto Participações S.A. e 4.410.000 quotas, da sócia Coderes quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do art. 1.084, §\$ 1° e 2°, do Código Civil; e (B) autorização para que os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos necessários. Nada mais. São Paulo, 05.06.2023. Sócio: XPCE RE Augusta Participações S.A., XPCE Mena Barreto Participações S.A.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1000038-65.2018.8.26.0001. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Hospital São Camilo - Santana. Requendo: Lucca Lodi Ferreira. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000038-65.2018.8.26.0001. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 5º Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Draj. Juliana Crespo Dias, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUCCA LODI FERREIRA, na pessoa de seu representante legal Esdra de Arantes Ferreira, CPF 259.541.118-71, brasileiro, solteiro, que the foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Hospital São Camilo - Santana, objetivando a quantita de R\$ 12.148,82 (Sel/2019) decorrente dos recibos provisorios de serviços nºs 136314, 148962, 149155, 148782, 147724, 135134, 134434, 134433, 126044, 122073, 120937, 160426, 160450 160827, 160616 e 153843. Encontrando-se o rêu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluria após 20 dias o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de junho de 2023.

Edital de intimação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0002446-37.2009.8.26.0009/01 A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonilha, na forma da Lei, etc. Faz saber a Luis Delfino Nunes de Oliveira, RG 14065446, CPF 030.697.288-39, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de Colégio Nossa Senhora de Fátima Ltda.. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua Intimação, por edital, da Penhora realizada sobre as quantias bloqueadas pelo Sistema SISBAJUD, R\$ 295,79 (Banco Bradesco) e R\$ 17,72 (Nu Pagamentos), a fis. 271/273, de conta de sua titularidade, e do prazo de 05 dias úteis para comprovar eventual impenhorabilidade, de acordo com o artigo 854, parágrafo 3º, inciso I, do Código de Processo Civil, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2023.

Edital de Intimação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0205421-08.2005.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Ferfoglia Gomes Dias, na forma da Lei, etc. Faz saber a José Kreiner RG. 1.650.895, CPF. 001.546.107-63 que nos autos da Ação de Procedimento Sumário, requerida por Condomínio Edificio Mirim foi deferida sua intimação por edital para que fique intimado da penhora sobre a matricula 55.841 lo 52 CRIISP, referente ao seguinte imóvel: Apartamento 21, localizado no 22 pavimento do Edificio Mirim, situado à Rua santa Isabel nº 258 atual 62, no 72 Subdistino-Consolação, podendo, no prazo de 15 dias, a fluir agôs o prazo de vinte dias supra, oferecer impugnação ou no prazo de 10 dias, a fluir após o prazo supra, requerer a substituição do bem, desde que ente, nos termos do art. 847 do CPC. Será o pre dital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAÚ UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **ALAIR FAVORITO**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis, RG nº 5.577,931-1-SSP/SP, CPF nº 307.380.598-20, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Rio Grande nº 180, apartamento nº 112, Vila Mariana, fica intimado a purgar a mora referente a 14 (catorze) prestações em atraso, vencidas de 25/04/2022 a 25/05/2023, no valor de R\$122.426,34 (um milhão vinte dois mil quatrocentos e vinte seis reais e trinta e quatro centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$129.330,34 (um milhão vinte nove mil trezentos e trinta reais e trinta e quatro centavos), que atualizado até 04/09/2023, perfaz o valor de R\$161.267,47 (um milhão sessenta e um mil duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo ITAÚ UNIBANCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Alameda Jauaperi, nº 887 apartamento nº 121, localizado no 12º andar, e vaga nº 05, na garagem localizada no 1º subsolo, ambos do Edifício Juquei, em Indianópolis - 24º Subdistrito, objetos de Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrados sob nº 6 nas matrículas nºs 120.797 e 120.798. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão finter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, ITAU UNIBANCO S/A, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 26 de junho de 2023. O Oficial.

SEED RESIDENCIAL 16 SPE LTDA. - CNPJ/MF 41.322.714/0001-01 - NIRE 35.236.993.533

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 29 de Maio de 2023

Data, Hora, Local: 29.05.2023, 10hs, na sede, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, torre Sul, 30° andar, São Paulo/SP. Presença: Totaldade do capital social, Mesa: Presidente: Luiz Felipe Gurtler Bueno; Secretário: Lucas Paravizo Claudino. Deliberações Aprovadas: (A) a redução do capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor R\$ 1.070.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 1.070.000 quotas do capital social, com valor de R\$ 1.00 cada, sendo 1.070.000 quotas da sócia Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário - FII, pasando o capital social de R\$ 13.081.000,000 gara R\$ 12.011.000,00; e consignar que as deliberações aprovadas somente se tonarão eficazes após o decurso do prazo de 90 dias para a oposição dos credores quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do art. 1.084, § 1° e 2°, do Código Civil; e (B) Autorização para que os administradores a praticarem todos os atos necessários. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 29.05.2023. Sócios: Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário - FII, XPCE Re Almberê S.A.

Aimbere SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. CNPJ/MF 34.930.737/0001-25 - NIRE 35235642885 Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 29 de Maio de 2023

Data, Hora, Local: 29.05.2023, 10hs, na sede, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, torre Sul, 30° an lar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Luiz Felipe Gurtler Bueno; Secretário: Lu cas Paravizo Claudino. **Deliberações Aprovadas: (A)** a redução do capital social, totalmente subscrito e integrali zado, no valor R\$ 3.100.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do Artigo 1.082 ciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 3.100.000 quotas do capital social, com valor de R\$1,00 cada endo 1.550.000 quotas da sócia Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário – FII e 1.550.000 quotas da sócia KPCE Re Aimberê S.A., passando o capital social de R\$ 20.580.100,00 <u>para</u> R\$ 17.480.100,00; e consignar que as de perações aprovadas somente se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 90 dias para a oposição dos credore uirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do art. 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civi e (B) autorização para que os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos necessários. **Encerramento** Nada mais. São Paulo, 29.05.2023. Sócios: Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário – FII, XPCE Re Aimberê S.A

SEED RESIDENCIAL 21 SPE LTDA. - CNPI/MF 41.284.120/0001-45 - NIRE 35.236.983.180

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 29 de Maio de 2023

Data, Hora, Local: 29.05.2023, 10hs, na sede, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, torre Sul, 30° andra, São Paulo/SP. Presença: totalidade do capital. Mesa: Presidente: Luiz Felipe Gurtler Burscier Secretário: Lucas Paravizo Claudino. Deliberações Aprovadas: (A) a redução do capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor R 51.350.000, 00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, o cancelamento de 1.850.000 quotas, com valor de R51,00, sendo 1.850.000 quotas da sócia Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário - FII, passando o capital de R5 12.264.152,00 para R5 10.414.152,00; e consignar que as deliberações aprovadas somente se tornarão eficazes apó o decurso do prazo de 90 dias para a oposição dos credores quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do art. 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civil; e (B) autorização para que os administradores a praticarem todos os atos necessários. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 29.05.2023. Sócios: Maxi Renda Fundo de Investimento Imobiliário - FII, por sua administradora, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, XPCE Re Aimberê S.A.

ALTO DA BOA VISTA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

CNPJ/MF 28.382.517/0001-01 - NIRE 35.235.051.054 Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 05.06.2023

ta Participações S.A., passando o capital social de NS 18.207.284,0U para NS 11.687.284,0U; e consignar que as deliberações aprovadas somente se tornarão eficases após o decurso do prazo de 90 dias prara a oposição dos credores quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do artigo 1.084, § 1º e 2º, do Código Civíl; e (B) Autorização para que os administradores a praticarem todos os atos necessários. E**ncer-**ra**mento:** Nada mais. São Paulo, 05.06.2023. Luiz Felipe Gurtler Bueno - Presidente da Mesa e Lucas Paravizo Claudino - Secretário da Mesa. Sócio: XPCE RE Alto da Boa Vista Participações S.A.

CNPJ/ME n° 41.572.281/0001-34 - NIRE: 35.300.566.645 **Ata da Assembleia Geral Extraordinária**

Data, Hora e Local: realizada ao 2º dia do mês de março de 2023, às 12:00 horas, na sede social da GLP S.A ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, conj. 52, Itaim Bibi, CEP 04536-010. Convocação e Presença: dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no livro de registro de presenças dos acionistas. Mesa: Presidente: Sr. José Hermílio Curado Filho, Secretário: Sr. Ricardo de Souza Araújo. Deliberações: o Presidente declarou instalada a Assembleia, tendo em vista a existência do quórum legalmente exigido. Dando seguimento aos trabalhos, foi decidido por unanimidade de votos: (i) aprovar a redução do capital social da Companhia por julgá-lo excessivo em relação às suas atividades, no valor total de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), passando, o referido capital, de R\$ 33.301.800,00 (trinta e três milhões, trezentos e um mil e oitocentos reais) para R\$ 32.401.800,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e um mil e oitocentos reais), mediante a restituição de capital ao acionista, em moeda corrente nacional, e redução do valor nominal de cada ação da companhia de R\$ 1,00 (um real) para R\$ 0,97 (noventa e sete centavos), sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação do acionista no capital social da companhia; (ii) em decorrência da deliberação a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a vigorar de acordo com a redação constante do Anexo I da presente ata; e (iii) a autorizar a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. Encerramento: nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pela totalidade dos acionistas. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de março de 2023. Mesa: José Hermílio Curado Filho — Presidente; Ricardo de Souza Araújo — Secretário. Acionista: Galop Farms Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto E Prazo - Artigo 1: A GLP S.A ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social, pela Lei 6.404/76. ("Lei das S.A.") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. Artigo 2: A Companhia tem por objeto social (i) a criação, a engorda, o manejo, a compra e venda de gado para os mercados internos e para exportação, e a realização de demais atividades relacionadas; (ii) o plantio, o cultivo e a comercialização de produtos agrícolas e de extração florestal para os mercados internos e para exportação; (iii) a administração de bens próprios, móveis e imóveis; (iv) a administração de vendas de imóveis próprios; (v) a compra e a venda de bens imóveis próprios; (vi) a locação de bens imóveis próprios; e (vii) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista Artigo 3: A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, 5º andar, conjunto 52, sala 08, Itaim Bibi, CEP 04536-010. Parágrafo 1º: A Companhia poderá abrir e encerrar iliais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou do exterior. Artigo 4: O prazo de duração da sociedade é indeterminado. Capítulo II - Do Capítal Social e das Ações - Artigo 5: O capítal social da Companhia é de R\$ 32.401.800,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e um mil e oitocentos reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 33.301.800,00 (trinta e três milhões, trezentos e um mil e oitocentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6**: As ações são indivisíveis perante a Companhia e a cada ação ordinária caberá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo 1º**: É vedada à Companhia, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias. **Parágrafo 2º**: Em caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia obrigar-se-á a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no Artigo 8º da Instrução da Comissão de valores Mobiliários ("CVM") nº 578, de 30 de agosto de 2016. Parágrafo 3º: A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas, em sua sede, sempre que solicitado por escrito, com antecedência de 2 (dois) dias úteis, os contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e investimento e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão, conforme aplicável. Capítulo III - Da Administração - Artigo 7: A Companhia será administrada por uma Diretoria. Parágrafo Único: Os administradores ficam dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 8: A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores. **Artigo 9**: Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado e assinado no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) días subsequentes à sua eleição. **Artigo 10**: A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, um Diretor Operacional e um Diretor Administrativo, todos residentes no País, acionistas ou não, com as atribuições previstas neste Estatuto Social, eitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Parágrafo 1º: Os Diretores empossados permanecerão no cargo até a posse de seus sucessores. Parágrafo 2º: Em caso de vacância no cargo da Diretoria, renúncia, indisponibilidade temporária ou destituição por qualquer motivo, caberá à Assembleia Geral a nomeação do respectivo substituto. **Artigo 11**: A Diretoria se reunirá mpre que os interesses sociais assim exigirem. As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados de todos os documentos relacionados às deliberações a serem tomadas. Artigo 12: As reuniões da Diretoria serão consideradas validamente instaladas com a presença da totalidade de seus membros e a Diretoria deliberar. por unanimidade, Parágrafo Único: Das reuniões da Diretoria será lavrada uma Ata a ser assinada pelos presentes, que ficará arquivada na sede social da Companhia, Artigo 13: A outorga de procurações pela Companhia dependerá da assinatura de ambos os Diretores. Exceto pelas procurações ad judicia, que poderão ter prazo indeterminado, todas as demais procurações outorgadas pela Companhia terão o prazo máximo de 01 (um) ano e contarão com descrição detalhada de poderes. Artigo 14: Os atos de quaisquer Diretores, procuradores ou empregados que envolvam a Companhia em quaisquer obrigações relativas a negócios ou transações não elacionadas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de 3ºs, são, neste ato, expressamente proibidos, e serão considerados nulos e sem efeito no que diz respeito à Companhia menos que expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas. Artigo 15: A Diretoria exercerá as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionament regular da Companhia, podendo a Assembleia Geral de Acionistas estabelecer outras atribuições específicas para os cargos da Diretoria, sendo certo que os Diretores implementarão e conduzirão os negócios da Companhia m observância às deliberações tomadas em Assembleia Geral de Acionistas, e aos termos e condições deste Estatuto Social e das leis aplicáveis a eles e à Companhia. Parágrafo 1º: Constituem atribuições e devere specíficos dos Diretores a prática dos seguintes atos: i. Diretor Operacional de forma isolada: (a) negociar e assinar contratos, propostas e demais tratativas com fornecedores, prestadores de serviço e outros 3ºs relacionado diretamente às suas atividades, no montante de até de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (b) acompanhar a implementação e o cumprimento das políticas e procedimentos, inclusive de ética e compliance, da Companhia por seus empregados, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e 3ºs contratados; e (c) contratar/desligar profissionais relacionados diretamente às suas atividades, desde que cumprindo o respectivo orçamento e dentro dos parâmetros definidos pela Assembleia Geral de Acionistas. ii. Diretor Administrativo de forma isolada: (a) solicitar e retirar certificado digital em nome da Companhia; (b) assinar, por meio de certificado digital, documentos pertinentes ao curso normal das atividades contábeis e fiscais; (c) negociar e assinar contratos, propostas e demais tratativas com fornecedores, prestadores de serviço e outros 3ºs relacionados diretamente às suas atividades, no montante de até de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e (d) contratar/desligar profissionais relacionados diretamente às suas atividades, desde que cumprindo o respectivo orçamento e dentro dos arâmetros definidos pela Assembleia Geral de Acionistas; iii. Diretor Operacional e Diretor Administrativo em conjunto: (a) negociar contratos, propostas e demais tratativas com fornecedores, prestadores de serviço e outros 3°s, em montantes de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e (b) solicitar, acompanhar e cancelar licença, outorgas e quaisquer outros atos de representatividade perante órgãos públicos e autoridades regulatórias. Parágrafo 2º: Ainda, o Diretor Administrativo e o Diretor Operacional poderão, em conjunto, celebrar e assinar os documentos pertinentes às seguintes matérias, desde que haja a anuência prévia e por escrito da Assembleia Geral de Acionistas: (a) orçamento anual, (b) demonstrações financeiras, (c) alienação ou aquisição de bens imóveis de propriedade da Companhia, (d) alteração de projetos, de endividamento e de participações societárias, e (e) negociar contratos, propostas e demais tratativas com fornecedores, prestadores de serviço e outros 3°s, em montantes superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Capítulo IV - Das Assembleias Gerais Artigo 16: Os acionistas reunir-se-ão ordinariamente em Assembleia Geral nos 4 (quatro) 1ºs meses imediatamente subsequentes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da el das S.A. (tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger os admin e os membros do conselho fiscal, quando for o caso); e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, quando convocadas de acordo com a legislação e com o presente Estatuto Social da Companhia Artigo 17: A Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito de voto, e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. Artigo 18: A convocação da Assembleia Geral deverá ser realizada, em primeira convocação, com no mínimo 08 (oito) dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral, contando-se este prazo a partir da publicação do 1º anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será realizada segunda convocação, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral. Parágrafo Único: Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem ou na qual estiverem representados todos os acionistas. **Artigo 19**: Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 20**: Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais, fazendo-se representar por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja outro acionista, representante legal da Companhia ou advogado, nos termos do Artigo 126, Parágrafo 1º, da Lei das S.A., desde que, para tanto, outorgue a eles poderes especiais e expressos suficientes. Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 21: O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, será composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, e terá as prerrogativas e atribuições previstas em Lei. Parágrafo Único: O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem a sua instalação, devendo a Assembleia Geral competente eleger seus membros e fixar sua respectiva remuneração. Capítulo VI - Do Exercício Social e Destinação dos Resultados - Artigo 22: O exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, as quais serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM. Artigo 23: A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou balancetes intermediários. A Assembleia Geral poderá declarar dividendos antecipados, à conta de lucros apurados em tais balanços. A Assembleia Geral poderá declarar dividendos antecipados, à conta de lucros previamente apurados e constantes de tais balanços ou no último balanço anual. Capítulo VII - Da Liquidação - Artigo 24: A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, bem como nomear o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação. Capítulo VIII - Da Lei Aplicável e Resolução de Controvérsias - Artigo 25: Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, especialmente pela Lei das S.A. Artigo 26: As divergências relacionadas a este Estatuto Social que não sejam resolvidas amigavelmente entre os acionistas poderão, mediante solicitação de qualquer dos acionistas envolvidos, ser submetidas à arbitragem, a ser administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP ("Câmara de Arbitragem"), de acordo com o seu regulamento, em observância à Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada ("Lei de Arbitragem"), e com as disposições do presente Estatuto Social ("Regras de Arbitragem"). **Parágrafo 1º** - O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, sendo um deles designado pela parte requerente na arbitragem e o outro pela parte requerida, restando a indicação do 3º árbitro, que atuará na qualidade de presidente do Tribunal de Arbitragem, pelos 2 (dois) árbitros escolhidos pelas partes. Os prazos para designação de árbitros são aqueles fixados nas Regras de Arbitragem. Parágrafo 2º - Em qualquer das hipóteses de arbitragem previstas neste Artigo, a ausência de consenso na escolha de um ou mais árbitros não impedirá a formação do Tribunal de Arbitragem, que se dará conforme as Regras de Arbitragem. Parágrafo 3º . Além dos impedimentos estabelecidos nas Regras de Arbitragem, nenhum árbitro designado de acordo com este compromisso de arbitragem será um empregado, representante ou ex-empregado de qualquer das partes ou de qualquer pessoa associada direta ou indiretamente ao mesmo. Parágrafo 4º - A arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Parágrafo 5º - O idioma oficial será o português, com aplicação das leis da República Federativa do Brasil. A Câmara de Arbitragem não recorrerá às regras de equidade para solucionar as controvérsias a ela apresentadas. Parágrafo 6º - Os acionistas declaram estar cientes das Regras de Arbitragem e concordam com todas as suas disposições. As Regras de Arbitragem em vigor na presente data e as disposições da Lei de Arbitragem incorporam-se ao presente Estatuto Social, quando aplicáveis. Parágrafo 7° - O procedimento de arbitragem terá prosseguimento a despeito da ausência de qualquer de suas partes, iforme previsto nas Regras de Arbitragem. **Parágrafo 8** comprometem a cumprir voluntariamente seus termos. **Parágrafo 9º** - A parte que perder a arbitragem será responsável pelo pagamento de todos os custos e despesas relacionados ao procedimento arbitral, incluindo os concrários dos árbitros. Caso haja uma decisão que beneficie ambas as partes, os custos serão pagos na proporção determinada na decisão arbitral. **Parágrafo 10º** - O procedimento de resolução de disputas aqui previsto é o único e exclusivo procedimento para a resolução de quaisquer disputas existentes entre os acionistas em decorrência deste Estatuto Social; entretanto, qualquer dos acionistas poderá propor medidas liminares, executórias ou outro tipo de provimento judicial que possam ser necessários em caso de urgência, bem como para a instauração compulsória do juízo arbitral. Parágrafo 11º - Sem prejuízo à validade deste compromisso de arbitragem, os acionistas elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e renunciam expressamente a qualquer outro, se e quando sua atuação for necessária exclusivamente para a finalidade de: (a) fazer valer a obrigações para as quais haja disponibilidade imediata de execução judicial; (b) obter ordens de execução específica ou liminar de natureza preventiva, temporária ou permanente, tais como prestar garantia de instância par um procedimento de arbitragem a ser iniciado ou iá em andamento e/ou garantir a existência e eficácia do processo de arbitragem; e/ou (c) processar uma solicitação de execução específica ou de outra ordem, estando desde já, acordado que, uma vez obtida a execução específica ou uma outra ordem, a Câmara de Arbitragem a ser instalada ou já instalada, conforme o caso, reassumirá integral e exclusiva jurisdição para decidir sobre todas e quaisquer questões, quer relativas a procedimento, quer relativas a mérito, que possam ter ensejado a solicitação da ordem ou da execução específica, sendo o respectivo processo judicial suspenso até que a Câmara de

Ministério Público Federal pede cancelamento das frequências da Jovem Pan por desinformação

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública pedindo o cancelamento das três outorgas de frequências de radiodifusão concedidas pelo estado ao grupo Jovem Pan. De acordo com o MPF, a ação foi motivada pelo alinhamento da emissora à campanha de desinformação, com veiculação sistemática de conteúdos que atentaram contra o regime democrático.

Na ação, de 214 páginas, protocolada na segunda-feira (26), o MPF pede também que o grupo seja condenado ao pagamen-

to de R\$ 13,4 milhões como indenização por danos morais coletivos. O Ministério Público pleiteia ainda que a Justiça Federal obrigue a Jovem Pan a veicular, ao menos 15 vezes por dia, durante quatro meses, mensagens com informações oficiais sobre a confiabilidade do processo eleitoral

"A Jovem Pan disseminou reiteradamente conteúdos que desacreditaram, sem provas, o processo eleitoral de 2022, atacaram autoridades e instituições da República, incitaram a desobediência a leis e decisões judiciais, defenderam a intervenção das Forças Armadas sobre os poderes civis constituídos e incentivaram a população a subverter a ordem política e social",

disse, em nota, o MPF. As frequências de rádio da emissora, cujo cancelamento é pedido pelo MPF, estão em operação em São Paulo e Brasília. O grupo dispõe ainda de mais de cem afiliadas, que retransmitem o sinal a centenas de municípios em 19 estados, alcançando milhões de ouvintes.

"Com as informações falsas e sem fundamento que veiculou de maneira insistente, a Jovem Pan contribuiu para que um enorme número de pessoas duvidasse da idoneidade do processo eleitoral ou tomasse ações diretas como as vistas após o anúncio do resultado da votação, especialmente o bloqueio de estradas em novembro passado e o ataque de vandalismo em Brasília no dia 8 de janeiro", diz o texto do MPF.

De acordo com a ação, o MPF analisou conteúdo produzido e transmitido pela Jovem Pan entre 1º de janeiro de 2022 e 8 de janeiro deste ano, especialmente nos programas Os Pingos nos Is, 3 em 1, Morning Show e

Linha de Frente. A ação destaca que comentaristas elogiavam a ditadura militar, defendiam atos violentos e alegavam falta de autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF). "Se as Forças Armadas estiverem dispostas a agir, o que o STF decide é absolutamente irrelevante" e "se vocês Forças Armadas vão defender a pátria, e vai haver reação de vagabundo, ué, passa o cerol, pô! Vocês são treinados pra isso", ressalta o texto.

Procurado, o grupo Jovem Pan disse que irá se manifestar apenas no processo judicial. "Sobre a ação ajuizada pelo MPF, a defesa do Grupo Jovem será manifestada exclusivamente nos autos do processo. O grupo Jovem Pan reafirma diariamente, ao longo de 80 anos, seu compromisso com a sociedade brasileira e a democracia." (Agência Brasil)

Estado amplia investimentos em assistência social e reforça ações da área em mais 140 municípios

Mais 140 cidades terão acesso aos recursos do Piso Paranaense de Assistência Social (PPAS I), que ajuda a financiar serviços, programas, benefícios e projetos nesta área. O governador Carlos Massa Ratinho Junior anunciou na terça-feira (27) o repasse de R\$ 75 mil a cada um desses municípios com até 20 mil habitantes, que ainda não tinham acesso ao cofinanciamento. Agora, chega a 312 o número de cidades atendidas.

O governador também confirmou uma série de ações voltadas para os povos indígenas paranaenses, como o repasse de R\$ 3,1 milhões do Fundo de Infância e Adolescência (FIA) a 39 municípios para a proteção social básica de famílias indígenas com crianças e adolescentes, mais R\$ 4,2 milhões (também do FIA) para fortalecer as casas de passagem, além da convocação da I Conferência Estadual dos Povos Indígenas do Paraná e o anúncio de uma nova etapa dos Jogos Indígenas, que acontecem paralelamente aos Jogos de Aventura e

O governador destacou que o apoio às ações de assistência social ajudam a reduzir a desigualdade no Paraná. "A estratégia do nosso governo passa pelas grandes obras, que são importantes para atração de investimentos e novos empregos, mas sem esquecer de olhar para aquela parcela invisível da sociedade. Com a ampliação do piso da assistência social, queremos chegar a essas pessoas, apoiando as ações dos municípios paranaenses", afirmou.

O aporte financeiro para a assistência social também permite uma maior autonomia aos gestores municipais, que poderão aplicar os recursos de acordo com as demandas e necessidades locais da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com a devida aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). O processo de execução do recurso é acompanhado e monitorado pelo Governo Estadual.

O repasse total do PPAS I aos 312 municípios vai somar R\$ 23,4 milhões por ano, sendo que R\$ 10,5 milhões são referentes à ampliação anunciada nesta terça-feira. O valor será repassado fundo a fundo por meio da transferência dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos

Municipais de Assistência So-

O PPAS I, assim como outros repasses para o cofinanciamento dos serviços da assistência social, garante suporte tanto na proteção social básica, para prevenir violações de direitos, como na especial, para prestar atendimento a pessoas que tiveram seus direitos violados.

O prefeito de Tupãssi, Luiz Carlos Belletti, afirmou que o recurso extra vai permitir ampliar os projetos que envolvem as pessoas em situação de vulne-

Os recursos repassados aos

municípios são efetuados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, de forma regular e automática, conforme a Lei Estadual nº 17.544/13.

A inclusão dos novos municípios foi aprovada no mês de abril pela Comissão Intergestores Bipartites (CIB), por meio da Resolução nº 002/2023 - CIB/ PR, e pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), através da Deliberação nº 029/ 2023 – CEAS/PR, que inclui a lista dos municípios beneficiados. (AENPR)